

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO**

**FÉ, SERVIÇO E PRESENÇA: A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA EM  
NOVA IGUAÇU**

**Natasha Gomes da Silva**

**2024**



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**FÉ, SERVIÇO E PRESENÇA: A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA EM  
NOVA IGUAÇU**

**NATASHA GOMES DA SILVA**

Sob a orientação da Professora  
**Leonilde Servolo de Medeiros**

Dissertação submetida como requisito  
parcial para obtenção do grau de **Mestre  
em Ciências Sociais**, no Programa de  
Pós-Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade

**Rio de Janeiro, RJ  
2024**

# UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

## **Natasha Gomes da Silva**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 01/07/2024.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ)  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> DÉBORA FRANCO LERRER (CPDA/UFRRJ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> FLÁVIA BRAGA VIEIRA (DCS/UFRRJ)

---

Prof. Dr. MARCO ANTONIO DOS SANTOS TEIXEIRA  
(Universidade de Heidelberg/Alemanha)



*DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 11666/2024 - CPDA (12.28.01.00.00.80)*

*(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)*

*(Assinado digitalmente em 24/07/2024 13:59 )*

**DEBORA FRANCO LERRER**  
COORDENADOR CURS/POS-GRADUACAO  
CPDA (12.28.01.00.00.80)  
Matricula: ###232#1

*(Assinado digitalmente em 23/07/2024 14:58 )*

**FLAVIA BRAGA VIEIRA**  
DIRETOR DE INSTITUTO  
ICHS (12.28.01.24)  
Matricula: ###314#6

*(Assinado digitalmente em 23/07/2024 14:22 )*

**LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS**  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)  
Matricula: ###64#1

*(Assinado digitalmente em 24/07/2024 04:43 )*

**MARCO ANTONIO DOS SANTOS TEIXEIRA**  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: ###.###.377-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: 11666, ano: 2024, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: 23/07/2024 e o código de verificação: d4ad35b330

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586f Silva, Natasha Gomes da, 1995-  
FÉ, SERVIÇO E PRESENÇA: A COMISSÃO PASTORAL DA  
TERRA EM NOVA IGUAÇU / Natasha Gomes da Silva. - Rio  
de Janeiro, 2024.  
150 f.: il.

Orientadora: Leonilde Servolo de Medeiros.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação de  
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade, 2024.

1. Igreja Católica. 2. Rio de Janeiro. 3. Luta pela  
terra. 4. Baixada Fluminense. I. Medeiros, Leonilde  
Servolo de, 1949-, orient. II Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação de  
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance code 001.

*À minha avó, dona Bilica (in memorian), que sempre acreditou em mim e preparou  
todo o caminho para que eu pudesse chegar até aqui.  
À Comissão Pastoral da Terra por todo trabalho de luta junto aos trabalhadores e  
trabalhadoras rurais deste país.*

*“Quem costuma vir de onde eu sou  
Às vezes não tem motivos pra seguir!  
Então levanta e anda, vai, levanta e anda  
Mas eu sei que vai, que o sonho te traz  
Coisas que te faz prosseguir!  
Vai, levanta e anda, vai, levanta e anda”.*  
Levanta e Anda - Emicida participação Rael

## **Agradecimentos**

A conclusão deste trabalho foi um dos maiores desafios que já enfrentei. Na mesma proporção, uma das minhas maiores conquistas.

Iniciei o curso em 2019. Foi um ano muito especial, com muitas trocas e aprendizados. Estudei em uma turma bastante parceira, com realidades distintas, mas com muitas histórias que se cruzavam.

As idas ao CPDA sempre foram marcadas por frutíferos debates, conversas e feitura de afetos. No entanto, fomos avassaladoramente atravessados pelo ano de 2020, marcado pela pandemia de Covid-19, o que gerou muita insegurança, medos, perdas. Sabemos que, embora a pandemia tenha sido um fato universal, afetou de maneiras e proporções distintas cada indivíduo. Perdi algumas pessoas, por razões não diretamente relacionadas à doença, mas neste mesmo período. Foi difícil seguir. Escrever se tornou tarefa (quase) impossível. Frente às incertezas, me preocupei em sobreviver. O que julguei ser muita coisa.

Consegui retomar a escrita em 2021, ainda com muitas dificuldades. Neste mesmo ano, fui aprovada em concurso público para o ensino básico na prefeitura de Teresópolis, cumprindo uma carga horária de 40 horas semanais. Uma grande realização profissional, que foi um divisor de águas na minha vida. Ainda no contexto de aulas remotas, *lockdown*, tentando administrar o tempo entre a escola e o mestrado. Não consegui retomar a escrita o quanto era necessário, mas fiz o suficiente para qualificar.

Fato é que só em 2022 consegui ir retomando a rotina aos poucos, mas ainda muito impactada por todas as dificuldades que se colocaram ao longo do processo; enfrentando crises de ansiedade, problemas familiares complexos e o afastamento emocional e geográfico da universidade. Foi um trabalho escrito com muitas e longas pausas, o que impactou em seu resultado. No entanto, diante de todo este cenário, eu cheguei aqui.

Citando o *rapper* BK, “eu sou a continuação de um sonho, da minha mãe, do meu pai, de todos que vieram antes de mim. Eu sou a continuação de um sonho, da minha avó, do meu avô, quem sangrou para a gente poder sorrir”.

Diante do exposto, agradeço à minha família por acreditar em mim e comemorar comigo as minhas/nossas conquistas: minha mãe Renata Gomes, minhas irmãs Yasmin Gomes e Brenda Gomes e minha tia Deusa Lucia. E às minhas sobrinhas Emilly, Cecília e Helena, que chegaram trazendo leveza, alegria e refrigério para minha alma. Eu sou a primeira da minha família a concluir a graduação e, agora, também a concluir o mestrado, todos em uma universidade pública. Na esperança de não ser a última. Vocês, mais do que ninguém, tinham certeza da conclusão deste trabalho.

Agradeço ao meu companheiro Lucas Gomes, pela parceria, amor, presença e por todo o encorajamento. Sem o seu apoio e suporte, seria impossível. À Fumaça, minha gatinha, que alegra meus dias com seu “romrom”.

Aos meus sogros, Dinalva Santos e Agenor Santos, às minhas cunhadas, Leidi e Luci.

Agradeço à minha orientadora Leonilde pela paciência, orientação cuidadosa, amizade e compreensão em relação a todas as dificuldades que enfrentei ao longo deste trabalho e por todas as trocas ao longo desses dez anos de orientação, encorajamento e amizade. Você é uma referência para mim.

Agradeço aos meus colegas do CPDA, em especial à Mayná Moreno, Cristiane Cardoso, Mayara Barbosa, Luiz Gustavo Dutra e Eduarda Castro. Agradeço a todos os professores e professoras por todas as trocas, reflexões e aprendizagens. Em especial às professoras Débora Lerrer, Regina Bruno, Thereza Menezes e Jorge Romano, pessoas queridas que têm em suas práticas docentes a marca da humanização e empatia.

Gostaria de agradecer também à Diva Faria, pelas conversas, abraço apertado, sorriso aconchegante e encorajamento. Nossos encontros foram sempre marcados por muito afeto; à Janete e Karla, que sempre me recebiam com sorriso largo e sempre dispostas a ajudar no que fosse preciso; e a todo corpo docente e técnico-administrativo que, com seu profissionalismo, fazem tudo acontecer.

A todos meus amigos e amigas que de várias formas me encorajaram, me ouviram, me incentivaram e torceram para que este dia chegasse. Obrigada pelo suporte, leituras e trocas ao longo desta empreitada. Em ordem alfabética: Ananda Silveira, Isabella Freire, Janaina Thurler, Jaqueline Veríssimo, Luiza Cruz, Maria Bertoche, Marielle Mattos, Marina Sartori, Nadir Luvizotto, Thayná Monteiro,

Ao meu pai, Marcus Vinícius Carmo da Silva e meus avós, Umbelina Maria da Silva e Valdomiro Amarante, que partiram cedo demais, e, tenho certeza, prepararam todo caminho para que eu pudesse chegar aqui. Tenho certeza, celebram comigo esta conquista. Eu consegui!

Por fim, agradeço ao CNPq pela bolsa de mestrado que permitiu a realização desta dissertação.



## **Resumo**

SILVA, Natasha Gomes da. A Comissão Pastoral da Terra no Rio de Janeiro. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A dissertação objetiva analisar as condições da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Brasil, com ênfase município de Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro, em meados da década de 1970, e compreender as formas de sua atuação e as condições de sua continuidade. Objetivamos analisar as mudanças ocorridas no seio da Igreja Católica a partir das orientações propostas pelo Concílio Vaticano II e as Conferências Gerais Episcopais Latino-americanas e de seus impactos no Brasil, que possibilitaram que organismos como a CPT pudessem ser criados e ganhassem um papel importante junto aos movimentos sociais rurais. Para alcançar nossos objetivos, buscamos, por meio de análise documental e da bibliografia existente, recompor a história de três ocupações de terra em que a Comissão Pastoral da Terra esteve ativamente engajada no município de Nova Iguaçu: Mutirão Parque Estoril, Mutirão Nova Aurora e Campo Alegre.

Palavras-chave: Comissão Pastoral da Terra; Rio de Janeiro; Nova Iguaçu; Luta pela Terra; Igreja Católica.

## **Abstract**

SILVA, Natasha Gomes da. 2024. Dissertation (Master in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro.

The dissertation aims to analyze the conditions for the creation of the Pastoral Land Commission (CPT) in Brazil, with emphasis on the municipality of Nova Iguaçu, state of Rio de Janeiro, in the mid-1970s, and to understand the forms of its action and the conditions of its continuity. We aim to analyze the changes that occurred within the Catholic Church based on the guidelines proposed by the Second Vatican Council and the General Latin American Episcopal Conferences and their impacts in Brazil, which allowed organizations like the CPT to be created and gain an important role together. to rural social movements. To achieve our objectives, we sought, through documentary analysis and existing bibliography, to recompose the history of three land occupations in which the Pastoral Land Commission was actively engaged in the municipality of Nova Iguaçu: Mutirão Parque Estoril, Mutirão Nova Aurora and Campo Alegre.

Keyword:; Struggle for land; Catholic Church; Rio de Janeiro; Nova Iguaçu

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1- Loteamentos são invadidos no bairro de Nova Iguaçu. Fonte: O Fluminense, 28/06/1984, página 9. Hemeroteca Digital BN - Ano de 1984, Edição 24808. ....112
- Figura 2 – Brizola diz que compra terras para posseiros. Fonte: Jornal do Commercio, 16 de maio de 1983, página 3, Hemeroteca Digital BN, Ano 1983, Edição 00183. ....116
- Figura 3 – Inauguração de um “brizolão”. Fonte: Jornal do Commercio, 27 de novembro de 1985, página 3 - Hemeroteca Digital BN .....117
- Figura 4 - Lavrador de Nova Iguaçu faz passeata e tumultua o Rio. Fonte: Jornal O Fluminense, 12/06/1985, página 7 – Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional, ano 1985, Edição 25105. .... 124
- Figura 5 - Condecoração de Dom Adriano por posseiro de Campo Alegre. Fonte: Fotografia cedida pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu..... 131
- Figura 6 - Secretário foi a Nova Iguaçu e prometeu justiça aos posseiros. Fonte: Jornal O Dia 14/08/1986 - acervo do CEDIM) ..... 135
- Figura 7 – Nilo Batista não admite violência contra posseiros. Fonte: Jornal do Brasil 14/08/1986 - Acervo do CEDIM. .... 135

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Referencial teórico.....	14
Metodologia.....	18
Estrutura da dissertação .....	21
CAPÍTULO 1 .....	22
A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL E NO MUNDO: TRANSFORMAÇÕES E PERCURSOS .....	22
1.1 Igreja Católica e a religiosidade no Brasil .....	22
1.2 Encíclica <i>Rerum Novarum</i> : um novo olhar para o século .....	23
1.3 O Concílio Vaticano II (1962-1965): a Igreja é aberta para mudanças .....	25
1.4. O Plano Pastoral de Conjunto (PPC) .....	32
1.5 A II Conferência - Medellín (1968) .....	37
1.6 A III Conferência - Puebla (1979) .....	43
CAPÍTULO 2 .....	47
A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA .....	47
2.1 Antecedentes da Comissão Pastoral da Terra .....	47
2.2 A emergência da Comissão Pastoral da Terra no Brasil .....	55
2.3 A criação da Comissão Pastoral da Terra no estado do Rio de Janeiro .....	60
2.4 A questão fundiária no Rio de Janeiro e a luta pela terra: breve histórico .....	68
2.4.1 Litoral Sul Fluminense .....	68
2.4.2 Cachoeiras de Macacu .....	70
CAPÍTULO 3 .....	77
A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA EM NOVA IGUAÇU .....	77
3.1 O município de Nova Iguaçu: uma contextualização .....	77
3.2 A Diocese de Nova Iguaçu e a luta pela terra .....	84
3.3 A Comissão Pastoral da Terra em Nova Iguaçu.....	92
3.4 As ocupações na Baixada Fluminense e o apoio da Comissão Pastoral da terra.....	103
3.4.1 Governo Brizola: Conjuntura nacional e estadual .....	105
3.4.2 Mutirão Nova Aurora (1979).....	110
3.4.3. Mutirão Parque Estoril (1981).....	118
3.4.4 Mutirão de Campo Alegre (1984).....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	143
DOCUMENTOS CONSULTADOS .....	148
ENTREVISTAS UTILIZADAS .....	149

## INTRODUÇÃO

É nosso objetivo nesta dissertação analisar as condições da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Brasil, com ênfase no município de Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro, em meados da década de 1970, as suas formas de atuação e as condições de sua continuidade. Buscamos compreender as mudanças ocorridas no seio da Igreja Católica e seus reflexos no Brasil, que possibilitaram que organismos como a CPT pudessem ser criados e ganhassem um papel importante junto aos movimentos sociais rurais. Sabe-se que a CPT teve relevante atuação junto aos trabalhadores e trabalhadoras do campo em diversos municípios e estados brasileiros, vários deles situados no território fluminense.

A partir da minha inserção como bolsista de Iniciação Científica na equipe da pesquisa *Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, desenvolvida entre 2014 e 2016, sob coordenação da professora Leonilde Servolo de Medeiros, e da participação como voluntária em um projeto social com agricultoras e agricultores familiares de Teresópolis, me aproximei do debate teórico e empírico sobre o meio rural e a violência. Também foi enquanto bolsista da pesquisa que me familiarizei com a análise de documentos, jornais, teses e dissertações sobre os temas que atravessam o trabalho.

Naquele momento, me aproximei do debate sobre a atuação da Igreja Católica durante a ditadura empresarial-militar<sup>1</sup> e conheci o trabalho da CPT. A partir disso, ainda na graduação, realizei pesquisa sobre a Diocese de Nova Iguaçu e a luta pela terra na Baixada Fluminense<sup>2</sup>, que culminou na minha monografia intitulada *A Igreja Católica na*

---

<sup>1</sup> Há um debate em torno do termo mais adequado para designar o período. Dreifuss (1981, p. 417) discute a noção comum de que o regime pós 1964 era predominantemente militar. No entanto, houve a participação ativa de civis, especialmente técnicos, que ocupavam posições de poder na estrutura administrativa. Afirma o autor que estes civis possuíam fortes vínculos com os setores industrial e bancário e que, portanto, o melhor seria chamá-los de “empresários ou tecno-empresários”. Nesse sentido, o termo ditadura empresarial-militar evidencia melhor os atores-chave do golpe e do período ditatorial.

<sup>2</sup> De acordo com Souza (1993), a Baixada Fluminense estava ligada até “fins dos anos 1950 à representação de uma área compreendida entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, irrigada pelos vários rios que descem aquela Serra” (SOUZA, 1993, p. 208). Outra delimitação geográfica também recorrente é o de Baixada ou Recôncavo da Guanabara, que se restringe à região no entorno da Baía da Guanabara, indo de Cachoeira de Macacu a Itaguaí (ALVES, 2003). Segundo Grynszpan (1987), como os geógrafos conceituam a região a partir de aspectos fisiográficos e não das relações sociais, uma vez que cada região possui realidades bastante distintas entre si, as delimitações mostram-se ineficazes. Como afirma Alves (2003), dependendo do objetivo da análise, as fronteiras da região podem ser ampliadas ou diminuídas. Nesse sentido, Grynszpan (1987), optou por utilizar o termo “Baixada” que, segundo ele, já era bastante utilizado na década de 1950 pelos jornais e, ainda hoje, pelos que viveram aqueles processos, para designar as áreas das cercanias da cidade do Rio de Janeiro que, em sua diversidade, terminaram por conformar uma certa unidade. São elas: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Itaguaí, Itaboraí e Cachoeiras de Macacu. Desta

*Baixada Fluminense e a luta pela terra*, defendida em 2018. Nela, ao analisar a Diocese de Nova Iguaçu, especialmente sua atuação durante os períodos pré e pós ditadura empresarial-militar, ficou clara a importante atuação da CPT na região. O interesse pela CPT foi reforçado pelo fato de o estado do Rio de Janeiro ser considerado um dos mais urbanizados do país, tendo por isso suas áreas rurais invisibilizadas, o que gerou um desconhecimento e até silenciamento das disputas por terras ocorridas no estado, bem como das organizações que atuaram junto aos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 2018).

Esta dissertação pretende dar continuidade ao trabalho iniciado com a minha monografia. Temos como objetivo geral compreender as condições de criação da CPT no Rio de Janeiro, buscando entender tanto o contexto de seu surgimento (uma vez que seu nascimento não é um fato isolado, mas se deu numa determinada conjuntura política, social e eclesial), quanto as formas de sua atuação junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nesse sentido, teremos como questão norteadora a pergunta: como a CPT desempenhava seu papel de organização com o objetivo de “interligar, assessorar e dinamizar” a luta em prol da reforma agrária, buscando nunca substituir “os que trabalham nas bases, prelazias, dioceses<sup>3</sup> ou regiões, antes colocando-se a seu serviço”? (*Boletim da Comissão Pastoral da Terra*, 1975, p. 2). Buscaremos, assim, compreender como a CPT interveio no campo político, analisando sua atuação de mediação e formação dos trabalhadores e trabalhadoras em um esforço de transformá-los em atores e sujeitos políticos.

Empreender uma análise histórica da CPT, a fim de compreender as condições de sua criação e de sua permanência no Rio de Janeiro, nos permite entender os vários fenômenos que motivaram sua ação, especialmente por meio de uma análise do contexto do Concílio Vaticano II (1962-1965), das II e III Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano (Celam), que aconteceram na cidade de Medellín, na Colômbia (1968) e em Puebla, no México (1979) respectivamente. Nesse sentido, faz-se necessário discutir a atuação da Igreja Católica na América Latina, a partir da influência da Teologia da

---

forma, Baixada (...) difere de Baixada Fluminense, para a qual foi mantida a aceção baseada em critérios fisiográficos (GRYNSZPAN, 1987, p. 21).

<sup>3</sup> Diocese é a forma como a Igreja Católica se organiza de forma administrativa, pastoral e territorial. As Dioceses respondem ao Papa e facilitam a administração e organização pastoral da região. (<https://diocesedelorena.com/o-que-e-uma-diocese/>. Acessado em 11/08/2020 às 10h19). Prelazia é um tipo de circunscrição eclesial cujo objetivo é atender as necessidades particulares de um território ou de um grupo de fiéis (<https://ocatequista.com.br/blog/item/14146-dioceses-arquidioceses-prelacias-entenda-as-varias-igrejas-que-formam-a-igreja-catolica>. Acessado em 23/02/2023 às 16h23).

Libertação, e sua “opção preferencial pelos pobres” no Brasil e no estado do Rio de Janeiro.

### Referencial teórico

A criação da CPT não pode ser compreendida sem analisar as influências dos posicionamentos e atuação da Igreja Católica. A crescente busca por terra de trabalho e moradia deu origem a diferentes mobilizações em vários estados do país já no período que antecedeu o golpe empresarial-militar de 1964. Com as mudanças ocorridas no território nacional após a deflagração do golpe e o sufocamento das lutas sociais, a CPT surgiu como um importante organismo pastoral para atuar nos conflitos por terra que eclodiam.

A Igreja Católica na América Latina, ao longo da década de 1960, já estava passando por um momento de “atualização”. Entre 1962 e 1965 aconteceu o Concílio Vaticano II que representou

uma reorganização interna na Igreja para promover novos paradigmas, como a abertura da Igreja às questões sociais, envolvimento do leigo na execução e, aos poucos, especialmente na América Latina, na sua participação nas decisões eclesiais, como também, a recuperação da consciência histórica por parte da Igreja. Este acontecimento foi um dos marcos fundamentais da Igreja Católica no século XX, auto representado como pastoral, ecumênico e doutrinário (ROMANI, 2003, p. 24)

Ainda de acordo com Romani,

a compreensão da alteridade latino-americana levou a Igreja a refletir sobre os problemas do ser humano nessa realidade, criando um discurso contra as injustiças sociais. Com o impulso proporcionado pelo Concílio Vaticano II, a Igreja latino-americana solidifica-se e organiza a II Conferência Geral Episcopal Latinoamericana, em Medellín [ocorrida em 1968]. O tema central foi: A Igreja na atual transformação da América Latina, à luz do Concílio Vaticano II (ROMANI, 2003, p. 25-26).

Inspirada no Concílio Vaticano II e na II e III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (Medellín e Puebla), “autorrepresentada” como um *novo jeito de ser Igreja*, a Igreja Católica na América Latina defendeu a opção preferencial pelos pobres (GIOVANI, 2003).

A partir da noção de campo proposta por Bourdieu, compreendida como um campo de forças marcado pelas lutas e disputas que têm como objetivo transformar as relações de força existentes naquele campo e, portanto, a sua estrutura (BOURDIEU,

1989, p. 164), buscarei pensar a atuação da CPT no Rio de Janeiro a partir do seu campo político e contexto eclesial específicos, atenta às disputas entre diferentes forças católicas, não necessariamente entre a base e a hierarquia, mas principalmente, entre diferentes visões da missão da Igreja, “cruzando as fronteiras entre os grupos leigos, padres e freiras, e bispos” (MAINWARING, 1989, p. 28). Desta forma, apreender as disputas em torno dessas diferentes visões é importante para compreender as mudanças ocorridas na Igreja Católica, especialmente no Brasil, uma vez que uma Igreja “atualizada” emergiu.

Segundo Bourdieu (2004, p. 120), “todo campo religioso é o lugar de uma luta por definição”, isto é, lugar em que estão em jogo as regras e as definições desse campo e que vão justificar o “monopólio da manipulação legítima dos bens de salvação”. Assim, a CPT buscou romper com a “autorrepresentação” hegemônica da Igreja, procurando, por meio da relação entre fé e política, empreender uma disputa de narrativas a partir da organização e da mediação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, “dando-lhes voz” política traduzida em categorias religiosas, isto é, através da leitura contextual da Bíblia. Portanto, embora esteja no campo religioso, sua atuação é para além dele, ainda que venha da dimensão religiosa sua legitimidade.

Bourdieu (1992) afirma que, quando a Igreja contribui para o reforço da ordem simbólica, também contribui para o reforço simbólico da ordem política. Dessa forma, tende a conferir legitimação a certas estruturas políticas e, conseqüentemente, contribui para sua manutenção. Assim, conclui o autor que “por estar investida de uma função de manutenção da ordem simbólica em virtude de sua posição na estrutura do campo religioso, uma instituição como a Igreja contribui sempre para a manutenção da ordem política” (BOURDIEU, 1992, p. 72). No entanto, essa homologia não elimina a possibilidade de tensão entre poderes político e religioso (*ibidem*, p. 72), e dentro do próprio campo religioso, como veremos através da análise da prática da CPT.

Mainwaring (1989) reforça a ideia de que não há neutralidade, pois toda prática, símbolo e discursos religiosos vão desafiar ou reforçar a estrutura dominante. De acordo com Novaes, “não há como compreender as instituições religiosas sem localizá-las nas disputas históricas que conformaram o campo político” (NOVAES, 2001, p. 61). A Igreja “atualizada” ganhou espaço no campo religioso, o que permitiu que organismos como a CPT pudessem exercer influência sobre os trabalhadores e trabalhadoras do campo em diferentes estados do país, inclusive no Rio de Janeiro. Nesse sentido, faz-se necessário



situar a CPT em relação às disputas existentes no campo político em que emergiu e estava inserida.

A partir de Löwy (2016), nos apoiaremos na discussão em torno da emergência do Cristianismo da Libertação na América Latina, que abriu um novo capítulo na história da Igreja Católica. Löwy chama atenção para o uso de antônimos como conservador e progressista em relação à Igreja Católica. Afirma que

é verdade que esse viés católico anticapitalista, essa hostilidade para com a sociedade burguesa moderna teve, desde a sua origem, uma tendência esmagadoramente conservadora, restaurativa, regressiva – em uma palavra, *reacionária*. Ela expressa claramente a nostalgia que a Igreja tem de seu passado feudal e corporativo, de uma sociedade hierárquica pré-capitalista na qual tinha poder e privilégios extraordinários (...) No entanto, ao lado dessa orientação predominante – e em uma relação mais ou menos conflitiva com ela – também existia uma sensibilidade católica diferente, cuja motivação principal era a simpatia com a situação dos pobres e que era – pelo menos até certo ponto – atraída pelas utopias socialistas ou comunistas. É óbvio que as duas dimensões nem sempre são contraditórias, e entre os polos opostos da utopia progressista e restauração regressiva existe todo um espectro de posições ambíguas, ambivalentes ou intermediárias (LÖWY, 2016, p. 62).

Buscaremos também dialogar com a questão da natureza dessa mediação, uma vez que a CPT se colocou como importante mediadora entre os trabalhadores, associando fé e política numa perspectiva de ação coletiva através das denúncias de violações e de incentivo à organização (TORRENS, 1994). É importante lembrar que mediadores políticos mobilizam recursos humanos e materiais para os movimentos, mas também recursos simbólicos (NOVAES, 1994), que serão analisados por esta dissertação. Também nos apoiaremos nas análises de Delma Pessanha Neves (2008), que buscou discutir as noções de mediação social e mediadores políticos. O debate em torno da noção de mediação política será importante, uma vez que a própria CPT tem como seu objetivo “interligar, assessorar e dinamizar” a luta em prol da reforma agrária. Nesse sentido, para a autora,

O termo mediador abarca ações de indivíduos dotados de posição ou função, segundo atribuições definidas em específicos campos de significação; investimentos na construção de interdependências entre pontual e o universal. Ele realça as condições de interconexão tanto entre segmentos como universos sociais; contribui intencionalmente na reordenação e transformação da vida social; torna viável as condições de representação política (NEVES, 2008, p. 31).

Além disso, Neves afirma que a tarefa de mediação é reivindicada como tarefa técnica, o que vai exigir uma certa divisão social do trabalho. Como aponta Bourdieu

(1989), a tarefa de representação política vai exigir certo “tempo livre” e certo “capital cultural”, mobilizando recursos humanos, recursos materiais e imateriais, como aponta Novaes (1994). Isso se aplica também às formas de mediação. Assim, a CPT, através da publicização de questões que estavam “ocultas”, contribuiu para a construção de atores/sujeitos políticos.

Importante pontuar que o trabalho de mediação da CPT, através de seus projetos e intervenções, era entendido pela organização como “serviço”, como aponta Grzybowski (1985). Para o autor, o “serviço” prestado pela CPT deve ser visto como ação política, uma vez que tinha como objetivo apontar direções e formas de organização para a luta dos trabalhadores e trabalhadoras. A partir disso buscaremos compreender as contradições e ambiguidades existentes na sua prática política.

A CPT estava fortemente ligada à hierarquia eclesiástica, como buscaremos mostrar neste trabalho. Grzybowski (1985) ao analisar a instituição no sul do Brasil, afirma que

outra especificidade dos regionais da CPT tem a ver com a sua própria constituição. Como organização ecumênica e não sendo compulsória, a CPT existe naquelas dioceses e paróquias em que haja bispos, padres, pastores, freiras, agentes pastorais, assessores e lideranças de colonos interessados e engajados na pastoral rural. Assim, apesar do esforço de coordenação e planejamento de ações dos regionais, segundo uma estratégia de prioridades sociais, a atuação é condicionada pela situação e espaço de movimentação no interior das Igrejas singulares (GRZYBOWSKI, 2008).

Corroborar com essa análise Mainwaring, que afirma que “dada a estrutura hierárquica da Igreja Católica, movimentos que não recebem o apoio dos bispos permanecem relativamente isolados e são incapazes de modificar as tendências dominantes” (MAINWARING, 1978, p. 29). Porém, apesar da estrutura altamente hierárquica da Igreja Católica e da sua tendência em apagar movimentos e ações de caráter mais progressistas ou que ameacem a instituição, “ela tem, de tempos em tempos, admitido que se desenvolvam algumas manifestações progressistas. Mesmo que esses movimentos acabem sendo marginalizados ou cooptados, podem afetar a instituição” (MAINWARING, 1978, p. 82).

Afirma também o autor que, mesmo as instituições altamente burocráticas, como a Igreja Católica, podem se modificar, também, através de movimentos da sua base, não apenas por meio da sua cúpula (*ibidem*, p. 82). Mainwaring discorre sobre os conflitos existentes entre o controle hierárquico em relação ao laicato e à sua autonomia, que abriria

para a possibilidade do embate com a hierarquia, uma vez que sua autonomia era permitida, mas não sem limite. Como afirma o autor:

embora movimentos leigos reajam a mudanças na sociedade em geral, eles sempre são parte da Igreja Institucional. E embora os movimentos leigos possam adquirir alguma autonomia em relação à hierarquia, os limites dessa autonomia dependem principalmente da hierarquia. No Brasil, durante o fim da década de 50 e no início dos anos 60, a participação mais profunda dos católicos nos movimentos operários, camponeses e estudantes dependia da aquiescência da hierarquia. Num momento histórico diferente, a hierarquia poderia ter proscrito a participação católica nesses movimentos, impedindo, assim, que o laicato pusesse participar, enquanto católicos, na política progressista (MAINWARING, 1978, p. 83)

As questões teóricas aqui discutidas nos fornecerão instrumentos e questões para analisarmos a atuação da CPT no Rio de Janeiro e suas implicações, bem como seu contexto eclesial, buscando atentar para as especificidades de sua atuação, assim como compreender os interesses e disputas políticas que acompanharam sua trajetória enquanto organismo pastoral.

## **Metodologia**

Inicialmente, como forma de alcançar nossos objetivos, utilizaríamos entrevistas com padres, freiras, lideranças, assessores, leigo/as e advogado/as ligados à CPT a fim de traçarmos a trajetória, bem como a atuação deste organismo junto aos trabalhadores. Também buscaríamos em centros de documentação tais como o Centro de Formação da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, que possui extensa documentação sobre a CPT, o acervo do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP) do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). No entanto, com a pandemia do Covid-19, todo esse planejamento precisou ser repensado e novos caminhos foram traçados.

A partir do quadro que se desenhou, buscamos conduzir a pesquisa a partir das possibilidades do trabalho remoto. Para tanto, realizamos esta dissertação através, principalmente, de análise documental a partir de produção existente no acervo digital disponibilizado pela CPT no Centro de Documentação Dom Tomás Balduino<sup>4</sup>, buscando explorar a produção de documentos de ampla divulgação criados pela Pastoral tais como

---

<sup>4</sup> Em 2020, o material foi retirado do ar e a consulta foi inviabilizada, mantendo-se assim até o ano de 2024. Nesse sentido, utilizei o material que já havia sido separado no início da pesquisa.

cartilhas, boletins, folhetos etc., onde objetivamos recuperar as formas de atuação da CPT no Rio de Janeiro. Para esta pesquisa, também utilizamos documentos diversos contidos no Centro de Documentação e Imagem (CEDIM) do Repositório Institucional do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ e produzidos pela CPT ou que tinham relação com ela; e documentos cedidos pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Só em 2022 foi possível acessar parte do arquivo da Cúria Diocesana. O objetivo foi apreender as especificidades da CPT na Baixada Fluminense, em especial em Nova Iguaçu, que foi a regional aqui analisada.

O CEDIM tem gerado, processado e disponibilizado extenso acervo e documentação histórica da Baixada Fluminense e já possui disponível virtualmente parte de documentação existente na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, o que se mostrou valioso para nossa pesquisa, uma vez que durante o período crítico da pandemia o acesso presencial ao acervo da Cúria Diocesana tornou-se inviável. E, posteriormente, pelas minhas dificuldades pessoais de acessar os materiais presencialmente<sup>5</sup>. Lançamos também mão da análise da bibliografia existente sobre o tema, tais como dissertações e teses contidas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes; artigos, livros e entrevistas contidas no acervo do Núcleo de Movimentos Sociais e Políticas Públicas (NMSSP) do CPDA.

Inicialmente tínhamos a pretensão de realizar entrevistas com pessoas que participaram dos processos aqui analisados ou que tinham aproximação com a temática. No entanto, ao longo do trabalho isto não foi possível, pela falta de acesso às pessoas e pelas dificuldades pessoais enfrentadas. No entanto, foram utilizadas entrevistas realizadas e cedidas por outros pesquisadores, e outras contidas no NMSSP do CPDA/UFRRJ

Foi nosso objetivo compreender aspectos relacionados ao tipo de prática exercida pela CPT no Rio de Janeiro que lhe possibilitara ser esse organismo dinamizador com objetivo de assessorar e interligar a luta em prol da reforma agrária. Nesse sentido, através do paradigma indiciário, proposto por Ginzburg (1989), objetivamos nos atentar para elementos que à priori se apresentam como insignificantes, buscando articular a análise desses diferentes documentos. Nesta perspectiva, destaca o autor

a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é

---

<sup>5</sup> Devido à aprovação em concurso público para o magistério e jornada de trabalho em regime integral.

opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la (GINZBURG, 1989, p. 177).

Como trabalhamos, majoritariamente, com documentos produzidos pela própria CPT, se fez necessário mantermos uma constante vigilância, uma vez que são discursos, descrições, interpretações históricas e socialmente construídas. Nesse sentido, Cellard nos ajuda a pensar a importância de fonte documental e afirma que “por possibilitar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais” (CELLARD, 2008, p. 295). O autor adverte que é necessário que o/a pesquisador/a esteja atento a possíveis armadilhas no processo de análise documental, bem com superar diversos obstáculos que podem aparecer.

Cellard (2008) propõe cinco dimensões que devem ser levadas em consideração ao se trabalhar criticamente com fonte documental: é imprescindível fazer uma análise social da produção do documento, buscando atentar para quem o produziu, a quem é destinado, assim como o contexto social, econômico e político em que foi produzido. A contextualização da produção do documento favorece a compreensão das suas particularidades e possibilita apreender seus esquemas conceituais, público-alvo etc.; elucidar a identidade do/s autor/es, buscando compreender a interpretação dada a fatos, questões levantadas, tomadas de posição, interesses envolvidos, enfim, para o pesquisador ter uma compreensão da identidade dos autores envolvidos com a produção dos documentos, o que ajuda a avaliar a credibilidade da fonte. Além disso, afirma o autor que “na mesma ordem de ideias, é bom nos perguntarmos por que esse documento, preferencialmente a outros, chegou até nós, foi conservado ou publicado” (*ibidem*, p. 301).

Cellard também chama atenção para a importância de atentarmos às entrelinhas, ou o que Ginzburg vai chamar de “indícios”, uma vez que “documentos mais reveladores se escondem, às vezes, em locais insuspeitos” (GINZBURG, p. 298). Também recomenda atenção à confiabilidade, autenticidade e qualidade das informações, principalmente verificando a procedência do documento, se ele é fonte primária ou secundária, atentando-se à relação entre o autor e o que foi escrito. Chama ainda a atenção para a análise da natureza do documento, uma vez que seu texto pode ser redigido de diversas formas a depender do contexto em que está inserido; também recomenda analisar os conceitos-chave do texto buscando compreender sua importância e seu sentido, de acordo com o contexto em que está sendo produzido e, por fim, após a conclusão do trabalho de análise preliminar, acredita que então é que se chega ao momento da análise dos documentos a

fim de produzir e reelaborar formas de compreender fenômenos. Nesse sentido, afirma que

Com o trabalho de análise preliminar devidamente completado, é o momento de reunir todas as partes-elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave. O pesquisador poderá, assim, fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou o questionamento inicial (CELLARD, 2008, p. 303).

As recomendações de Cellard (2008) nos ajudaram a analisar a documentação existente nos acervos que foram acessados no desenvolvimento deste trabalho.

### **Estrutura da dissertação**

Além da Introdução, a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro busca apresentar algumas mudanças e percursos da Igreja Católica ao longo dos anos, compreendendo tanto suas modificações em caráter geral, quanto as ocorridas especificamente na América Latina e no Brasil a partir do Concílio Vaticano II. O objetivo é apreender as disputas inerentes a todo campo político e religioso que possibilitaram a emergência da CPT.

O segundo capítulo trata das condições de emergência da CPT em caráter nacional, em 1975, e no estado do Rio de Janeiro, em 1976. São analisadas as formas de sua atuação junto aos trabalhadores rurais, buscando compreender o campo político em que se inseriu e os agentes com que se relacionou, bem como aqueles com quem disputou espaço político. Utilizamos para isto os boletins produzidos pela própria CPT, documentos contidos no acervo do CEDIM, trabalhos acadêmicos e entrevistas disponíveis no acervo do NMSPP do CPDA/UFRJ e também cedidas, com agentes pastorais, lideranças e pessoas envolvidas com a organização.

O terceiro capítulo analisa uma regional da CPT: a regional Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, que teve importante atuação em mobilizações. Nosso objetivo é apreender como a CPT fazia o trabalho de organização, buscando compreender as especificidades das pautas, as formas de atuação e as possibilidades de desenvolver seu papel de “dinamizador da luta em prol da reforma agrária”. Além disso, buscaremos nos atentar para o contexto regional em que estavam inseridos e as questões que emergiram destes cenários.

## CAPÍTULO 1

### A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL E NO MUNDO: TRANSFORMAÇÕES E PERCURSOS

Neste capítulo discutimos a atuação da Igreja Católica a partir das modificações trazidas pela Encíclica *Rerum Novarum* (1891), Concílio Vaticano II (1962-1965) e as Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979). O objetivo é apresentar as modificações que estes acontecimentos promoveram na América Latina, onde foram de suma importância para a inserção do olhar da Igreja para as classes populares e o debate que se gera a partir daí. Com isso pretendemos apreender as mudanças e transformações que deram origem à criação das pastorais sociais, especialmente a CPT.

#### 1.1 Igreja Católica e a religiosidade no Brasil

A religião, como aponta Regina Novaes (1997) apoiando-se em Geertz (1978), é uma das principais doadoras de sentido à vida, tendo, assim, influência global na vida das pessoas, influenciando dimensões emocionais, políticas, intelectuais e morais.

A Igreja Católica, desde o período colonial, desempenhou importante autoridade no Brasil, ainda que tenha disputado espaço com outros credos, especialmente a partir do processo de secularização entre os séculos XIX e XX<sup>6</sup>. A profunda imbricação entre Estado e Igreja no Brasil legitimou moral e socialmente o clero católico, o que teve como consequência a conformação de uma cultura católica no país.

O catolicismo no Brasil, de acordo com Regina Novaes (1997), se apresentou como legitimador da ordem política, social e econômica vigente e foi constituído a partir das experiências cotidianas vividas pelo povo, isso porque no Brasil Colônia havia uma carência relativa na disponibilidade de padres e nem todos os senhores de engenho<sup>7</sup> tinham capital social suficiente para ter um religioso exclusivo para seus domínios. Esse fato fez com que se constituíssem entre os trabalhadores do campo possibilidades de reinterpretação dos ensinamentos oficiais. Assim,

---

<sup>6</sup> Esse período foi marcado pela reestruturação do universo religioso, rompendo com a homogeneidade social pautada pelo poder eclesiástico. Tal processo valorizou a liberdade individual e promoveu a emergência de novos credos. Portanto, “o Estado secular possibilitou uma alternativa em relação à fé cristã, o que provocou mudanças nas práticas religiosas” (MOURA, 2015, p. 27).

<sup>7</sup> Novaes (1997) refere-se aos senhores de engenho, mas é provável que essa situação ocorresse em outros lugares.

segundo suas necessidades e a partir de suas condições materiais de existência conformavam-se entre os trabalhadores do campo representações e práticas religiosas particulares, cujo conjunto alguns autores denominam “catolicismo popular” (NOVAES, 1997, p. 13).

A profunda religiosidade do povo brasileiro, a partir do catolicismo popular, fez com que a Igreja tivesse permeabilidade na vida dos trabalhadores, tendo maior ou menor aderência, dependendo das condições existenciais (REIS, 2007), como veremos no caso dos trabalhadores rurais. A Igreja, neste contexto, aparece tanto como mediadora dos conflitos sociais, quanto como legitimadora das formas de dominação.

Diante do exposto, é necessário analisar as modificações ocorridas na Igreja que possibilitaram uma maior abertura para as classes populares e suas demandas, entendendo que parte de sua abertura foi impulsionada pela disputa no próprio campo religioso a partir da emergência de mudanças que proporcionaram um pluralismo de ideias e possibilidades.

## 1.2 Encíclica *Rerum Novarum*: um novo olhar para o século

A Igreja Católica, em fins do século XIX, se deparou com as mudanças promovidas pelo advento da modernidade, como a industrialização, o processo de secularização, o pluralismo religioso, a redefinição das relações Estado-Igreja, o avanço da ciência. Era necessário responder à realidade multifacetada que surgira. Nesse sentido, o então Papa Leão XIII<sup>8</sup> buscou promover um diálogo entre a tradição cristã católica e as questões trazidas pela modernidade. Em 15 de maio de 1891, foi publicada a encíclica *Rerum Novarum* (“Das coisas novas”), apresentando uma nova interpretação da realidade social, política e religiosa da sociedade europeia do final do século XIX. Seu objetivo era discutir as condições de trabalho dos operários no contexto da Revolução Industrial. Como consequência desta Carta, Leão XIII ficou conhecido como “Papa dos trabalhadores”.

Iniciou a encíclica contextualizando o momento em que viviam:

A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os

---

<sup>8</sup> Leão XIII (1810-1903) foi Papa de 1878 a 1903. Foi o primeiro pontífice desprovido de poder temporal-político, uma vez que não figurava como chefe do Estado, devido à unificação italiana, que integrou os Estados Papais ao novo Reino da Itália. A Encíclica *Rerum Novarum* é considerada como a carta magna, fundadora da doutrina social da Igreja e, portanto, é um dos textos pontifícios mais divulgado e conhecido. Teve como antecessor o Papa Pio IX (1846-1878), que era chefe tanto da Igreja quanto do Estado Romano (SARDICA, 2004, p. 23).



operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito (LEÃO XIII, *Rerum Novarum*: introdução).

Leão XIII entendeu que era urgente um maior diálogo da Igreja com as mudanças ocorridas naquele século, especialmente aquelas impulsionadas pela Revolução Industrial. De acordo com Sardica (2004),

Leão XIII apostou numa cuidadosa estratégia de aproximação do cristianismo aos desafios e problemas da sociedade moderna, com vista a um novo relacionamento entre os Estados, as sociedades e as Igrejas. Dito de outra maneira, do que se tratou foi de romper finalmente com a condenação indiscriminada de tudo quanto a modernidade recobria, estabelecendo relações de concórdia e colaboração com os governantes e com os povos das diversas nações, e descendo para o terreno nos problemas econômicos e sociais. Deste modo ficaria o caminho aberto para o cumprimento da tarefa essencial da Igreja: a doutrinação espiritual da humanidade e, por via disso, a realização de uma desejada harmonia social (SARDICA, 2004, p. 24).

No documento, o Papa buscou tratar com afinco os problemas surgidos na Revolução Industrial. Diante disso, refutou as soluções apresentadas pelo socialismo, assim como o próprio modelo socialista; discutiu e defendeu a propriedade privada e buscou encorajar os trabalhadores a se organizarem em sindicatos. Leão XIII afirmava que tanto o capitalismo quanto o socialismo contribuíram para o agravamento das condições dos trabalhadores e operários. Nesse sentido, defendia a “democracia cristã”, pensada

enquanto “ação global benéfica em prol do povo”, ancorada numa igualdade da condição humana aos olhos de Deus – situava-se, como meta moral, acima das formas particulares de governo, como uma visão do Homem e do mundo “aberta à transcendência” que, diferentemente da democracia socialista, e muito mais exigente do que a simples democracia liberal, defendia o direito de propriedade, a diversidade das classes e a submissão à autoridade. Deste entendimento, a “democracia cristã” deveria partir para a ação, trazendo a Doutrina Social da Igreja para a prática cotidiana, ou seja, fazendo do catolicismo social um *fim* e do catolicismo político um *meio* – para lutar pela melhoria geral das condições de vida e para recuperar e espalhar as virtudes morais (a poupança, a modéstia, a sobriedade ou a paciência). Só desta forma se introduziria a caridade no campo econômico, a justa paz no campo social, a moral no campo político e, no próprio corpo da eclesia de Deus, a unidade de que a Igreja em todos os tempos carecia (SARDICA, 2004, p. 8).

Além da *Rerum Novarum*, Leão XIII também publicou a encíclica *Immortale Dei*, em 1885, sobre a constituição cristã dos Estados; em 1888, a *Libertas Praestantissimum*,

sobre a liberdade humana; em 1890, a *Sapientiae Christian* sobre os deveres dos cidadãos cristãos; em 1892, a encíclica, inovadoramente publicada em francês<sup>9</sup>, *Au milieu des sollicitudes*, sobre a relação entre religião e política liberal; em 1901, a encíclica *Graves de Communi*, que

significou como que o fecho da cúpula da obra de Leão XIII, quer no campo da reflexão político-moral quer no campo, já aberto pela *Rerum Novarum*, da reflexão social. Combinando diretrizes já expostas para a organização cristã da sociedade e para a intervenção dos católicos na política (SARDICA, 2004, p. 27).

O pontificado de Leão XIII foi importante para que a Igreja Católica pudesse dialogar de maneira mais efetiva com as questões materiais da vida dos seus seguidores, especialmente a partir das questões aqui já mencionadas. Leão XIII inaugura uma nova era na Igreja, imprimindo uma nova mentalidade no Vaticano e exortando todos os católicos a buscarem encarar e atuar de maneira diferente os problemas sociais (SARDICA, 2004).

Para Bigo (1969, p. 58-60, apud Boas e Sienna (2018, p. 36), a *Rerum Novarum* foi, portanto, revolucionária, uma vez que promoveu um marco na história da Igreja e da humanidade, refazendo as pazes ...com o mundo moderno, “mundo da cidade, da indústria, do avanço técnico, do consumo de massa” (PAIVA, 1985, p. 11), e que não mais atemoriza a Igreja, mas emerge como a possibilidade de uma nova relação dela com o mundo e as questões sociais do seu tempo.

A encíclica *Rerum Novarum* abriu caminho para que mudanças mais estruturais pudessem acontecer, especialmente aquelas relacionadas à dimensão prático-teórica da vertente social da fé, como veremos com aquelas ocorridas com o Concílio Vaticano II.

### **1.3 O Concílio Vaticano II (1962-1965): a Igreja é aberta para mudanças**

Para compreendermos os vários fenômenos que influenciaram e motivaram a atuação da Igreja Católica na América Latina é necessário empreendermos uma análise histórica, uma vez que se trata de uma relação dialética entre a busca do novo e a velha prática religiosa (IOKOI, 1996).

---

<sup>9</sup> Esta encíclica foi escrita em resposta a um problema de caráter regional. A França estava vivendo um período de divisão dos católicos perante a III República Francesa, regime republicano que vigorou entre 1870 a 1940. De acordo com Sadica (2004), a carta propunha aos católicos a “adesão (*“ralliement”*), matizada, bem fundada e prudente, ao regime republicano” (SADICA, 2004, p. 26).

A Igreja Católica, através de um processo de autorrepresentação ou autocompreensão<sup>10</sup>, especialmente em relação a outros níveis de experiências sociais e teológicas que vinham surgindo no pós-Segunda Guerra Mundial, abriu-se ao pluralismo, isto é, buscou interagir com diversos campos epistemológicos e correntes de pensamento, sujeitos e grupos sociais, o que possibilitou que ampliasse o olhar para as classes populares (*ibidem*). De acordo com Iokoi (1996, p. 24), “essa forma de olhar, ou seja, um novo tomar partido, produziu uma excessiva tensão interna que ainda está em curso”. Houve também uma busca de aproximação com as culturas nacionais, o que permitiu que “o Catolicismo se expressasse de diferentes maneiras na Ásia, na África e também na América Latina e que essa expressão singular permitiria a reflexão sobre a autoidentificação nacional e a constituição de novas possibilidades de existência da Igreja” (IOKOI, 1996, p. 24).

Essa reordenação da Igreja gerou a necessidade de uma série de ações em que tivessem espaço a possibilidade do conflito e da discordância. Nesse sentido, não se tratava de rompimento com a instituição, mas de disputas em torno de formas possíveis de “ser Igreja”. Essa abertura foi possível através do Concílio Vaticano II, que enfatizou a necessidade de um *aggiornamento* ou “atualização” no interior da hierarquia eclesiástica. Dessa forma

a Igreja passava a aceitar a vontade, esboçada em seu interior, de denunciar a desordem estabelecida e de tomar politicamente partido dos “humilhados e ofendidos”. Ela se colocava em algumas realidades como uma instituição aberta a todos e também solidária com o protesto dos pobres, mesmo que essa opção não lhe retirasse os favores do poder. No Brasil (...) essa ação encontrou maior significado entre as populações rurais, uma vez que aí, neste setor, encontra-se o centro fulcral das desigualdades, da opressão, da exclusão, da expropriação e da violência, tanto do Estado como da classe dominante (IOKOI, 1996, p. 25).

Esse contexto nos ajuda a compreender o que Bourdieu discute sobre as disputas e estratégias de legitimação no campo religioso. Houve, através do Concílio Vaticano II, a possibilidade de se pensar uma nova forma de “ser Igreja”, havendo abertamente uma disputa, uma “luta pela imposição da definição legítima não só do religioso, mas também das diferentes formas de desempenhar o papel religioso” (BOURDIEU, 2004, p. 120).

---

<sup>10</sup> “O conceito de autocompreensão da Igreja diz respeito à ideia ou imagem que a Igreja faz de si mesma, podendo-se considerar também a imagem que a Igreja fazia de si própria em um dado momento; a imagem que ela dava de si mesma aos diversos grupos e a imagem que ela tinha destes diversos grupos” (SALES, 2006, p. 27).

Portanto, há uma disputa entre os agentes do campo religioso católico: por um lado, uma Igreja, como definiu Novaes (1996), legitimadora da ordem política, social e econômica vigente; por outro, a Igreja inspirada pelo Concílio Vaticano II, que vai reclamar a mudança da ordem vigente, através de práticas consideradas “subversivas”, rompendo com a lógica estabelecida, mas sem que isso acarrete o total rompimento com o próprio campo, uma vez que nele permanecem. Ou seja, houve uma disputa interna sobre o modelo de Igreja a ser seguido, sua missão na sociedade, seus interesses, inaugurando graves tensões entre as duas principais vertentes em oposição: os “progressistas” e os “tradicionais”.

É fato que a demanda por “atualização” não nasceu somente no seio da hierarquia católica, mas a partir também dos movimentos de leigos organizados e agentes pastorais que vinham há muito denunciando as velhas práticas religiosas e questionando a ordem existente. No entanto, por si sós, não seriam capazes de promover mudanças de caráter institucional. Somente com apoio da hierarquia eclesiástica poderiam exercer alguma influência. Um dos objetivos de uma instituição é promover a manutenção de seus privilégios, poder e autoridade. Nesse sentido, a Igreja Católica abriu-se para as mudanças também para proteger seus interesses, isto é, preservar seu domínio, aumentar seus fiéis, uma vez que sua influência na sociedade estava em declínio (MAINWARING, 1989).

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a Igreja no mundo se deparou com uma avalanche de mudanças: avanço do protestantismo e espiritismo, crise de “vocações”<sup>11</sup>, crescimento da esquerda<sup>12</sup>. Dessa forma, viu-se frente a um desafio: repensar a sua missão no mundo. Sua ação também foi influenciada e até mesmo pressionada por alguns movimentos e pessoas ligadas à Igreja popular comprometidas com uma outra visão de fé, agora marcada pelo compromisso com os pobres e a justiça (MAINWARING, 1989). A Igreja popular nasce na luta pela disputa do “ser igreja”, onde de “dentro” da estrutura

---

<sup>11</sup> Com o Concílio Vaticano II diversos setores da Igreja sofreram modificações, inclusive a formação dos padres, recebendo cada vez menos alunos nos seminários, período entre os anos de 1960 e 1970 compreendido como de “crise de vocações”. De um lado, uma crise entre uma perspectiva “romanizadora”, isto é, sob controle do Papa, e outra, que via a Teologia da Libertação como um caminho de reflexão e engajamento político-social. Além disso, emergia a possibilidade de acesso aos estudos por outras vias além do seminário, crescimento de novas confissões religiosas, “que no fundo revelava também uma crise estrutural da Igreja Católica. As intensas aberturas de novas opções no universo religioso e as buscas pelo novo que perpassava os diversos ambientes católicos contribuíram para reforçar essa crise” (SPIESS, 2016, p. 49)

<sup>12</sup> Com a polarização após a Segunda Guerra Mundial, a experiência da Revolução Cubana de 1959 e as resoluções do Vaticano II, houve um crescimento expressivo da esquerda brasileira, que passou a atuar em diversas frentes, inclusive a religiosa, empreendendo trabalho entre os católicos. Diante desse cenário, a Igreja latino-americana entendeu que era necessário empreender uma atualização de sua prática, buscando envolver-se no debate político, social e econômico do país.

eclesiástica buscou apresentar uma outra face da Igreja Católica. Assim, “a instituição muda principalmente porque seus interesses a obrigam a mudanças que estejam de acordo com as transformações da sociedade como um todo” (*ibidem*, p. 17), mas

considerar a transformação da Igreja brasileira como um processo iniciado exclusivamente de cima, em resposta às tentativas da Igreja de defender seus interesses corporativos, negligencia forma como esses movimentos introduziram novos conceitos de fé, novas teologias e práticas pastorais; como “converteram” freiras, padres e bispos a uma nova compreensão da Igreja e envolveram-na num ciclo repressivo que ajudou a transformar a instituição como um todo. Negligenciar as organizações católicas de base também pode dificultar a compreensão de uma das fontes mais importantes de influência política na Igreja (MAIWARING, 1989, p. 29).

O Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João XXIII<sup>13</sup>, sucessor de Pio XII, constituiu-se como ponto de partida para a abertura da Igreja para as mudanças ocorridas na sociedade, como a redefinição da autoridade do Papa sobre a Igreja e do Bispo sobre a diocese, maior importância do laicato e outras, como veremos. Nesse sentido, estimulou “a Igreja a um novo relacionamento social, baseado no novo olhar que se constituía com o apoio dos elementos da ciência, da cultura e das experiências concretas dos homens nas suas relações sociais” (IOKOI, 1996, p. 29).

O Concílio foi convocado pelo Papa João XXIII em 1962, mas encerrado pelo seu sucessor Papa Paulo VI, que se manteve à frente da Igreja Católica entre os anos de 1963 e 1978. Ocorreu em quatro sessões: a primeira durante os meses de outubro e dezembro de 1962; a segunda entre setembro e dezembro de 1963; a terceira, entre setembro e novembro de 1964 e, por fim, a última, entre novembro e dezembro de 1965 (SERAFIM, 2013).

O Vaticano II provocou um abalo tanto no campo religioso quanto na sociedade em geral. Teve importante influência na “mudança” de missão da Igreja. Embora tenha sido um evento dominado por bispos e teólogos europeus (BEOZZO, 2004), as mudanças propostas foram mais significativas em países da América Latina do que nos da Europa. Nesse sentido, Mainwaring (1989) destaca alguns dos impactos sobre a Igreja brasileira:

A maior participação dos leigos, justiça social, maior sentido de comunidade, maior corresponsabilidade dentro da Igreja e relação de maior proximidade entre o clero e o povo exigiam na América Latina

---

<sup>13</sup> O italiano Ângelo Giuseppe Roncalli, o Papa João XXIII, conhecido como o “Papa Bom”, foi eleito em 25 de outubro de 1958 aos 77 anos de idade. João XXIII foi eleito para ser o papa da “transição” mas tornou-se protagonista de grandes transformações na história da Igreja (ROMANI, 2003). De acordo com Mainwaring (1989), após João XXIII, houve diversas tentativas de unir a fé católica com a mudança política radical.

mudança maior do que na Europa. Com a notável exceção da Colômbia, a fragilidade das estruturas da Igreja era patente. Igualmente evidentes eram as escandalosas injustiças sociais. As terríveis condições de vida dos pobres, a crescente riqueza das elites, a discriminação social contra os pobres e a repressão dos movimentos populares tornou mais difícil o apoio eclesiástico do sistema vigente (MAINWARING, 1989, p. 63).

O Concílio promoveu mudanças na liturgia, tornando-a mais acessível ao povo. Passando a celebrar a missa em língua vernácula, estimulou o diálogo ecumênico, desenvolveu a ideia de “Igreja como povo de Deus”, ou seja, uma perspectiva que entendia os leigos como sujeitos ativos, valorizando os grupos comunitários. Portanto, enfatizou a importância do laicato dentro da estrutura eclesiástica. Para Mainwaring (1989), o Concílio deu mais importância à corresponsabilidade do que à hierarquia.

João XXIII, durante seu papado, propôs fundamentações tanto práticas quanto teóricas para a prática eclesiástica que geraram mudanças importantes, como temos mostrado, na Igreja Católica e na América Latina (ROMANI, 2003). Nesse contexto, publicou importantes encíclicas, tais como *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) que promoveram mudanças no pensamento católico oficial. De acordo com Mainwaring (1989, p. 62), “ambas desenvolveram uma nova concepção de Igreja, mais em sintonia com o mundo secular moderno, comprometida em melhorar o destino dos seres humanos na Terra e em promover a justiça social”. A encíclica *Mater et Magistra* (1961) trata da questão social à luz da doutrina cristã. Defende a necessidade da “Santa Igreja” instruir o “seu corpo” a fim de que seja “salvo”, mas também tem uma preocupação com as questões materiais da vida. Assim afirma que

[...] a Santa Igreja, apesar de ter como principal missão a de santificar as almas e de as fazer participar dos bens da ordem sobrenatural, não deixa de preocupar-se ao mesmo tempo com as exigências da vida cotidiana dos homens, não só no que diz respeito ao sustento e às condições de vida, mas também no que se refere à prosperidade e à civilização em seus múltiplos aspectos, dentro do condicionalismo das várias épocas (João XXIII, *Mater et Magistra*. In.: Documentos da Igreja, documentos de João XXIII, Introdução, 1999, p. 2)

A encíclica *Pacem in Terris* (1963) tem como tema a “paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade”. A carta pastoral foi escrita no contexto da Guerra Fria, da construção do Muro de Berlim (1961) e da crise dos mísseis (1962)<sup>14</sup>, um

<sup>14</sup> João XXIII, durante a crise dos mísseis, foi procurado pelo então presidente John Kennedy e exortado a se pronunciar sobre a situação. O então Papa, em 24/10/1962, dois dias após o anúncio de que um míssil havia sido disparado de Cuba, emitiu um apelo pela paz através da Rádio Vaticano: “Paz! Paz! Nós renovamos hoje esta solene súplica. Nós suplicamos a todos os governantes a que não fiquem surdos a este grito da humanidade. Que façam tudo aquilo que está ao seu alcance para salvarem a paz. Evitarão assim

confronto direto entre Estados Unidos e a União Soviética. Nesse sentido, afirma o documento que

Eis por que a justiça, a reta razão e o sentido da dignidade humana terminantemente exigem que se pare com essa corrida ao poderio militar, que o material de guerra, instalado em várias nações, se vá reduzindo duma parte e doutra, simultaneamente, que sejam banidas as armas atômicas (João XXIII, *Pacem in Terris*. In.: Documentos da Igreja, documentos de João XXIII, 1999, p. 21).

O documento defende que a paz só será garantida através do respeito aos direitos de todos os seres humanos. A encíclica, pela primeira vez, é direcionada a “todos os homens de boa vontade” e não somente ao “corpo da Igreja”:

A todos os homens de boa vontade incumbe a imensa tarefa de restaurar as relações de convivência humana na base da verdade, justiça, amor e liberdade: as relações das pessoas entre si, as relações das pessoas com as suas respectivas comunidades políticas, e as dessas comunidades entre si, bem como o relacionamento de pessoas, famílias, organismos intermédios e comunidades políticas com a comunidade mundial. Tarefa nobilíssima, qual a de realizar verdadeira paz, segundo a ordem estabelecida por Deus (João XXIII, *Pacem in Terris*. In.: Documentos da Igreja, documentos de João XXIII, 1999, p. 30-31).

Importante ressaltar que essas cartas são escritas em um contexto de tensão entre Estados Unidos e União Soviética. Isto é, há a consolidação de um campo de disputas em razão da ascensão do comunismo. E é em grande medida com ele que a Igreja está disputando seu “rebanho”.

No âmbito do Concílio, outros importantes documentos foram publicados pelo Papa Paulo VI: *Lumen Gentium* (sobre a identidade e missão da Igreja); *Dei Verbum* (sobre a Revelação Divina); *Gaudium et Spes* (sobre a Igreja no mundo); *Sacrosantum Concilium* (sobre a Liturgia); *Unitatis Redintegratio* (Ecumenismo e diálogo cristão); *Ad Gentes* (missão da Igreja) e *Inter Mirifica* (sobre os meios de comunicação), todos com o objetivo de responder às mudanças sociais, culturais, religiosas e políticas ocorridas nos séculos XIX e XX.

Entre os documentos, a *Gaudium et Spes* (Alegria e Esperança), também chamada de Constituição Pastoral, é considerada uma das mais importantes, pois busca discutir a relação da Igreja com a sociedade moderna, isto é, da pessoa em sociedade. As orientações

---

ao mundo os horrores de uma guerra, da qual não se pode prever quais serão as terríveis consequências” (Arquivo Rádio Vaticano, 2012). João XXIII buscou exortar as pessoas, dotadas de direitos e deveres, a assumir o compromisso com a promoção do bem comum e promoção da paz. João XXIII foi reconhecido como “o mediador da paz”.

pastorais da Igreja foram marcadas por esta carta, que demorou três anos para ser finalizada. Todos os documentos pontifícios posteriores tiveram-na como referência principal (MANZINI, 2009). Para Manzini (2009, p. 18), “dos documentos conciliares, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* é o coração pulsante de tantos que esperavam para ver a face da Igreja voltada para o mundo”.

O maior desafio do Concílio, embora tenha experimentado bastante resistência do próprio clero antes e durante sua realização, estava na sua compreensão e no seu caráter prático. Nesse sentido, afirma Manzini que

esta tarefa não seria fácil. O fato de ser um documento conciliar, de ter aprovação representativa de toda a Igreja, não assegurava necessariamente sua aplicação nas Igrejas particulares. Um grande desafio se instalava por todo o mundo: o de fazer valer o Concílio (MANZINI, 2009, p. 55).

A recepção do Concílio no Brasil e na América Latina em geral exigiria ações particulares, considerando o contingente populacional, as distâncias entre si e as distintas raízes históricas:

enquanto o episcopado mundial de cerca de mil prelados no Vaticano I, pouco mais que dobrara por ocasião do Vaticano II, no do Brasil havia sido multiplicado por dezessete. Sua população católica passou a superar a de todos demais países de antiga ou nova cristianização (BEOZZO, 2009, p. 3).

De acordo com Marchi (2001, p. 90), “os ventos do Concílio Vaticano II sopraram forte sobre e no interior da Igreja do Brasil”. A Igreja temia a disputa política com os comunistas, embora a tenha feito, e reagiu negativamente a toda e qualquer aproximação com eles. Nesse sentido, buscou através das reformas e modificações orientadas pelo Concílio Vaticano II, empreender um trabalho junto ao laicato brasileiro, buscando “reconquistar o papel de protagonista da história brasileira contemporânea” (MARCHI, 2001, p. 91).

A Igreja vinha, como vimos, enfrentando duras transformações na sociedade e precisava se reposicionar frente a elas. Nesse sentido, as mudanças orientadas pelo Vaticano II precisam ser analisadas, de acordo com Mainwaring (1989), a partir da concepção de fé e dos objetivos da própria instituição.

Ao eleger o comunismo como seu principal inimigo, com a capacidade de polarizar e de atrair massas empobrecidas das cidades e dos campos, além da notável capacidade de organização e militância, o episcopado brasileiro

imediatamente conclamou os seus fiéis que, como cristãos (quase cruzados), deveriam atuar em todos os setores da vida, organizando-se



para reconquistar as massas católicas disputadas e atraídas pelos adversários da Igreja (...) Lutava-se por um catolicismo que não fosse nem de direita, nem de esquerda, mas que apresentasse uma solução católica para as questões sociais (...) Na década de cinquenta começava um processo de mudança que redundaria numa nova autocompreensão, “comprometida com o mundo secular moderno e com os destinos dos seres humanos na terra e com a justiça social” (MARCHI, 2001, p. 92).

#### 1.4. O Plano Pastoral de Conjunto (PPC)

No Brasil, a recepção do Concílio foi orientada pelo Plano Pastoral de Conjunto (PPC) aprovado em 1965, ao final do Concílio Vaticano II, na VII Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ocorrida em Roma durante o Concílio, mas também por condições existentes antes do Concílio Vaticano II. De acordo com Beozzo (2009), em texto que trata da recepção do encontro na Igreja do Brasil, são quatro as condições anteriores ao Concílio que facilitaram sua recepção: 1) A existência e consolidação de movimentos apostólicos leigos, especialmente os juvenis ligados à Ação Católica, Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC)<sup>15</sup>, movimento litúrgico e movimento bíblico; 2) a criação da CNBB em 1952 e da Conferência dos Religiosos/as do Brasil (CRB) em 1954, que reunia as ordens religiosas femininas e masculinas; 3) criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), que ampliou a estrutura de articulação do continente e colocou a complexidade da realidade latino-americana; 4) elaboração do Plano de Emergência (PE) em 1962 pela CNBB (BEOZZO, 2009).

A CNBB foi criada em 16 de dezembro de 1952 no Rio de Janeiro, que à época era a capital do país, por iniciativa de Dom Helder Câmara, então bispo auxiliar do Cardeal da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara. Nasce com o objetivo de “coordenar e subsidiar as atividades de orientação religiosa, de beneficência, de filantropia e assistência social” (KORNIS e MONTALVÃO, sd)<sup>16</sup>. A CNBB buscava

<sup>15</sup> A Juventude Estudantil Católica foi fundada em 1935, tendo como finalidade a apresentação da Igreja para jovens e a difusão do cristianismo no ambiente escolar. No ano de 1948, foi fundada a Juventude Operária Católica (JOC) e, em 1950, a Juventude Agrária Católica (JAC). A JAC tinha como objetivo “difundir os ensinamentos da Igreja nas zonas rurais” (KORNIS, Monica. Juventude Estudantil Católica (JEC). In: Centro de Pesquisa E Documentação Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-estudantil-catolica-jec>> Acessado em 21 mar. 2024). Teve pouca expressão em âmbito nacional, mas atuação intensa em algumas regiões, especialmente do Nordeste. Em 1966, a partir de uma nova resolução da CNBB, a JAC sofreu um esvaziamento profundo e sua dissolução. Em 1950 também foi criada a Juventude Independente Católica (JIC), que atuava junto às classes médias e alta que não se enquadravam no trabalho proposto pela JOC e JUC.

<sup>16</sup> KORNIS, Monica e MONTALVAO, Sérgio. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). In: Centro de Pesquisa E Documentação Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.

centralizar o poder da Igreja, dividido em diversas dioceses espalhadas pelo país. Nasce com caráter assistencialista, mas logo assume importante atuação no campo social e político no Brasil.

De acordo com Marchi (2001), havia uma exigência permanente de um organismo que buscasse a unificação dos bispos, que formulasse caminhos para enfrentar os graves problemas sociais, bem como diretrizes para a ação católica coordenada. Nesse contexto, é fundada a CNBB. Dom Helder Câmara, segundo Marchi, recebeu adesão de prelados que viam o organismo como um “instrumento de ação conjunta”.

Ainda segundo a autora,

nos primeiros dez anos de existência da CNBB, somavam-se ao grupo dos bispos fundadores, outros, promovidos ao episcopado nesse período. Partilhando das mesmas ideias e preocupações, gradativamente, passariam a coordenar as linhas mestras da orientação da CNBB, garantindo à Igreja um lugar de destaque na diretriz das reformas sociais. Nascia um trabalho planejado e coordenado em âmbito regional e nacional. A Conferência, aos poucos, passava a falar em nome de toda cristandade brasileira. No final da década, o apelo de João XXIII por uma pastoral de conjunto consolidava as teses dos bispos e firmava a CNBB como entidade máxima da Igreja do Brasil (MARCHI, 2001, p. 93).

O planejamento pastoral foi um pedido de João XXIII para toda a América Latina. Em 1958, em seu discurso na III Assembleia Geral do Celam, o Papa clamou por um plano que atendesse às demandas do continente vividas pela Igreja e que, em curto e longo prazo, estabelecesse caminhos para ação pastoral, bem como no campo econômico-social. No entanto, só em 1962, às vésperas do Concílio Vaticano II, o Brasil conseguiu aprovar em caráter de “emergência” seu plano pastoral, por ocasião da V Assembleia Ordinária da CNBB, chamando-se assim “Plano de Emergência (PE) para toda a Igreja do Brasil” (MARCHI, 2001; BEOZZO, 2009). Segundo Marchi, por meio do Plano de Emergência,

o episcopado pretendia garantir uma presença vital da Igreja na sociedade brasileira, propondo não apenas salvar almas como também libertar a Nação das ameaças do comunismo, das concepções desagregadoras da família, da mentalidade laica que predominava entre os governantes do país, do egoísmo e do lucro defendidos pelo liberalismo econômico, responsável pelos crescentes desequilíbrios sociais (MARCHI, 2001, p. 97).

(...) as propostas do Plano de Emergência, mostravam que o episcopado propunha um programa pastoral que não deixasse de contemplar as atividades básicas internas à vida da Igreja e ao mesmo tempo

contivesse as orientações oficiais relativas à projeção da Igreja no campo econômico e social (*ibidem*, p.100).

O Plano de Emergência, publicado em 14 de julho de 1962, foi elaborado pelo então Arcebispo do Rio de Janeiro e presidente da CNBB, Dom Jaime de Barros Câmara, Cardeal Carlos Motta, Arcebispo de São Paulo, Cardeal Augusto Silva, Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Dom José, Arcebispo de São Luiz do Maranhão, Dom Fernando, Arcebispo de Goiânia, Dom Mário, Arcebispo de João Pessoa e Dom Vicente, Arcebispo de Porto Alegre (*Plano de Emergência para a Igreja no Brasil*, 1962, p. 99-100).

A preocupação com o comunismo fazia-se muito presente, visto que se tratava do período da Guerra Fria e o fim da década de 1950 foi marcado pela Revolução Cubana, que “atemorizou os bispos de toda a América Latina” (MARCHI, 2001), uma vez que criou uma ideia de que a revolução socialista na América Latina seria possível (MAINWARING, 1989). Além disso, o crescimento de outras religiões, como o protestantismo e o espiritismo, também era um fator de preocupação, uma vez que a Igreja temia perder seu domínio. Isso fez com que os arcebispos responsáveis pelo Documento afirmassem na V Assembleia Geral Ordinária da CNBB:

Queremos realizar no Brasil uma presença vital da Igreja, que salvará as almas e salvará a Nação de todas as ameaças que, contra ela, se levantam: como o comunismo ateu e demolidor dos valores mais autênticos do homem; as concepções destruidoras da dignidade da família e as reiteradas tentativas divorcistas com as quais jamais se poderá conformar a consciência dos eleitores cristãos; a mentalidade laicizante que teima em voltar ao cenário do País, ao menos em alguns setores de suas atividades; o egoísmo e o lucro erigidos pelo liberalismo econômico em suprema norma a governar as atividades produtoras da Nação e que devem cristãmente dar lugar ao espírito de serviço e de bem comum, se não quisermos ver os desequilíbrios sociais crescerem até o desespero (*Plano de Emergência para a Igreja no Brasil*, 1962, p. 14).

Dessa forma, afirma Marchi (2001, p. 99) que esses “perigos” “exigiam da Igreja Católica medidas e ações eficazes, imediatas e coletivas”. Era nesse contexto que emergia o Plano de Emergência. De acordo com Marchi foram definidos três objetivos:

1- organizar uma assessoria técnica, vital para a atuação das Comissões Episcopais; 2- Organizar os Secretariados Regionais, incumbidos de dar à CNBB o enraizamento de que necessitava; 3- Coordenar as atividades da equipe nacional do Movimento por um Mundo Melhor (MARCHI, 2001, p. 101).

O Plano Pastoral de Conjunto (PPC), por sua vez, foi criado no âmbito das duas últimas sessões do Concílio Vaticano II e orientou as linhas pastorais da CNBB (BEOZZO, 2009). Tinha como objetivo geral “criar meios e condições para que a Igreja do Brasil se ajuste, o mais rápido possível, à imagem de Igreja do Vaticano II” (*ibidem*, p. 9).

Segundo Mainwaring (1989), o PPC foi além do Plano de Emergência em vários pontos. De acordo com o PPC, embora a Igreja estivesse acima do mundo, deveria envolver-se nas questões que perpassavam a sociedade, buscando educar a sociedade e agir em prol da comunhão entre os povos. Além disso, ambos os planos pastorais encorajavam mudanças no interior da Igreja, como: “melhor planejamento e coordenação pastorais, um papel mais ativo para o laicato, um sentido de comunidade mais forte, práticas episcopais menos autoritárias” (*ibidem*, p. 69) e “continham o esboço de uma consciência reformista que deu forma às inovações pastorais do início e do meio da década de 60” (*ibidem*, p. 69). Também se mostraram preocupados com a atuação mais ativa dos leigos, mas que não significava mais autonomia e sim uma forma de “aprofundar ao invés de reverter a dominação tradicional da Igreja na sociedade” (*ibidem*, p. 71).

Nesse sentido, o autor conclui que “apesar dos avanços, a visão de Igreja dos bispos ainda era hierárquica (...) Embora procurassem um maior envolvimento por parte do leigo, não delegavam muita responsabilidade ou autonomia a grupos leigos” (MAINWARING, 1989, p. 71). Entretanto, é importante pontuar que, ainda assim, a Igreja hierárquica disputou e, de certo modo, permitiu várias ações de leigos e religiosos em diferentes locais.

Para José Oscar Beozzo (2001), a primeira e talvez a mais importante singularidade do PPC estava ligada ao fato de ter sido criado durante o Concílio e, por este motivo, sua ação pastoral no Brasil já possuía uma inclinação às recomendações oriundas do encontro e, a partir delas, inserir dimensões próprias do país e que não foram trabalhadas profundamente durante o Concílio. Além disso, para ele, sua maior significação residia no fato de ter tido a oportunidade de já sair do Concílio com um plano de recepção e implementação das diretivas propostas pelo Vaticano II, uma vez que seria muito difícil “com as distâncias do país e o isolamento de muitas regiões em particular a Amazônia, convocar de novo os bispos todos do Brasil, por um período longo, para permitir a preparação de tal plano pastoral” (BEOZZO, 2001, p. 9)

Alguns aspectos do Plano Pastoral de Conjunto tiveram longa e duradoura influência na Igreja brasileira. A fim de atuar a partir da realidade das igrejas do país, o

Plano realizou uma série de levantamentos e pesquisas com o objetivo de mapear as diferentes realidades. Nesse sentido, destaca Beozzo que

buscou-se, por primeira vez, fundamentar as decisões pastorais num melhor conhecimento da realidade, recorrendo-se amplamente às contribuições das ciências sociais”, que acabou desencadeando uma importante relação entre “as ciências sociais, teologia, pastoral que inspirou posteriormente o método de muitas das melhores intuições da teologia da libertação durante os anos 70 e 80 (BEOZZO, 2009, p. 12).

O PPC propôs uma maior participação da base da sociedade e da Igreja, a partir da convocação de todos os “batizados”, através do estímulo à dinamização das paróquias, o que favoreceu a tematização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pequenos grupos organizados em torno da paróquia ou capela, por iniciativas de leigos, padres ou bispos. De acordo com alguns pesquisadores, as primeiras teriam surgido em Nísia Floresta, na cidade de Natal (RN) em 1960; outros afirmam sua origem no município de Volta Redonda, na região sul fluminense do estado do Rio de Janeiro. Löwy as define como “um pequeno grupo de vizinhos que pertencem à mesma comunidade, favela, aldeia ou zona rural populares que se reúnem regularmente para rezar, cantar, comemorar, ler a Bíblia e discuti-la à luz de sua própria experiência de vida” (LOWY, 2016, p. 82).

Trata-se de uma organização pastoral voltada para a atuação social e política nas comunidades que estavam inseridas, se aproximando de movimentos sociais e organizações políticas (BETTO, 1985):

A implementação das CEBs, como a forma normal de ser Igreja, foi, a meu ver, a decisão de fato crucial para o futuro da Igreja do Brasil. As CEBs tornaram-se o lugar e a ocasião para o florescimento de novos ministérios leigos e de lideranças eclesiais populares. Facilitaram igualmente a participação de todos os batizados como integrantes do único “povo de Deus” na vida da Igreja e em muitas de suas esferas de decisão. As CEBs moldaram uma forma de vivência eclesial que facilitou a vinculação entre a fé e a vida quotidiana; a celebração litúrgica e o compromisso social e político. As CEBs abriram igualmente caminho para uma revolução silenciosa no sentido de se superar a exclusão das mulheres dentro de estruturas eclesiásticas tradicionalmente dominadas por homens e nitidamente marcadas pela sua marginalização. Dentro das CEBs não havia nenhum obstáculo mais estrutural para a participação e liderança das mulheres em todos os aspectos da vida das comunidades (BEOZZO, 2001, p. 13-14).

Afirma ainda Löwy (2016),

A experiência das CEBs, graças a seu forte componente democrático, contribuiu muitas vezes para dar uma qualidade nova aos movimentos sociais e políticos que alimentou: com raízes no cotidiano do povo e em suas preocupações humildes e concretas, ela encorajou a auto-

organização das bases e uma desconfiança da manipulação política, da retórica eleitoral e do paternalismo estatal (LÖWY, 2016, p. 85).

Ademais, a leitura cotidiana da Bíblia por círculos e grupos bíblicos, prática muito desenvolvida pelos evangélicos, alimentou a fé e a espiritualidade dos fiéis e favoreceu o encontro ecumênico entre diferentes confissões religiosas. A leitura popular da Bíblia estava presente na prática das CEBs, que buscavam articular fé e política através de uma leitura bíblica militante e comprometida com a realidade. Associado a isso, as mulheres passaram a ter uma participação mais ativa, atuando diretamente com as populações mais empobrecidas. A atuação ativa de leigos e leigas comprometidas com a realidade do povo deu origem a diversos movimentos populares e pastorais sociais, tal como a CPT, como veremos mais à frente.

As propostas do Concílio Vaticano II e aquelas do Plano de Pastoral Conjunto não foram recebidas sem tensões. De acordo com Beozzo (2001), as recomendações do Vaticano II encontraram no Brasil um conflito hierárquico, fruto do hiato entre o Vaticano II e a Igreja brasileira que ainda estava nos moldes da Igreja Tridentina<sup>17</sup>. Assim, afirma Beozzo (2001) que, ao mesmo tempo em que o Vaticano II acelerou no Brasil as mudanças do corpo episcopal e da prática religiosa, estimulou a redistribuição do poder interno, o surgimento de novos organismos pastorais e eclesiais, do diálogo inter-religioso e do ecumenismo, também enfrentou um período de “atrito, disputas, desilusões na implementação das reformas” (BEOZZO, 2001, p. 36).

A recepção do Vaticano II no Brasil deve ser entendida juntamente com a sua recepção na América Latina como um todo, especialmente através da Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam), que gerou uma importante interação entre as igrejas do continente e foi, para Beozzo, um dos frutos mais importantes do Concílio.

### **1.5 A II Conferência - Medellín (1968)**

A II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, conhecida como Conferência de Medellín, ocorreu na cidade de Medellín, na Colômbia, entre os dias 26 de agosto e 06 de setembro de 1968, três anos após o Concílio Vaticano II, mediante convocação do Papa Paulo VI.

Com o objetivo de empreender as transformações da América Latina à luz do Concílio Vaticano II, a Conferência de Medellín foi muito além, propondo uma leitura do

---

<sup>17</sup> O Concílio de Trento (1545-1563) “ênfatizava a ortodoxia doutrinária, a obediência hierárquica e o rigor intelectual e espiritual. A disciplina governava o sistema, e o celibato era seu ideal” (SERBIN, 2008, p. 78).

Vaticano II com base na realidade latino-americana (SIQUEIRA, BAPTISTA; TEODORO-SILVA, 2018). O tema central do encontro foi “A Igreja na atual transformação da América Latina, à luz do Concílio Vaticano II”.

A Conferência de Medellín foi convocada logo após a publicação, em 1967, da Carta Pastoral de Paulo VI, *Populorum Progressio*, que trata do “desenvolvimento dos povos”, esforçando-se em trazer um novo olhar para o continente latino-americano a partir do Vaticano II:

No desejo de responder ao voto do Concílio e de concretizar a contribuição da Santa Sé para esta grande causa dos povos em via de desenvolvimento, julgamos ser nosso dever criar entre os organismos centrais da Igreja, uma Comissão pontifícia encarregada de “suscitar em todo o povo de Deus o pleno conhecimento da missão que os tempos atuais reclamam dele, de maneira a promover o progresso dos povos mais pobres, a favorecer a justiça social entre as nações, a oferecer às que estão menos desenvolvidas um auxílio, de maneira que possam prover, por si próprias e para si próprias, ao seu progresso” (Paulo VI, *Populorum Progressio*, 1967).

O Celam já vinha empreendendo pesquisas sobre as realidades existentes no continente e, a partir de Medellín, foi possível planejar e ampliar as possibilidades de respostas pastorais às demandas encontradas. Em documento-base preparado pelas equipes da Conferência, constataram-se as injustiças estruturais em relação à pessoa e à sistemática violação dos direitos humanos (IOKOI, 1996). Importante lembrar que o continente enfrentava um duro e longo período de supressão dos direitos civis e forte repressão política e econômica fruto dos golpes empresariais-militares que eclodiram na América Latina.

Na ocasião da Conferência reuniram-se 130 bispos que se dividiram em 16 comissões que trabalharam a partir de três vertentes: promoção humana; vivência e aprofundamento da fé e estruturas da Igreja. As Comissões tinham um objetivo de realizar um documento constatando a realidade de cada tema, buscando lê-la “à luz do Evangelho” e propondo soluções a fim de transformar a realidade encontrada (IOKOI, 1996). De acordo com Iokoi, no documento foi enfatizada a questão da violência perpetrada pelos governos autoritários dispersos pelo continente e reforçada a necessidade de uma resposta pastoral àquelas realidades. A partir desse documento, concluiu-se:

que a pobreza latino-americana estava marcada pela dependência econômica e pela injustiça institucionalizada que, para os participantes dos grupos de trabalho, se enquistavam nas estruturas econômicas, sociais e política dos vários países do continente. A necessidade de libertar os homens da violência e injustiças institucionalizadas dava o

tom central aos dezesseis documentos produzidos nas comissões (IOKOI, 1996, p. 45-46).

No entanto, tal documento não foi recebido sem manifestações públicas, mobilizando tanto a ala conservadora quanto a progressista da Igreja no continente. Importante lembrar que a hierarquia católica historicamente sustentou a estrutura de dominação e deu legitimidade às desigualdades e outras formas de opressão, mas que também emergiram dentro dela elementos contraditórios e de resistência, como afirma Novaes (1997).

Diante do Celam, a Igreja latino-americana impulsionou a Igreja popular no continente. Embora com menos bispos progressistas participantes, foi aprovado na Conferência um documento que marcava posições pastorais mais progressistas do que em qualquer outro país latino-americano da época (MAINWARING, 1989). Destaca Beozzo que

A II Conferência Geral do Episcopado latino-americano em Medellín (1968) é vista, com razão, como a ata de nascimento da Igreja latino-americana com rosto próprio. Propõe uma Igreja servidora e pobre, comprometida com a causa dos pobres e de sua libertação e inaugura de modo sistemático o uso do método “ver, julgar e agir”, herdado da JOC de Cardijn e já presente na teologia dos sinais dos tempos da GS [*Gaudium et Spes*]: debruçar-se sobre a realidade, seus problemas e desafios; sobre eles, refletir e discernir a partir da Palavra de Deus e da tradição da Igreja, para desembocar em ações concretas de transformação da realidade e de compromisso eclesial tanto no campo pastoral quanto social, econômico e político (BEOZZO, 2015, p. 10).

Com o CELAM, as CEBs aparecem como prioridade nas Igrejas latino-americanas. Sua importância já tinha sido afirmada no Plano Pastoral de Conjunto, mas é em Medellín que elas ganham força. Dessa forma, afirma Mainwaring (1989) que, comparado ao papel delegado às Comunidades Eclesiais no âmbito do PPC, em Medellín elas ganham uma concepção mais progressista e são reconhecidas “como um meio de testemunhar a fé através das posições sociais e políticas” (MAINWARING, 1989, p. 126).

Mainwaring (1989) destaca que até Medellín as CEBs estavam mais inclinadas a desempenhar uma missão religiosa, buscando cumprir as recomendações propostas pelo Vaticano II, aproximando o povo das pastorais, estimulando uma maior participação dos leigos etc. Após Medellín, as CEBs assumem um papel mais político. Embora a Igreja estivesse intimamente vinculada ao Estado, Medellín deu legitimidade aos setores progressistas brasileiros que, numa via de mão dupla, influenciaram a Conferência.



É no contexto de Medellín que se fortalece o “Cristianismo da Libertação” aqui utilizado a partir do conceito proposto por Michael Löwy (2016). Para o autor, trata-se de um conceito mais amplo do que o da “Teologia da Libertação”, uma vez que surgiu como movimento muito antes de ter sido sistematizado em uma teologia. Nesse sentido, vai muito além da Igreja como instituição. Löwy amplia o conceito e o insere no debate da fé, da cultura e da prática religiosa, que desde o início da década de 1960 já vinha se organizando através da prática de padres, bispos, ordens religiosas, dos movimentos religiosos laicos, como aqueles ligados à Juventude Católica e através das CEBs (LÖWY, 2016).

Importante pontuar que a Teologia da Libertação influenciou uma pequena parcela das Igrejas latino-americanas, uma vez que a maioria mantinha uma posição política conservadora ou moderada. De acordo com Löwy (2016), após a II Conferência de Medellín, o Cristianismo da Libertação passou a ser fortemente combatido pelo Vaticano através do CELAM que, desde o início da década de 1970, passou a ser dirigido pela ala conservadora da Igreja. Porém não é possível ignorar seu impacto, especialmente no Brasil, onde a CNBB, apesar da pressão feita pelo Vaticano, não condenou aquela vertente. Setores da Igreja no Brasil, na década de 1970, denunciaram o regime militar e deram apoio à luta dos trabalhadores e camponeses<sup>18</sup> por melhores salários e por reforma agrária (*ibidem*, p. 80).

A Teologia da Libertação foi sistematizada a partir da década de 1970, tendo como seu precursor Gustavo Gutierrez, teólogo peruano, além de contar com a reflexão de outros teólogos leigos e religiosos tais como Rubem Alves, Hugo Assmann, Carlos Mesters, Leonardo Boff, Clodovis Boff, Carlos Alberto Libânio de Cristo (Frei Beto), entre outros. Seu nascimento se deu com a publicação, em 1971, do livro *Teologia da Libertação – Perspectivas*, de Gutierrez, fruto de muitas reflexões anteriores entre teólogos e leigos progressistas (LOWY, 2016). Esta Teologia foi, de acordo com Iloki (1996), a primeira formulação de uma ação pastoral concreta ligada à realidade, transformando uma nova maneira de se colocar o humanismo cristão, que permitiu a remissão de práticas antigas, respeitando diferenças culturais e passando a enxergar Deus através de um olhar universal, ecumênico. Completa Löwy que a Teologia da Libertação

---

<sup>18</sup> Para Novaes (1996), camponês é uma identidade política e, portanto, tem uma definição política, que deve ser pensada a partir da forma pela qual os “trabalhadores articularam e ordenaram experiências sociais coletivamente vividas em um processo concreto de confronto e diferenciação, em curso na região, a partir do qual se delinearão os conteúdos e os contornos de sua identidade camponesa” (NOVAES, 1996, p. 55).

é, antes de qualquer ideia, uma reflexão religiosa e espiritual que vai assumir um caráter político e social. Portanto “ela é reflexo da práxis anterior e uma reflexão sobre essa práxis” (LOWY, 2016, p. 73).

No Brasil, a Teologia da Libertação ou Cristianismo da Libertação teve importante adesão dos movimentos de leigos que atuavam junto às populações mais empobrecidas, especialmente através das CEBs, que foram responsáveis por proporcionar o encontro entre as classes populares e a Igreja (IOKOI, 1996), como vimos. Sua reflexão religiosa e espiritual, que tem como centralidade os Pobres do Reino de Deus<sup>19</sup>, esteve presente na prática da CPT, através da metodologia proposta pelas CEBs, que propunha fazer a leitura contextual da Bíblia, isto é, levando em conta a história e as condições sociais e políticas da comunidade em que estava inserida.

A Teologia da Libertação, através das CEBs, teve importante influência no surgimento de diversas instituições, como a CPT, que, a partir da analogia encontrada na Bíblia, tal qual a história do Êxodo e a busca pela Terra Prometida, engajou-se na luta pela terra, legitimada pelo texto bíblico. Para Mitidiero “o significado bíblico/teológico da terra ajudou na compreensão tanto dos agentes pastorais como dos camponeses e sem terras quanto ao direito espiritual e divino à terra para trabalhar” (MITIDIERO, 2008, p. 131).

O Brasil enfrentava um duro e longo período de repressão política e social com a ditadura empresarial-militar, especialmente após dezembro de 1968, marcado pela promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), inaugurando o período mais repressivo do regime. Durante esse período, a Igreja enfrentou intensa disputa interna entre setores progressistas e conservadores que divergiam em relação à forma de lidar com as concepções de defesa da justiça, da terra e dos direitos humanos. Enquanto os primeiros acreditavam que era necessário tomar uma decisão política, os segundos defendiam que esta ação deveria ser apartidária.

A Igreja hierárquica, importante ressaltar, direta e indiretamente esteve envolvida com inúmeros conflitos e, por vezes, legitimou a repressão. De acordo com Iokoi (1996,

---

<sup>19</sup> É importante perceber o que Gustavo Gutiérrez entende como libertação e pobreza. A libertação, para ele, deve ser pensada em três níveis: a) aspirações das classes sociais e dos povos oprimidos, levando em consideração os interesses conflituosos no processo econômico, social e político em relação às classes opressoras; b) consciência da sua condição que permita, progressivamente, assumir o seu próprio destino em que sua libertação passa a ser concebida como um processo histórico; c) superação, a nível teológico, do uso do termo desenvolvimento pelo termo libertação, que permite entender a presença de um Cristo histórico e a articulação da história humana com a história sagrada. A pobreza, por sua vez, era entendida como a falta de solidariedade e compromisso comunitário entre os pobres de Deus (IOKOI, 1996, p. 53).

p. 30), o setor conservador entendeu o projeto empresarial militar de 1964 como uma maneira eficiente de corrigir os desvios que estavam em curso desde a sucessão de Juscelino Kubitschek. Dessa forma, apoiou e encabeçou movimentos tais como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”<sup>20</sup>, composta também pela “Tradição, Família e Propriedade” (TFP)<sup>21</sup> e por inúmeros membros eclesiais, buscando apoiar e incentivar o governo militar a “reconduzir à ordem, ao progresso e à fé, os destinos do país”.

Os bispos “progressistas” que faziam parte da liderança da CNBB desde sua criação, a partir de outubro de 1964, viram-se obrigados a deixar a cúpula. Diante disso, afirma Mainwaring (1989) que, durante nos anos seguintes, a CNBB tornou-se mais conservadora e mais burocrática. Nesse caminho, entre os anos de 1964-68, manteve-se mais preocupada com suas questões internas do que com o contexto do país. Mesmo após Medellín e o fortalecimento dos setores progressistas da Igreja, a CNBB continuou emitindo documentos de cunho conservador (MAINWARING, 1989).

Importante ressaltar as limitações existentes na oposição “conservador/progressista”, uma vez que as variações dentro da Igreja eram muito mais amplas, comportando um espectro de posições “ambíguas, ambivalentes ou intermediárias” e suas dimensões não eram, necessariamente, contraditórias. Segundo Löwy (2016, p. 63), práticas conservadoras também inspiraram o trabalho ativo de católicos na “emancipação social dos pobres”.

No entanto, como temos mostrado até aqui, embora a CNBB fosse o organismo de máxima autoridade em relação aos católicos no Brasil, não representava toda a expressão do catolicismo brasileiro, como afirma Mainwaring (1989). Diante disso, dioceses de todo o país, a partir das recomendações propostas pelo Vaticano II e pela Conferência de Medellín, promoveram mudanças internas, que possibilitaram modificações importantes no cenário eclesial brasileiro, como, por exemplo, a

---

<sup>20</sup> Movimento de direita católico criado no início de 1964 com o objetivo de sensibilizar a opinião pública contra o programa de reformas de base proposto por João Goulart e a “ameaça comunista”. A primeira Marcha ocorreu em São Paulo no dia 19 de março, dia de São José, considerado padroeiro da família. O movimento era composto por setores do clero católico e entidades femininas. A Marcha foi replicada em outras capitais e no Rio de Janeiro aconteceu em 2 de abril de 1964 e teria levado às ruas cerca de um milhão de pessoas (CPDOC, 2009 [https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade]. Acessado em 25/01/2022 às 09h28).

<sup>21</sup> A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) foi criada em 26/07/1960 em São Paulo por Plínio Correia de Oliveira com amplo apoio do então bispo de Campos (RJ), Dom Castro Mayer, e o então bispo de Diamantina (MG), Dom Geraldo Proença Sigaud. A organização tinha como objetivo “enfrentar e barrar as investidas esquerdistas e progressistas e suas influências pretensamente deletérias para o Estado e a Igreja” (ZANOTTO, 2010, p. 91).

transformação ocorrida na Igreja da Amazônia especialmente devido ao processo de “desenvolvimento” imposto pelo governo ditatorial, com a expansão agroindustrial, que promoveu intensa modificação na região. Nesse contexto, afirma Mainwaring que

por volta de 1973, os bispos da Amazônia e do Nordeste eram os mais progressistas do país. Embora outros fatores tenham contribuído para a evolução da Igreja amazonense, o mais significativo foi a rápida transformação do capitalismo após 1964, que desencadeou muita violência contra os camponeses e impulsionou a Igreja a intensificar o seu compromisso com os pobres (...) Para a Igreja, o problema mais significativo causado por aquela política foi a rápida expansão da agroindústria e a expulsão dos camponeses da terra (MAINWARING, 1989, p. 106).

Conclui ainda que

Na medida em que se exacerbaram os conflitos na região, muitos agentes pastorais sentiram a necessidade de reavaliar o papel da Igreja. Inúmeros sacerdotes e bispos que estiveram no Amazonas modificaram a sua orientação pastoral devido à extrema penúria da população e ao índice de violência estatal e privada contra os camponeses. Na ausência de assistência jurídica, sindicatos, escolas e hospitais, a Igreja assumiu uma ampla faixa de funções supletivas (MAINWARING, 1989, p. 107).

Diante desse cenário, a partir de 1973 ocorreu a mobilização para a III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, ocorrida na cidade de Puebla (México), em 1979, onde se elaborou um consenso em torno da “opção preferencial pelos pobres”.

### **1.6 A III Conferência - Puebla (1979)**

A Igreja da América Latina, a partir do período de repressão pelo qual diversos países passavam, buscou analisar as condições dos países e as consequências que os regimes ditatoriais e as políticas externas estariam gerando nas populações. Dessa forma, constatou-se a situação de pobreza que assolava o continente. A partir desse debate, colocou-se a necessidade da III CELAM, mas a ala conservadora da Igreja não concordou com tais análises e empreendeu uma disputa em torno da organização desse encontro (IOKOI, 1996: 56).

De acordo com Iokoi (1996), o setor conservador, insatisfeito com as recomendações de Medellín, se organizou em 1973 em um encontro em Sucre, na Bolívia, com a finalidade de “superar” a II Conferência, inclusive disseminando a ideia de que as recomendações de Medellín seriam aceitas por apenas uma pequena parcela da Igreja e que, portanto, era necessário “corrigir” tais recomendações para que não deixasse

“sequelas na história da Igreja Latino-americana”. Nesse sentido, ainda de acordo com a autora, o setor conservador foi maioria na primeira reunião preparatória de Puebla, por meio das Igrejas da Colômbia, Argentina e México. Para eles, apenas a hierarquia católica deveria participar da III Conferência. A ideia era enfraquecer a participação de teólogos progressistas ligados à Teologia da Libertação. As Igrejas do Brasil, Peru e da América Central questionaram a proposta e enfatizaram a necessidade de participação de leigos e representantes de movimentos sociais (IOKOI, 1996).

A III Conferência estava prevista para acontecer no ano de 1978, mas com o falecimento do Papa Paulo VI neste ano, cogitou-se o adiamento do encontro para o ano seguinte, o que favoreceria a ala conservadora. Neste mesmo período, ocorreram novas eleições no CELAM, que estava prestes a ter sua direção assumida por uma corrente progressista. Assim, os conservadores conseguiram postergar o evento e o dirigiram. Em outubro de 1978<sup>22</sup>, o polonês Karol Wojtyła, posteriormente Papa João Paulo II, foi eleito o sucessor de Paulo VI, o que significou uma reviravolta conservadora na Igreja (BRITO, 2010).

Durante a Conferência de Puebla, de fato, não houve a participação oficial de teólogos ligados à Teologia da Libertação. Segundo Löwy (2016)

a conferência de bispos latino-americanos realizada em Puebla, em 1979, foi o palco de uma verdadeira tentativa de retomar o controle: o Celam, órgão organizador da conferência, proibiu os teólogos da libertação de participar da conferência. Apesar disso, eles estiveram presentes na cidade de Puebla e, graças à mediação de alguns dos bispos, exerceram uma forte influência nos debates. A solução conciliatória resultante foi resumida na agora famosa fórmula da “opção preferencial da Igreja pelos pobres” – uma frase ampla o bastante para permitir que cada corrente a interpretasse de acordo com suas próprias tendências (LÖWY, 2016, p. 94).

Ainda assim, as conclusões da III CELAM não só reafirmaram o texto de Medellín como o aprofundaram. Segundo Iokoi (1996), o documento foi estruturado em cinco partes: 1) visão pastoral sobre a realidade latino-americana, que aprofundou uma crítica ao sistema capitalista mundial e ao processo de exploração em curso no continente; 2) desígnios de Deus sobre a realidade da América Latina, onde foi desenvolvido o conteúdo da evangelização e o seu significado; 3) evangelização da Igreja na América Latina,

---

<sup>22</sup> Anteriormente foi eleito João Paulo I, em 26 de agosto de 1978, com vistas a suceder a Paulo VI. No entanto, o então papa recém-eleito morreu inesperadamente em 28 de setembro do mesmo ano. As causas de sua morte foram alvo de inúmeras teorias da conspiração, mas a Igreja afirma que o então papa teve um infarto agudo enquanto dormia. No entanto, não houve autópsia.

apontando centros de comunhão e participação, onde foram destacadas as Comunidades Eclesiais de Base e a família como eixos centrais; 4) Igreja missionária a serviço da evangelização na América Latina, na qual se destacou a opção preferencial pelos pobres e pelos jovens de uma participação a fim de promover uma sociedade plural e em favor dos direitos humanos; 5) opções pastorais que orientam as diferentes linhas de condução para práticas pastorais.

Em Puebla ficou definido que eram as CEBs os sujeitos de evangelização, que deveria ser concreta, atuando no plano da sociedade real e política, dialogando e dando respostas ao sofrimento do povo. As CEBs possuem importante contribuição para a criação e o desenvolvimento de movimentos sociais e, no Brasil, estiveram ligadas a vários movimentos: “Movimento contra o Custo de Vida Alto, o Movimento contra o Desemprego, o Movimento pelo Transporte Público, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e muitos outros” (LÖWY, 2016, p. 96).

Dessa forma, a opção pelos pobres e a evangelização concreta aproximaram a Igreja de organizações políticas e movimentos populares compostos por indígenas, mulheres, camponeses, trabalhadores urbanos etc. Foi em Puebla, no México, que o caminho da Igreja na América Latina foi redefinido, recusando-se o “poder” institucional e optando, preferencialmente, pelos pobres e jovens, assim como já havia sido sugerido em Medellín dez anos antes. Mas, conforme Iokoi,

foi uma opção por pobres reais, e materiais, e não uma opção pela concepção volátil. Em Puebla, houve ligação entre os pobres e a evangelização, concluindo-se que os pobres são os que têm a tarefa de anunciar o Evangelho de Jesus Cristo (IOKOI, 1996, p. 61).

Importante destacar que em 1980, na ocasião da visita do papa João Paulo II ao Brasil, Marçal de Souza, líder indígena guarani<sup>23</sup>, na ocasião da 14ª Assembleia Indígena, ocorrida em Manaus (AM), denunciou a situação dos povos indígenas no Brasil e divulgou o documento “Igreja e Problemas da Terra”, aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB em fevereiro do mesmo ano, que buscou discutir a problemática da posse da terra no Brasil, denunciando a concentração fundiária no país, a terra de negócio, voltada para

---

<sup>23</sup> Marçal de Souza, também Marçal Tupã'i Guarani, foi uma liderança indígena no Mato Grosso, que defendeu o território e o modo de vida Guarani. Sua fala no encontro com o Papa ganhou importante notoriedade no Brasil e no mundo. Na ocasião do encontro com Papa, o então líder entregou também uma carta com nome de políticos e autoridades considerados inimigos dos povos indígenas. Por causa da sua luta de denúncia e defesa dos povos indígenas, Marçal foi vítima de inúmeras violências que culminaram no seu assassinato em novembro de 1983. <https://mst.org.br/2021/11/25/marcal-de-souza-lider-indigena-guarani-assassinado-por-defender-diretos-dos-povos-originais/>.

a especulação e para o lucro e fazendo a defesa da terra de trabalho, que deveria ser possuída por aqueles que de fato nela trabalhavam.

Vimos, neste capítulo, como as recomendações do Concílio Vaticano II (1962-1965) reordenaram uma série de ações e práticas, no interior da Igreja Católica, que possibilitaram que disputas em torno do “ser Igreja” pudessem emergir. A “atualização” ocorrida a partir do Concílio não nasceu só do seio da Igreja hierárquica, mas também dos movimentos organizados de leigos, religiosos e agentes pastorais que já vinham denunciando as velhas práticas religiosas e propondo novas formas de atuação.

A Conferência de Medellín, ocorrida em 1968, três anos após o término do Concílio, possibilitou que as recomendações do Vaticano II pudessem ser lidas a partir da realidade latino-americana. Foi através de Medellín que a Igreja popular ganhou força na América Latina e especialmente no Brasil, a partir de posições pastorais mais progressistas e comprometidas com a realidade social, como o fortalecimento das CEBs e de pastorais sociais. Também é neste contexto que emerge a Teologia da Libertação, estando suas reflexões teológicas presentes tanto na prática das CEBs quanto na CPT.

Por fim, vimos como a Conferência de Puebla, ocorrida em 1979, afirmou seu “compromisso preferencial pelos pobres de Deus”, buscando encorajar organismos pastorais a atuarem a partir de um compromisso a favor do povo e estimular o aprofundamento de uma nova prática, o que gerou importantes colaborações nas ações pastorais e na resposta às demandas locais nos países latino-americanos.

No próximo capítulo discutiremos as condições de emergência da CPT, especialmente no estado do Rio de Janeiro.

## CAPÍTULO 2

### A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Neste capítulo trataremos das condições de emergência da Comissão Pastoral da Terra no Brasil e sua criação no estado do Rio de Janeiro. Serão analisadas as formas de sua atuação junto aos trabalhadores rurais, buscando compreender o campo político em que se inseriu e os agentes com quem se relacionou, bem como aqueles com quem disputou espaço.

#### 2.1 Antecedentes da Comissão Pastoral da Terra

A Igreja Católica já empreendia trabalho no meio rural brasileiro antes mesmo da criação da CPT, através dos Círculos Operários Cristãos (COCs), criados em 1930, da Juventude Agrária Católica (JAC), em 1950, da Ação Católica Rural (ACR), criada em 1965, do Movimento de Educação de Base (MEB), em 1961, do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), criado sob influência dos COCs, as Frentes Agrárias do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (FAGs), também criadas em 1961 na região Sul, do Movimento de Evangelização Rural (MER), de 1969.

Com a deflagração do golpe empresarial-militar (1964), alguns destes movimentos se viram abalados devido à forte repressão, outros foram fortalecidos, como os COCs e a FAG que, segundo Bassani (2009)<sup>24</sup>, no Rio Grande do Sul, dentre os movimentos sociais que lutavam pela terra, foi a única entidade que sobreviveu ao golpe militar, uma vez que não promovia um trabalho de enfrentamento ao Estado. Foi criada em 1961 pelo então bispo do Rio Grande do Sul, Dom Vicente Scherer, considerado um bispo conservador, que empreendia um trabalho junto aos trabalhadores rurais de combate ao comunismo. As organizações ligadas às FAGs transformaram-se em sindicatos rurais.

Os COCs eram associações civis de trabalhadores, criadas por leigos da Igreja Católica, surgidas no início da década de 1930, inicialmente no Rio Grande do Sul pela atuação do padre Leopoldo Brentano. Influíam diretamente junto aos sindicatos, procurando conter a ação dos grupos de esquerda. Tinha como objetivo formar um movimento operário católico nacional unificado. De acordo com Grynszpan (1987), o movimento teve forte apoio do Estado Novo e cresceu consideravelmente nesse governo.

---

<sup>24</sup> <https://conexaociencia.wordpress.com/2009/05/04/conheca-a-historia-da-frente-agraria-gaucha-e-dos-sindicatos-de-trabalhadores-rurais-no-rio-grande-do-sul/> Acessado em 19/02/2024 às 16:18.



Em 1937 já existiam 34 Círculos formados no país; em 1942 esse número já era 142, além de quatro federações estaduais (GRYNSZPAN, 1987, p. 253).

De acordo com Barcelos (2008), os COCs tinham o “objetivo de promover a doutrina católica e reforçar seu vínculo com a classe trabalhadora”. O autor afirma ainda que

o movimento cresceu bastante durante o Estado Novo e foi elevado à categoria de órgão técnico consultivo do Ministério do Trabalho, em 1941, recebendo dele apoio financeiro. Influindo junto aos sindicatos, procurava-se, ainda, conter a ação dos grupos de esquerda. Apesar do nome e de ter, a princípio, uma atuação basicamente urbana, os Círculos Operários voltaram-se também para os trabalhadores rurais (BARCELOS, 2008, p. 39).

A Ação Católica Brasileira (ACB) foi criada em 1920 por Dom Sebastião Leme<sup>25</sup>, influenciada pela Ação Católica italiana, criada no final do século XIX com o objetivo de ser “instrumento para exercer influência sobre a sociedade após a Igreja ter perdido poder político devido à unificação da Itália em 1870” (MAINWARING, 1978, p. 83). No Brasil, só em 1935 a ACB foi reconhecida pela Santa Sé e teve seus estatutos promulgados por todos os bispos do país em suas respectivas dioceses (KORNIS, s.d<sup>26</sup>). Manteve-se, nos seus primeiros 20 anos, dependente da hierarquia católica, assim como os movimentos europeus (MAINWARING, 1978). No Brasil tinha o objetivo de

organizar a participação do laicato católico no apostolado da Igreja, “para a difusão e a atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social” (...) e coordenar todas as associações e obras católicas já existentes no país, submetendo-as a uma orientação una (KORNIS, s.d).

A ACB dividia-se dentro das dioceses em quatro grupos: Homens da Ação Católica, Liga Feminina da Ação Católica, Juventude Católica Brasileira e Juventude Feminina Católica. A Juventude Católica dividiu-se em: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC). Essas três últimas frentes logo foram organizadas na

---

<sup>25</sup> Sebastião Leme da Silveira Cintra, natural de São Paulo, fundou o jornal católico *Gazeta do Povo*, cujo objetivo era promover a defesa da religião e do clero. Em 1910, foi nomeado pro-vigário-geral da diocese de São Paulo, tornando-se rapidamente “principal figura da Conferência Católica, organismo destinado a coordenar todas as associações de ação católica no âmbito da diocese” (KORNIS, Monica. Ação Católica Brasileira (ACB). In: Centro de Pesquisa E Documentação Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em < <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-catolica-brasileira-acb>> Acessado em 21 mar.. 2024). Em 1910 foi convidado a assumir o bispado auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

<sup>26</sup>A citação se trata de um verbete do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro contido no Centro de Pesquisa E Documentação Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) e não possui datação.

diocese do Rio de Janeiro. A ACB sofreu um enfraquecimento, após a morte de Dom Sebastião Leme, ocorrida em 1942. Em 1947 o cargo de assistente eclesiástico<sup>27</sup> foi ocupado por Dom Helder Câmara, que empreendeu uma reorganização do movimento a partir dos modelos francês, belga e canadense “que reduziam radicalmente a importância das paróquias e dioceses e abandonavam o critério de filiação por idade e sexo, incentivando a formação de grupos representativos de diferentes meios sociais” (KORNIS, s.d).

O movimento da ACB foi reorganizado a partir de princípios difundidos na Europa através do padre belga José Cardijn. Seu método “ver-julgar-agir” surgiu como tentativa de responder à realidade que os jovens operários de sua cidade vivenciavam e foi adotado pela Juventude Operária Católica (JOC). Trata-se de um método para analisar a realidade concreta (ver), à luz do Evangelho de Cristo (julgar) e poder atuar de maneira concreta a fim de transformar dada realidade (agir):

O ‘ver’, primeiro momento do método é o primeiro passo de um processo indutivo. O discernimento da realidade antes de ‘agir’ e, posteriormente, o ‘agir’ como parte do ‘ver’, é justificado pelo fato de Cardijn não buscar simplesmente que os operários ‘retornem’ à Igreja, mas de querer ‘levar’ a Igreja para o meio deles. Para inserir-se nos meios de vida com o objetivo de ‘sanear’ o mundo do trabalho, era preciso primeiro conhecê-lo, sobretudo os seus problemas. O ‘julgar’ consiste basicamente em ‘confrontar o real dos fatos com o ideal do Evangelho ou do Plano de Deus, em outras palavras, em ‘distinguir a verdade do erro’. Partindo dos fatos, iluminados pela doutrina, desemboca na ação ‘agir’ (BRIGHENTI 2015, p. 610-611 apud LOPES e PERTILE, 2020, p. 37).

Este método emerge como base para a Teologia da Libertação, uma vez que busca, através da realidade latino-americana, especialmente dos “pobres de Deus”, pensar caminhos, respostas e ações pastorais à luz do Evangelho.

A ACB “foi precisamente o fator dinâmico na radicalização da década de 1960” (LÖWY, 2016, p. 155). Foi da JUC que surgiu a Ação Popular (AP), em 1962, como uma instituição laica, a partir de católicos progressistas influenciados pelo Cristianismo da Libertação, durante um congresso promovido por essa entidade em Belo Horizonte (MG) entre 31 de maio e 3 de junho de 1962. Segundo Mainwaring (1989, p. 85), a AP

---

<sup>27</sup> De acordo com a Dom Mário Spaki (2021), o assistente eclesiástico é “designado pelo Bispo Diocesano para uma missão, representando a hierarquia da Igreja junto ao grupo confiado aos seus cuidados, a fim de assegurar que o grupo não enverede por erros doutrinários, não se desarticule e nem desanime diante de dificuldades” (SPAKI, D. Mário, Missão do assessor eclesiástico de pastorais, movimentos e organismos. Disponível em <https://www.cnbb.org.br/missao-do-assessor-eclesiastico-de-pastorais-movimentos-e-organismos/> acessado em 20/10/2024 às 10h56).

representou um dos principais canais católicos para a atividade política de esquerda. A Ação Popular expressava a tentativa dos católicos para criar uma sociedade justa quando já se tornara mais difícil que tal tentativa ocorresse dentro das estruturas da Igreja (MAINWARING, 1978, p. 85).

Nesse sentido, a AP emerge como uma alternativa à militância no interior da Igreja. Embora não fosse um movimento eclesialístico, inspirava-se no cristianismo e no humanismo cristão e acreditava que a atuação autônoma daria mais liberdade, uma vez que não haveria o aparato da hierarquia católica. Mainwaring (1989) afirma que a AP em pouco tempo se tornou uma das três mais atuantes organizações de esquerda da época, juntamente com Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A organização contava com cerca de três mil militantes que atuavam na educação popular, trabalho sindical e organização de camponeses. A AP acreditava que a superação do capitalismo através do regime socialista seria possível através da revolução. Desta forma, defendia a necessidade de uma vanguarda que liderasse o processo de organização das ideias e das massas (MAINWARING, 1989, p. 86).

A Igreja Católica no Brasil sofria influências de fontes francesas, especialmente do Padre Lebreton, que fazia parte de uma corrente “desenvolvimentista”, a mesma dominante no Brasil naquele período. Lebreton esteve no Brasil pela primeira vez em 1947 e ministrou um curso de dois meses sobre “Introdução à economia humana” na Escola de Sociologia e Política em São Paulo (LÖWY, 2016). De acordo com Löwy (2016), os textos e conferências de Lebreton buscavam questionar as causas da pobreza e das condições sub-humanas de vida das populações pobres do Rio de Janeiro e de São Paulo:

ao contrário dos outros ideólogos do “desenvolvimento”, ele chega a pôr em questão a própria lógica do capitalismo. Por exemplo, numa apresentação feita em São Paulo, em agosto de 1954, afirma: “Para alguns, a economia humana é considerada como uma economia purificada na qual se busca atenuar os defeitos do regime capitalista em suas diversas fases. Aplica-se a panaceia do social... Mas o regime em si continua a produzir a miséria humana e a alienação. O paliativo do social, ao atacar sobretudo seus efeitos, mostra-se ineficaz diante da extensão dos males sociais e não impede os movimentos revolucionários... Em vez de agir sobre os males sociais, é preciso se ater às suas causas, a todas as causas” (LÖWY, 2016, p. 237).

Relata ainda Löwy (*ibidem*, p. 238) que Lebreton foi responsável por “desdiabolizar” o marxismo aos olhos de muitos católicos brasileiros através de suas obras e conferências onde buscou apresentar objetiva e até positivamente as análises marxistas. Nesse sentido afirma que:

Não é nem uma teoria sem consistência nem uma organização sem pensamento. É a expressão parcialmente admirável e parcialmente temível de uma corrente bem caracterizada de aspirações de multidões desorientadas que desejam novamente ter esperança... A maioria das críticas que lhe são feitas não procedem; poucas pessoas gastaram tempo para analisá-lo seriamente, muito poucas são capazes de corrigir seus desvios e suas imperfeições (LÖWY, 2016, p. 238).

De acordo com Godoy,

Esta linhagem desenvolvimentista do pensamento católico progressista foi importante na construção de um conjunto de métodos de diagnóstico econômico e social e técnicas para o planejamento estatal, intervindo intensamente na formulação de políticas industriais e urbanas, inicialmente na França e, depois, em várias regiões do mundo, estendendo influências a todos os continentes (GODOY, 2016, p. 190).

A JUC teve como fonte de inspiração o filósofo Emmanuel Mournier, que empreendia dura crítica ao capitalismo “como sistema fundado sobre o anonimato do mercado, a negação da personalidade e o imperialismo do dinheiro” (LOWY, 2016, p. 239). No começo dos anos de 1960, segundo Löwy, Mournier era “o mestre mais seguido pela juventude católica brasileira” (ibid., p. 240).

Foi a partir dessas referências que surgiu a AP no Brasil, conformando-se como

um grupo ideológico, não-confessional, num movimento amplo, com ideologia definida, englobando todos os setores de atividade e visando a se constituir na expressão de um pensamento orgânico, definidor e orientador da luta revolucionária pela emancipação nacional (KORNIS, s.d<sup>28</sup>).

A JUC vinha sofrendo forte pressão da hierarquia católica, à medida que o movimento se radicalizava. Nesse sentido, a CNBB endereçou um documento cujo objetivo era orientar e direcionar as atividades da JUC:

O jucista tem uma doutrina da qual não lhe é lícito afastar-se. Ninguém, nem dos quadros da JUC, nem de fora deles, pode apresentar interpretações ou estabelecer linha de conduta que leve o Movimento jucista ou um só dos seus membros a discrepar da orientação que lhe dá a Hierarquia Católica. (...) Se a ação for em nome da JUC, ou dos militantes jucistas, como tais – seja sempre recordado o princípio de quem age por mandato, está ligado ao pensamento e às diretrizes de quem lhe conferiu esse mandato (CNBB, 1961, p. 947 *apud* DIAS, 2008, p. 167).

---

<sup>28</sup> KORNIS, Monica. Ação Popular (AP). In: Centro de Pesquisa E Documentação Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-popular-ap>> Acessado em 03 nov. 2024).

Impulsionados pela estrutura social e a efervescente conjuntura política brasileira, a JUC aprofundou o engajamento estudantil. Importante salientar que a revolução cubana, ocorrida em 1959, foi importante mobilizadora dos setores progressistas no Brasil. De acordo com Dias (2008),

O crescente engajamento da JUC no movimento estudantil colocou a necessidade de definição de objetivos políticos mais amplos. Na preparação do Congresso de 10 anos, ocorrido em 1960, a JUC estabeleceu a pauta da definição do Ideal Histórico para sua atuação, “exigindo dos militantes uma presença concreta no presente, um conhecimento concreto do presente, uma inserção na História” (SIGRIST, 1982, p. 23). Nesse Congresso, o horizonte para a guinada à esquerda que vinha se realizando foi sintetizado no documento “Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro” (DIAS, 2008, p. 169).

No Congresso, foram aprovadas diretrizes em três eixos: político, religioso e econômico. Na esfera política, foi estimulada a participação partidária dos jovens católicos a partir de uma ideologia anticapitalista; na esfera econômica, a crítica foi direcionada ao capitalismo e ao subdesenvolvimento; na esfera religiosa, devido aos limites que uma organização ligada à hierarquia clerical tinha, a recomendação foi a criação de uma organização laica, “que, em vez de ter como elemento de coesão a confissão religiosa, aglutinasse por motivos políticos” (DIAS, 2008, p. 170). Menos de um ano após o Congresso, nascia a Ação Popular, que recebeu este nome posteriormente em uma segunda reunião. No Congresso de fundação foi aprovado seu Documento-base, com o objetivo de orientar a organização do movimento (*ibidem*, p. 170).

Outro organismo que marcou a preocupação da Igreja com as questões sociais foi o Movimento de Educação de Base (MEB), criado no início da década de 1960 através de um acordo entre a Igreja, por meio de Dom José Távora — bispo “progressista” de Aracaju e que mantinha proximidade com Dom Helder Câmara — e o Estado, através de Jânio Quadros. De acordo com Mainwaring (1978), o MEB nasceu com a ideia de ser um movimento de educação popular que respeitasse os valores populares e buscasse romper com a tendência paternalista que era comum nos trabalhos propostos pela Igreja.

Assim, já no ano seguinte ao seu surgimento, o MEB afirmou seu compromisso com a transformação radical da sociedade e assumiu que a “educação deveria ser um meio de realizar essa transformação ao invés de ser um fim em si” (MAINWARING, 1978, p. 88). Importante salientar que o MEB não tinha uma preocupação em fazer formulações teológicas ou sobre a fé, mas empenhar-se no trabalho popular.

O MEB foi um importante executor do programa de educação básica e popular por meio das escolas radiofônicas (MAINWARING, 1978, p. 88). O trabalho de alfabetização através do rádio surgiu nas dioceses de Natal e Aracaju a partir de 1958 sob supervisão de Dom Eugênio Salles. Os bispos<sup>29</sup>, à época, possuíam um bom número de emissoras de rádio e realizaram no ano de 1958 um encontro para discutir problemas comuns. Da ocasião surgiu a Rede Nacional de Emissoras Católicas (RENEC). De acordo com De Kadt (2003), sua primeira secretária geral era ligada à Ação Social da CNBB e desde o princípio “estava bem consciente do fato de que um sistema de escolas radiofônicas poderia funcionar efetivamente somente se fosse dirigido por pessoas treinadas para isso” (DE KADT, 2003, p. 186). Diante disso, alguns cursos de treinamentos foram propostos a fim de instrumentalizar os próximos quadros das escolas. Assim,

no início de 1960, quando esses sistemas de escolas radiofônica já estavam funcionando havia algum tempo, a RENEC convocou os responsáveis para um Encontro de Educação de Base, em Aracaju, Sergipe. Embora este encontro se concentrasse principalmente sobre problemas técnicos e organizacionais, foram também discutidas algumas implicações mais amplas sobre educação de base. Foi aparentemente ali que se levantou a questão de estender o trabalho existente para uma escola nacional (DE KADT, 2003, p. 186).

Para Mainwaring, o MEB promoveu inovações pedagógicas que marcaram o desenvolvimento da Igreja Católica brasileira, destacando-se pela valorização da educação e das culturas populares:

o MEB foi a primeira grande tentativa católica de desenvolver práticas pastorais transformadoras junto às classes populares. Suas práticas inverteram a tradicional exclusão do povo da tomada de decisão dentro da Igreja e foram precursoras das assembleias diocesanas que os bispos progressistas iniciaram durante o final da década de 60 e 70 (MAINWARING, 1978, p. 89).

De acordo com Lopes e Pertile, o MEB teve importante avanço no Brasil,

graças ao engajamento de Paulo Freire e Miguel Arraes, criando o Movimento de Cultura Popular, no Recife, cujo objetivo era educar e alfabetizar as classes populares, seguindo o espírito da JEC e JUC por meio da essência da Ação Católica. Estes movimentos de alfabetização e cultura popular seguiram o Método Ver-Julgar-Agir, sempre ligados, ou pelo menos contando com o apoio de parte da Igreja (LOPES; PERTILE, 2020, p. 36).

---

<sup>29</sup> De acordo com De Kadt (2003), as emissoras eram propriedade dos bispos, pois não poderiam ser propriedade de pessoas jurídicas, de acordo com a legislação vigente.

Também teve atuação nas lutas camponesas no Nordeste, inclusive a partir de uma relação mais próxima com grupos comunistas.

Com o golpe empresarial-militar, o MEB sofreu uma marginalização pela hierarquia que fazia a mediação entre a Igreja e o Estado, especialmente devido ao trabalho que vinha exercendo até mesmo com uma certa autonomia que, com o golpe, foi questionada (MAIWARING, 1978). Assim,

o episcopado reduziu a autonomia do MEB e tentou imprimir ao movimento uma orientação mais religiosa. Graças à proteção da Igreja, o MEB foi a única experiência de educação popular a sobreviver ao golpe. Entretanto, a sobrevivência tinha um preço: o MEB foi obrigado a moderar suas atividades. Devido à repressão do Estado, os cortes nas verbas e ambivalência da hierarquia, o MEB deixou de ser um dos impulsos-chaves na transformação da Igreja. Mas o MEB pôde continuar as experiências progressistas na educação popular numa época em que isso era extremamente difícil (MAINWARING, 1978, p. 89).

O MEB, de acordo com Löwy, “tendo como base a pedagogia de Paulo Freire, tinha como objetivo não só alfabetizar os pobres, mas também conscientizá-los e ajudá-los a se tornarem agentes de sua própria história” (LÖWY, 2016, p. 147).

A Ação Católica Rural (ACR) foi criada em 1965, a partir da chegada no Brasil do Padre José Servat, em plena ditadura empresarial-militar. O padre Servat era militante da Ação Católica Rural Francesa, na qual os camponeses exerciam o papel central (SILVA, 2012). Chegou no Brasil a partir da política do Vaticano, que enviou diversos padres europeus para a América Latina, após o Concílio Vaticano II (1962-1965). Seu trabalho se deu junto à Arquidiocese de Olinda e Recife.

A ACR era voltada para o laicato adulto das zonas rurais canavieiras. O movimento possuía autonomia em relação à hierarquia eclesiástica e total apoio de Dom Helder Câmara, à época bispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, que figurava como um “escudo” do movimento, especialmente em um período marcado por intensa violência impetrada pelos agentes da ditadura empresarial-militar. Nesse sentido, manter-se debaixo do guarda-chuva da Igreja permitia que movimentos como estes pudessem desenvolver suas atividades com uma maior segurança.

Influenciados pela “cultura católica progressista francesa”, os anos de 1960 no Brasil foram marcados pela emergência da esquerda católica, como vimos, através dos movimentos como o MEB e ACB e suas ramificações. Nesse sentido, afirma Löwy (2016) que o corpo de ideias francesas serviu de

ponto de partida para criar novas ideias, para inventar uma cultura político-religiosa [...] de inspiração especificamente brasileira. Essas ideias e práticas [...] podem ser consideradas o nascimento de um pensamento/ação cristãos genuinamente latino-americanos (LÖWY, 2016, p. 146).

A herança francesa, baseada na prática de missionários e padres europeus no Brasil criou, segundo Löwy, uma maior permeabilidade de mudanças radicais do que em outros países da América Latina (*ibidem*, p. 155).

A CPT emergiu a partir das experiências anteriores no meio rural em que, em grande medida, buscaram disputar a autocompreensão da Igreja Católica, através de trabalhos cuja inspiração foram a transformação da realidade à luz do cristianismo. Com exceção dos COCs e das FAGs que tinham uma vertente de atuação mais alinhada à hierarquia e às orientações oficiais da Igreja, as demais mostraram-se engajadas numa luta política que promoveram uma prática religiosa que estivesse preocupada com a disputa da narrativa estabelecida e a construção de uma nova prática religiosa, agora engajada política e socialmente.

## 2.2 A emergência da Comissão Pastoral da Terra no Brasil

A CPT foi criada em 1975 na região da Amazônia Legal<sup>30</sup> e teve como precedente o encontro intitulado “Terra e Imigração na Amazônia Legal”, que aconteceu em Goiânia, entre os dias 20 e 24 de junho daquele mesmo ano. Participaram do encontro cerca de 60 pessoas, entre bispos, sacerdotes e agentes pastorais, oriundas de 27 dioceses ou prelazias. Nele constatou-se a “situação dramática” de lavradores e lavradoras daquela região, que estavam sofrendo violências: assassinatos, invasão de suas terras e ameaças de diversos tipos.

---

<sup>30</sup> A Amazônia Legal, com o objetivo de “planejamento e execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia”, foi criada em 1953, pela Lei n. 1806, que determinava que a região abrangesse os estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá e parte dos estados do Mato Grosso, Goiás e Maranhão. O Plano tinha como objetivo “incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e os das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País” (BRASIL, lei n. 1.806 de 6 de janeiro de 1953). Esta lei, no entanto, foi revogada pela Lei n. 5.173 de 1966, que criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o colocou sob responsabilidade da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A Lei também modificou os estados de abrangência da Amazônia Legal: Acre, Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso a norte do paralelo de 16°, Goiás a norte do paralelo a 13°, e Maranhão a oeste do meridiano de 44°. O novo plano aparece com o objetivo de “promover o desenvolvimento autossustentado da economia e o bem-estar social da região amazônica, de forma harmônica e integrada na economia nacional” (BRASIL, n. 5173 de 27 de outubro de 1966; BRASIL, lei n. 5374 de 1967).



A partir de uma intensa mobilização, foi sugerida a criação de uma “Comissão de Terras”, ecumênica<sup>31</sup>, ligada à CNBB (GONÇALVES, 2012), com o objetivo de se empenhar na luta pela reforma agrária no país. Em agosto do mesmo ano, Dom Moacyr Grecchi, bispo da diocese de Rio Branco, no Acre, apresentou a proposta — que recebeu todo apoio — de se construir uma Comissão Pastoral da Terra na reunião da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), órgão ligado à CNBB, que foi oficializada por uma carta de Dom Aloísio Lorscheider, presidente à época da CNBB.

Outras regiões estavam passando por processos semelhantes àqueles vividos na região amazônica, como foi publicizado em pastorais circuladas naquele período, mas foi a partir de iniciativas das igrejas da Amazônia Legal que foi criada a CPT (POLETTTO, 1997), influenciada diretamente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), criado em 1972 também na região Amazônica, com sede no estado do Acre. Ligado à CNBB, caracterizou-se como entidade jurídica com o objetivo de garantir os direitos dos povos indígenas, respeitando sua alteridade (MITIDIERO, 2008) e favorecendo a articulação entre aldeias e povos. Para Dom Tomás Balduino, bispo da cidade de Goiás (GO) e fundador do CIMI e da CPT, a CPT é filha do CIMI (GONÇALVES, 2012).

De acordo com Ivo Poletto,

A Pastoral da Terra nasce da prática de igrejas envolvidas pela violência que atinge comunidades de indígenas e de posseiros<sup>32</sup> da Amazônia. Em termos eclesiais isso significa o compromisso de uma igreja local com um grupo social vítima de violências, motivada pela perspectiva de uma libertação integral (POLETTTO, 1997, p. 30).

Para Barros,

A CPT tem suas raízes em fatos bem anteriores à data em que foi criada. Veio como resposta a toda uma situação, no Brasil, de transgressão dos direitos humanos no campo. Não surge como uma ideia, mas começa a existir pela necessidade de se criar um organismo pastoral, uma comissão encarregada diretamente de animar e incentivar um maior compromisso das Igrejas, através de uma pastoral apropriada ao campo (BARROS, 1996, p. 19).

Para Medeiros, a CPT surgiu

como entidade de apoio às lutas dos trabalhadores, definindo-se como serviço de articulação e de assessoria. Seu eixo de trabalho era o apoio à organização popular: “Os trabalhadores precisam organizar-se livremente, desde as formas mais localizadas de comissões ou

<sup>31</sup> A CPT, desde seu início, contou com a participação de trabalhadores de diversas confissões religiosas.

<sup>32</sup> A CPT define posseiro como “lavrador que trabalha na terra e que não tem título registrado. Esta terra pode estar registrada em nome de outras pessoas, pode ser pública, terra abandonada ou até terra que o lavrador acha que é dele, mas o papel que ele tem, não tem valor legal (CPT, 1974/1985, p. 22)”.

associações até constituição de partidos políticos que canalizem suas forças para organizar ou reorganizar a sociedade segundo suas aspirações” (MEDEIROS, 1989, p. 112).

A CPT foi fundada, oficialmente, em fins de outubro de 1975, numa reunião ocorrida em Goiânia, fruto de intenso jogo político frente à hierarquia eclesiástica para garantir a criação da Comissão (MITIDIERO, 2008), uma vez que sua aprovação não foi unânime. Nenhuma das proposições aprovadas pela Comissão Representativa da CNBB sobre temas relacionados à questão agrária teve aprovação de todos os participantes, fato este que demonstra as divergências em relação ao entendimento de diversos sacerdotes em relação à causa dos trabalhadores rurais.

A reunião de criação da CPT contou com um expressivo grupo de leigos, sacerdotes, bispos e agentes pastorais, representando diversas regiões do Brasil (BOLETIM CPT, 1975). Foram estabelecidas, na ocasião, as linhas gerais e as primeiras atividades a serem desenvolvidas pelo organismo pastoral. Também foi definido que a sede do Secretariado Nacional seria na Cúria Diocesana da Arquidiocese de Goiânia (GO), então sede da CNBB. Em cada região do país seriam formadas regionais que contariam com um secretariado, que deveria estar em conformidade com o nacional, formando então a Comissão Nacional da CPT.

É importante evidenciar que a CNBB, com o contexto político nacional e internacional do pós-guerra, com o Concílio Vaticano II e a crescente influência marxista, teve importantes disputas no seu interior. Nesse contexto, a CNBB passou por diversas mudanças internas e, conseqüentemente, na sua prática religiosa, que redimensionou também sua prática política enquanto órgão máximo da Igreja no país. Diante disso,

passou a denunciar crimes de Estado e a reivindicar seu papel como defensora dos direitos humanos e da democracia (...) Ainda que enfrentando resistências, principalmente dos prelados que se mantiveram aliados aos grupos que controlavam o Estado, os religiosos que incorporaram o Concílio Vaticano II, e o aplicaram no encontro de Medellín e Puebla, eram hegemônicos (WOHNATH, 2017, p. 245-246).

A CPT nasceu com o objetivo de ser um organismo autônomo, tanto em âmbito nacional quanto regional, em sua organização e administração, ligada pastoralmente à CNBB — como vimos —, isto é, à hierarquia católica, através do representante da linha missionária do CEP, representado pelo presidente da CNBB, que prestaria apoio e orientação geral.

A relação da CPT com a CNBB foi firmada em uma reunião que contou com a participação de 32 bispos, realizada em outubro de 1976. A decisão foi publicada pela CNBB em seu comunicado mensal, em que foi emitido um documento intitulado “Proposições aprovadas pela Comissão Representativa da CNBB sobre a Comissão Pastoral da Terra”. O objetivo da reunião era discutir os graves conflitos fundiários existentes e estabelecer as bases do relacionamento entre a CNBB e a CPT (CPT, 1976, p. 6)<sup>33</sup>. Em 25 de agosto de 1989, foi reiterada esta relação, entre a Diretoria Nacional da Pastoral e o Conselho Permanente da CNBB, sob a presidência de Dom Luciano Mendes de Almeida. Nessa reunião foi definido que a CPT, estando ligada à CNBB, deveria respeitar e cumprir suas diretrizes e orientações, “daí seu caráter de ‘organismo relacionado’ com a CNBB” (Documento CNBB, nº 828/89).

No documento de 1976, afirmou-se que a legítima posse da terra era garantida pelo Estatuto da Terra<sup>34</sup> e outras leis em vigor; que havia necessidade de uma justa distribuição de terra para seu aproveitamento racional; que também era necessária uma política agrária que incentivasse especialmente o pequeno lavrador e o assistisse tecnicamente; e de uma educação de base que motivasse e orientasse o cultivo da terra. De acordo com o Documento, as problemáticas ligadas às migrações, distribuição injusta das terras, urbanização e outros graves problemas sociais justificam a criação e o funcionamento da CPT, que estaria atuando junto aos trabalhadores orientando e ajudando a resolver seus problemas. Dessa forma, o Documento reconhece e apoia a criação da entidade.

A CNBB indicou os seguintes objetivos: realização de um estudo concreto das diversas situações para uma adequada solução de cada uma e a preparação dos agentes de pastoral para que conhecessem as leis vigentes e encaminhassem as soluções adequadas. Também orientou para que houvesse uma atuação eficaz, com estruturação da organização por áreas com afinidades de problemas; busca de meios para autonomia

---

<sup>33</sup> Acervo da CPT, sigla TA nº pasta 416, categoria: Documentos Temáticos.

<sup>34</sup> O Estatuto da Terra foi aprovado em 30 de novembro de 1964 com o objetivo de “regular direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins da execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”. (BRASIL, Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964). A lei foi criada “pelo então presidente Marechal Castello Branco, e instituiu medidas importantes na condução da reforma agrária brasileira, como o cadastro das propriedades de terra do país, a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária-IBRA, que se encarregaria do cadastro das propriedades rurais, da política de colonização e da desapropriação de terras; a classificação das propriedades, a obrigatoriedade do pagamento do Imposto Territorial Rural – ITR, critérios de pagamento das áreas desapropriadas: em dinheiro as benfeitorias e a terra nua em Títulos da Dívida Pública, resgatáveis em cinco anos (MENDES, 2022, p. 156).

organizativa e administrativa; promoção do relacionamento e inserção da CPT com a Pastoral de Conjunto das dioceses e das regionais da CNBB.

A CPT objetivou ser um organismo menos burocrático para que pudesse prestar total apoio aos trabalhos de base, isto é, através da penetração entre as camadas populares da sociedade, neste caso os trabalhadores rurais, e promover um trabalho de conscientização da própria classe para que haja uma luta por melhores condições de vida a partir delas mesmas. A partir de outubro de 1975, a CPT passou a desenvolver suas primeiras atividades na região da Amazônia Legal.

Entre 25 e 29 de novembro de 1977, em Goiânia, ocorreu a 1ª Assembleia Geral da CPT, que aprovou os objetivos, a linha de ação e o estatuto da organização. Até esta data, ela funcionava apenas como um organismo ligado à CNBB. Após a 1ª Assembleia, foi transformada em entidade jurídica, o que lhe deu certa autonomia em relação à hierarquia católica, especialmente financeira, uma vez que poderia receber doações e financiamentos através do número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).<sup>35</sup>

Pelos seus estatutos, tinha os objetivos de

interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham pastoralmente em favor dos homens sem-terra e dos demais trabalhadores rurais; promover a formação e acompanhamento de agentes de pastoral para atuarem no meio rural; elaborar e divulgar materiais pedagógicos, especialmente sobre legislação agrária e trabalhista, para formação dos trabalhadores rurais; organizar assessorias jurídicas em colaboração com as seções regionais da CPT e Igrejas locais; estabelecer ligações com organismos que, como ela, busquem a concretização da Reforma Agrária, segundo a letra e o espírito o Estatuto da Terra (Lei 4.504, 30 de novembro de 1964) e demais leis vigentes do país, promover campanhas de conscientização em favor dos direitos dos trabalhadores rurais; representar os direitos das seções regionais da CPT junto aos órgãos oficiais; encaminhar levantamentos científicos visando a análise e correta interpretação da realidade agrária nacional (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (Goiânia), Estatuto de Constituição. Art. 2º, 30 de julho de 1977)

A CPT, desde o seu princípio, buscou apoiar e estimular a luta pela terra, pautando-se pelo caminho da “legalidade”, buscando, através dos meios jurídicos e da linguagem oficial, formar para encaminhar os conflitos, rejeitando a “desobediência civil” (BARCELLOS, 2008), ou seja, não havia por parte da CPT um estímulo ao confronto

---

<sup>35</sup> A CPT, é uma entidade jurídica de direito privado e de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, com sede e foro em Goiânia, capital do Estado de Goiás, Brasil, a serviço dos agentes de pastoral rural e das diversas categorias de trabalhadores rurais (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (Goiânia), Estatuto de Constituição. Art. 1º, 30 de julho de 1977)

direto com o Estado e com as políticas públicas. Buscou, portanto, atuar na luta e ampliação da noção de direito dos trabalhadores. Segundo Barcelos (2008)

embora a CPT apoiasse o Estatuto [da Terra], considerava-o limitado e distorcido, pois não gerava direitos legais, somente conquistas parciais, sendo apenas o começo de uma lei, que pode ou não facilitar a união da classe trabalhadora, não substituindo sua organização, mobilização e luta (BARCELOS, 2008, p. 98).

Pouco tempo após a sua criação, em 1979, a CPT já contava com 15 regionais espalhadas no território nacional: Regional Nordeste I (Ceará); Nordeste II (Feira de Santana, BA; Barra, (BA); Norte I (Manaus – AM, Rio Branco - AC); Norte II (Belém – PA, Goiânia - GO ); Centro-Sul de Goiás (Diamantino – MT); Maranhão; Santa Catarina (Lages, Chapecó); Araguaia-Tocantins; Angra dos Reis e Paraty (Rio de Janeiro); Minas Gerais (Santos Dumont) (Boletim da Comissão Pastoral da Terra, ano II, n.7, p. 10, 1976).

### **2.3 A criação da Comissão Pastoral da Terra no estado do Rio de Janeiro**

No Rio de Janeiro, a CPT foi criada em 1976, na região sul fluminense, no município de Paraty, especialmente a partir das CEBs lá existentes. A região enfrentava uma dura disputa por terras, a partir de mudanças empreendidas pela política de modernização já na década de 1950 (SILVA, 2018).

O litoral sul fluminense era ocupado historicamente por caiçaras<sup>36</sup>, indígenas guaranis e comunidades descendentes de escravizados (que posteriormente foram reconhecidas como remanescentes de quilombos). Com o início da construção da rodovia Rio-Santos, no princípio da década de 1970, a região sul fluminense passou a enfrentar a intensificação das modificações socioespaciais, o que foi um fator determinante para o fim do isolamento da região (FEITOSA, 2018). Essa mudança foi sentida especialmente por uma corrida do setor empresarial “com a chegada de um grande contingente de agentes públicos e privados do setor turístico” (PACHECO, 2010; SANTOS FILHO, 2008 apud SILVA, 2018, p. 419), a partir da apropriação de terras historicamente ocupadas.

Diante desse cenário, a Igreja Católica local, a partir do bispo Dom Waldir Calheiros, assumiu o compromisso com os trabalhadores rurais daquela região e fundou a primeira regional da CPT no estado. A regional de Paraty-Angra fazia parte da Diocese

---

<sup>36</sup> Caiçara, derivada da palavra “caa-içara”, é uma palavra de origem tupi-guarani que significa “armadilha de galhos”. Trata-se de uma categoria política para se referir às comunidades de pescadores tradicionais que vivem da pesca artesanal e da agricultura.

de Volta Redonda e Barra do Piraí e abrangia cerca de 30 municípios que, aos poucos, foram se desmembrando. Dom Waldir Calheiros chegou à Diocese em 1966 após participar do Concílio Vaticano II e empreendeu uma reorganização pastoral a partir de uma maior valorização dos leigos. Também implementou um núcleo das CEBs.

A CPT-RJ surgiu com objetivos gerais de apoiar as demandas dos trabalhadores, especialmente os do campo, para que, lutando pela mudança da estrutura da sociedade, pudessem chegar à “libertação da opressão social”; incentivar a organização e participação dos lavradores e a interligação de suas lutas e experiências entre si e outras classes; reforçar a exigência de implantação de uma justiça agrária e uma política salarial e agrícola que atendesse, de fato, às necessidades dos trabalhadores do campo e, por fim, incentivo à união de todos os trabalhadores em vista de uma reforma agrária ampla, total e imediata, iniciando pela resistência na terra e pela conquista da terra para quem nela trabalhava ou dela fora expulso. Deste modo, afirmava que não bastavam leis para resolver o problema da terra, mas era necessária a ação política:

Ouvimos os clamores com que muitos de vocês nos pedem ajuda em defesa de seus direitos. Como resposta, resolvemos criar a Comissão Pastoral da Terra. A CPT, constituída pelo bispo da Diocese, padres, agentes de pastoral e lavradores, ajudados por pessoas especializadas no assunto, será um instrumento a que vocês poderão recorrer na defesa de seus direitos de lavradores... A CPT não vai fazer o que vocês mesmos podem fazer e devem fazer. Quer apenas ajudar vocês a adquirirem a capacidade para agir com suas próprias forças. A CPT não é um órgão de cunho político ou religioso, mas é um serviço que a diocese vai prestar a vocês, independentemente de seu lado político ou crença religiosa. Quando vocês precisarem da CPT dirijam-se aos seus vigários, ou equipe paroquial, que eles orientarão vocês a agirem com acerto (*Boletim da Diocese de Barra do Piraí - Volta Redonda*, nº 90 - Ano VII - 1977, janeiro, 1ª quinzena - Página 90).

Em julho de 1977 já havia um trabalho da Pastoral da Terra em nível interdiocesano em Volta Redonda-Barra do Piraí que, à época, abrangia Angra dos Reis, Paraty, Nova Iguaçu, Valença e Nova Friburgo (Relatório da Assembleia da CPT, 1977). No entanto, segundo Hernandez (2009), o apoio da Igreja às ocupações de terra no Rio de Janeiro e a luta dos posseiros no litoral sul não foi unânime, assim como ocorreu em outras regiões do país:

das dez dioceses do estado, metade apoiava as ocupações, quais sejam: Duque de Caxias (Dom Mauro Morelli), Nova Iguaçu (Dom Adriano Hipólito), Itaguaí (Dom Vital), Valença (Dom Elias) e Volta Redonda (Dom Valdir). Nas outras dioceses, como as do Rio de Janeiro (Dom Eugênio Sales), a de Campos e a da região serrana, os bispos não se engajaram nas disputas. Ao longo da década seguinte, foram fundadas

cinco sub-regionais da CPT no estado (Itaguaí, Baixada, Serrana, Norte e Valença/Volta Redonda) (ERNANDEZ, 2010, p. 204)<sup>37</sup>.

A CPT Rio de Janeiro atuava através da “experiência da Igreja”, isto é, levava em consideração o ecumenismo e a atuação junto a entidades e pessoas ligadas a outras matrizes religiosas; promovia o estudo da Bíblia à luz da realidade local; planejava de acordo com a realidade em que a regional está inserida. Sua segunda linha de ação estava relacionada aos “problemas da terra”: eram realizadas palestras sobre problemas agrários; levantamento sobre a realidade rural do Rio de Janeiro; desenvolvimento de trabalho que dialogasse sobre a fixação e valorização da terra. A CPT também buscou atuar em relação ao sindicalismo. A nível regional tinha como objetivo articular o movimento sindical “combativo” ao movimento nacional. A nível local, buscava promover a realização de estudos sobre realidade sindical em cada região e elaborar uma forma de atuação concreta; apoiar a criação de chapas de oposição sindical nos casos em que consideram que houvesse uma diretoria considerada “não combativa”, isto é, que não defendia os interesses dos trabalhadores; estimular a sindicalização e a regularização da situação sindical dos afiliados (Conselho Regional da CPT/RJ, 1982).

De acordo com Novicki, a CPT possuía uma Coordenação (eleita por assembleia a cada dois anos); uma Assessoria Regional, composta por sociólogos, advogados etc. e Equipes de Área (ou diocesanas), que eram compostas pelos agentes de pastoral. Sua intervenção se dava através de quatro linhas de ação: 1) pastoral (ligada à Igreja); 2) luta pela terra (voltada para a questão agrária, a situação do trabalhador rural e buscava oferecer assessoria jurídica em situações de conflito; 3) assessoria educacional (atuando na formação de lideranças) e 4) sindicalismo (promovendo a formação sindical de lideranças) (NOVICKI, 1992, p. 34).

Para entendermos como atuava a CPT no Rio de Janeiro, faz-se necessário o mapeamento do campo político e religioso em que ela emergiu e estava inserida, para que possamos compreender as disputas históricas inerentes a este campo.

A década de 1950 foi marcada pelo aguçamento da luta pela terra no estado e, conseqüentemente, pela violência de agentes públicos e privados, que agiam muitas vezes em decorrência do afrouxamento ou conivência do poder público local. Nesse sentido, na década de 1950, houve uma politização da questão agrária no estado, uma vez que os conflitos se acirraram, gerando a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

---

<sup>37</sup> Na época em que Hernandez (2010) se refere, as dioceses haviam se desmembrado.

No fim da década de 1950, foi criado pelo então governador Roberto Silveira (1959-1961)<sup>38</sup>, numa perspectiva de “governo popular”, as primeiras ações de reforma agrária: o Plano de Colonização de Terras Devolutas, criado como “estratégia para reduzir as tensões sociais que ocorriam na Baixada Fluminense” e para reduzir a influência do PCB no campo (ALENTEJANO et al, 2002, p. 6).

De acordo com Victor Novicki (1992), através do Plano, o governo estadual entre os anos de 1959 e 1962 “declarou como de utilidade pública, para fins de desapropriação, dezoito imóveis rurais em litígio” (NOVICKI, 1992, p. 23): as fazendas São José da Boa Morte (Cachoeiras de Macacu), Rio das Ostras (Casemiro de Abreu), São Lourenço (Duque de Caxias), Vargem Grande (Itaboraí/Cachoeiras de Macacu), Rio do Ouro (Magé), Cachoeiras (Magé), Engenho do Mato (Niterói), São Pedro (Nova Iguaçu), Tenente Pacheco (Nova Iguaçu), Paratimirim (Paraty), Independência (Paraty), Largo (São João da Barra), Ponta Largo (São João da Barra), Atalho (São João da Barra), Capivari (Duque de Caxias), Penha-Caixa (Duque de Caxias), Piranema (Duque de Caxias), Santa Alice (Itaguaí).

Segundo Novicki (1992), essas desapropriações tinham como objetivo solucionar três problemas: garantir o abastecimento alimentar; eliminar os focos de tensão social, através da garantia de permanência dos trabalhadores rurais no campo e amenizar e ordenar o processo de urbanização do estado que havia se intensificado com a industrialização (NOVICKI, 1992, p. 23).

Essas ações contribuíram para a criação, no governo seguinte de Badger da Silveira (1962-1964), do Plano Piloto de Ação Agrária (PPAA). Para Mario Grynszpan, esse plano

previa que, pelo meio mais rápido possível, deveriam ser delimitadas as áreas cultivadas por posseiros, em litígio. Nestas áreas litigiosas deveriam ser criadas subdelegacias de polícia agrária para “assegurar a tranquilidade das famílias dos trabalhadores rurais” (GRYNSZPAN, 1987, p. 235).

Anteriormente, em 1956, houve uma desapropriação no governo Miguel Couto, como veremos, que foi Pedra Lisa, à época pertencente a Nova Iguaçu.

---

<sup>38</sup> De acordo com Novicki (1992), em 1958 houve eleições para governador do Estado e Roberto Silveira (PTB), que foi vice-governador de Miguel Couto Filho (PSD), rompeu com o PSD e apoiado pela Coligação nacionalista (PTB, UDN, PDC e PSB) venceu as eleições. Faleceu em 28 de fevereiro de 1961, devido a um acidente de helicóptero. Após sua morte, tomou posse, para concluir o mandato, o vice-governador, Celso Peçanha. Seu sucessor, eleito, foi Badger da Silveira, irmão de Roberto (1963-golpe de 1964).



Diante da intensificação dos conflitos por terra e da disputa em torno da organização dos camponeses, o então governador Badger da Silveira decidiu nomear o Padre Antônio da Costa Carvalho, assistente eclesiástico dos Círculos Operários Cristãos (COCs) – atuando diretamente na organização de movimentos camponeses em oposição às iniciativas de esquerda -, para dar continuidade à execução do Plano. O Plano Piloto elegeu os municípios prioritários para desenvolver a delimitação das terras cultivadas por posseiros.

No Rio de Janeiro, a principal força político-religiosa que atuou no campo nesse período foram os COCs, que começaram a ganhar espaço nos anos de 1950. Segundo Grynszpan (1987), eles disputaram politicamente a organização do campesinato, por meio do padre Antônio Carvalho, com organizações de esquerda tais como PCB. De acordo com o autor, o objetivo inicial dos COCs era serem reconhecidos como sindicatos. No entanto, não tiveram aprovação do Ministério do Trabalho, o que fez com que penetrassem e controlassem sindicatos já institucionalizados. Assim, “os Círculos desenvolveram sua atuação de forma paralela aos sindicatos, e a organização profissional originalmente prevista foi abandonada” (GRYNSZPAN, 1987, p. 254).

Desde o final da década de 1950, os COCs desempenharam forte atuação na área rural do estado juntamente com a Flerj<sup>39</sup> que teve sua estrutura utilizada pelos Círculos para expandirem sua atuação junto ao campesinato, criando inicialmente algumas associações de lavradores. Com o objetivo de fomentar a sindicalização dos trabalhadores, a Federação dos Círculos Operários Cristãos desenvolveu um plano de atuação em que

o estado seria dividido em dez zonas sendo, cada uma delas, responsabilidade de um coordenador. A este caberia: fundar e orientar círculos e sindicatos rurais; dar assistência ao setor rural de sua zona; formar e orientar os dirigentes e militantes, promovendo dias de formação, encontros e cursos. Para tanto, seria fornecido aos coordenadores todo o material necessário. Tal trabalho seria supervisionado e orientado por um coordenador geral, que também seria responsável pelo envio aos coordenadores de toda a documentação legal necessária para a formação dos círculos e dos sindicatos. Este coordenador geral trabalharia junto à FCOC. Tanto ele, quanto os demais coordenadores, fariam um curso rápido de formação e capacitação com matérias como: circulismo, sindicalismo rural, questões sociais e prática de fundação de círculo operário e sindicato rural. Prevvia-se, finalmente, que os coordenadores, acompanhados do

---

<sup>39</sup> “Criada em julho de 1960, a Flerj (Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro) era composta por sete entidades fundadoras: Associação dos Lavradores de Japeri, Associação dos Lavradores de Macaê, Associação dos Lavradores de Virgem Santa, Associação Municipal dos Lavradores de Itaguaí, Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados de Vassouras. A diretoria era formada, principalmente, por lavradores de Nova Iguaçu, em particular de Pedra Lisa” (GRYNSZPAN, 1987, p. 242).

coordenador geral, visitariam os bispos das dioceses do estado, solicitando-lhes o apoio e autorização para que os vigários auxiliassem no trabalho. Buscar-se-ia, ainda, o concurso de outras autoridades interessadas na proposta circulista e na sindicalização rural (GRYNSZPAN, 1987, p. 259).

No entanto, para que o Plano pudesse ser colocado em prática, seria necessário vencer a oposição dos grupos de esquerda que também buscavam a organização dos trabalhadores rurais. A principal força de oposição aos COCs foi a Federação das Associações de Lavradores do estado do Rio de Janeiro (FALERJ). De acordo com Grynszpan (1987, p. 259), a legislação sindical promovia o acirramento da disputa pelos camponeses uma vez que era previsto que cada categoria poderia ser representada por apenas um sindicato. Na corrida pela Carta Sindical, apenas a FALERJ teve sucesso. Em 18 de novembro de 1963, a receberam durante manifestação ocorrida em Niterói.

Conclui Grynszpan (1987) que

é preciso ter em mente que a luta entre grupos ligados à Igreja e setores de esquerda, particularmente o PCB, pelo controle das organizações camponesas no período que antecedeu o Golpe de 1964, não foi exclusiva do estado do Rio. O Rio de Janeiro foi apenas umas das arenas da competição que, a nível nacional, se travava pelo monopólio da representação do campesinato. E o que estava em jogo aqui era não somente o predomínio sobre uma clientela, embora fosse este um importante componente das lutas, mas também, e principalmente, a imposição de uma determinada visão de mundo social e, em consequência, de uma forma de atuar neste mundo (GRYNSZPAN, 1987, p. 261).

Até início da década de 1960, em âmbito nacional já havia cerca de 400 mil associados à Federação Nacional dos Círculos Operários, sediada no Rio de Janeiro. Suas atividades eram assistencialistas<sup>40</sup> voltadas para ações de cunho educacional, sanitário, jurídico e econômico (CONDÉ; FILHO, 2018).

Nesse sentido, há a emergência do que Novicki (1992) chamou de politização da questão agrária. De acordo com Ianni (1975, p. 89, *apud* GRYNSZPAN, 1987, p. 147), no final de 1950 havia em todo país cinco sindicatos de trabalhadores rurais reconhecidos. No final de 1963 esse número saltou para 270, além de 557 sindicatos aguardando o reconhecimento. No estado do Rio de Janeiro, por sua vez, o plano para transformação de associações em sindicatos foi elaborado em 1962, mas só em 1963 é que se criou o

---

<sup>40</sup> Uma prática que busca prestar assistência às pessoas com fins a resolver uma demanda específica. Não necessariamente essa prática vai questionar os motivos pelos quais houve a necessidade da demanda.

primeiro desse período. No final deste mesmo ano já havia 13 sindicatos reconhecidos e 23 aguardando o reconhecimento.

No Rio de Janeiro, de acordo com Grynszpan (1987, p. 147),

O rompimento da dominação que incidia sobre os lavradores, juntamente com o trabalho das organizações camponesas e dos grupos políticos que atuavam no campo, confluía para a quebra da inevitabilidade dos despejos, que passavam a assumir um caráter arbitrário. Associado a isso, como vimos, as ligações com a terra e as incertezas da migração para a cidade também eram elementos fundamentais que impulsionavam os lavradores à luta (GRYNSZPAN, 1987, p. 147).

As décadas de 1960 e 1970 foram caracterizadas pela tentativa de despolitização da questão agrária (NOVICKI, 1992), uma vez que este período foi marcado pelo golpe militar, que instaurou uma ditadura de 21 anos no país. No entanto, este fato não extinguiu a resistência de inúmeros setores da sociedade, em especial os envolvidos em disputas fundiárias. A ditadura empresarial-militar gerou dificuldades no encaminhamento da questão fundiária:

A política de Estado objetivou fundamentalmente a expansão da empresa capitalista no campo voltada para culturas exportáveis e energéticas, através de incentivos fiscais e isenções tributárias, o que requereu a despolitização da questão agrária e a exclusão política do campesinato, num contexto de proliferação dos conflitos de terras gerados pela modernização tecnológica da agricultura (...) (NOVICKI, 1992, p. 28).

O'Donnell (1986, *apud* NOVICKI, 1992), ao analisar a implantação dos Estados burocráticos-autoritários destaca algumas de suas características, dentre estas a tentativa de suas instituições despolitizar o tratamento de questões sociais; a exclusão econômica do setor popular; exclusão política a fim de suprimir sua cidadania; fechamento dos canais e critérios de representação popular e de classe. Todas estas características podemos perceber ao estudar os efeitos do golpe sobre os setores populares brasileiros.

No Rio de Janeiro e em outros estados do país, após o golpe deflagrado em 1964, as múltiplas forças que ocupavam espaço no processo de luta política foram reprimidas. Os movimentos sociais foram criminalizados através da Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em 1935 ainda na ditadura do Estado Novo com Getúlio Vargas<sup>41</sup>,

---

<sup>41</sup> Há intenso debate acerca dos elementos, fundamentos e características deste período, mas grosso modo, trata-se do Estado Novo, período ditatorial marcado pelo governo 2º governo de Getúlio Vargas que se iniciou com um golpe de estado em 1937 e se estendeu até sua deposição, em 1945.

que definiu crimes contra a ordem pública e social. Mesmo com a queda do governo de Vargas em 1945, a LSN foi mantida (NOVICKI, 1992).

Houve intervenção nos organismos de representação dos trabalhadores rurais, como a FALERJ, já transformada em Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro (FETAG/RJ), com caráter sindical. Sua direção foi substituída por lideranças dos Círculos Operários Fluminenses, bem como ocorreram

invasões de sindicatos de trabalhadores rurais, prisões, mortes, interrogatórios, apreensão de material, processos com base na Lei de Segurança Nacional, sem “habeas corpus”, censura à divulgação pela imprensa e violências que sofriam, proibição de manifestações etc. (FETAG, OF. Nº 99/SE/83, de 30.05.83 apud NOVICKI, 1992, p. 28).

No que diz respeito ao governo estadual, desde 1964 até 1983 não existiu nenhum órgão de terra para encaminhamento da questão fundiária no estado, fato este que também contribuiu para a despolitização da questão fundiária (AREZZO, 1986, *apud* NOVICKI, 1992).

Embora as décadas de 1960 e 1970 tenham sido anos de forte repressão aos movimentos sociais e vistas como “anos de silêncio”, também foi possível perceber grupos de resistência, como já vimos no caso de setores da Igreja Católica que, juntamente com associações e núcleos de trabalhadores rurais, buscaram lutar por seus direitos.

De acordo com Barcellos (2008), “resistência” aparece como uma das principais formas de luta desenvolvidas pelas organizações sindicais. Nesse sentido, afirma o autor que

No período que vai de 1964 até meados dos anos 70, as práticas instituídas pela Fetag para se opor aos despejos e expulsões eram, ao mesmo tempo, novas e antigas. Antigas porque se baseavam em princípios de legitimidade antigos e duradouros, que permearam as lutas pela permanência na terra durante toda a história brasileira, por vezes, amparados pelas leis de incentivo ao cultivo, por outras, simplesmente sabendo-se justas dentro de um código de valores populares que se opunham aos títulos de propriedade de grileiros (BARCELLOS, 2009, p. 86)

É nesse cenário que houve a emergência da CPT no estado, configurando-se como “Igreja Popular”, influenciada pelas ideias da Teologia da Libertação. Assim, a Igreja surge como canal importante de expressão política dos interesses dos trabalhadores rurais junto ao Estado, com o objetivo de influenciar na política nacional (NOVICKI, 1992, p. 33).

Para compreendermos o que foi a atuação da CPT no estado do Rio de Janeiro, faz-se necessário analisarmos a questão fundiária do período estudado.

## **2.4 A questão fundiária no Rio de Janeiro e a luta pela terra: breve histórico**

O estado do Rio de Janeiro, ao longo do século XX, passou por importantes transformações, especialmente de suas áreas rurais, a partir da intensificação de processos de industrialização, especulação imobiliária e pela decadência da produção agrícola no estado (MEDEIROS, 2018), o que gerou fortes modificações no meio rural e intenso processo de conflitos por terra. A seguir apresentamos as principais áreas de conflito onde a CPT atuou.

### **2.4.1 Litoral Sul Fluminense**

A CPT nasce no Rio de Janeiro, como vimos, a partir dos conflitos existentes no litoral sul fluminense, especialmente ligados à construção da estrada Rio-Santos que, de acordo com Montenegro (2018), “foi desenhada para servir de via de comunicação entre as indústrias do litoral sul fluminense, a cidade do Rio de Janeiro e o porto de Santos e permitir a entrada do turismo na região” (MONTENEGRO, 2018, p. 418).

A construção da Rio-Santos foi iniciada, com apoio do governo ditatorial, nos anos de 1970, sendo aberta ao tráfego em 1975. A região, que não havia sofrido grandes modificações socioespaciais após o declínio das grandes fazendas de café e cana de açúcar, o que gerou um certo isolamento, passou a ser alvo de grandes projetos de “desenvolvimento”, que tiveram diversos impactos e promoveram modificações socioambientais. Para Montenegro (2018, p. 419), “foi o momento em que a área sofreu com mais intensidade a apropriação de suas terras pelo setor empresarial, com a chegada de um grande contingente de agentes públicos e privados do setor turístico”.

A construção da Rio-Santos foi uma das principais causadoras de conflitos na região, povoada principalmente por camponeses descendentes de portugueses, quilombolas, caiçaras e indígenas guaranis (DIEGUES, 2005 apud MONTENEGRO, 2015). Sua construção cortou as regiões litorâneas dos municípios de Angra dos Reis e Paraty, onde gerou a eclosão de diversos conflitos, especialmente nas localidades de São Roque, Barra Grande, Trindade, Praia do Sono, Taquari, localizadas em Paraty e em Santa Rita do Bracuhy, em Angra dos Reis.

Segundo Gregório (2018), o decreto do governo federal de nº 70.986 de 16 de agosto de 1972 considerou os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e

Paraty como áreas prioritárias para reforma agrária. No entanto, após seis meses, estas mesmas áreas tornaram-se áreas prioritárias de interesse turístico, através da resolução nº 413 de 13/02/1973, a partir do decreto nº 71.791 de 31 de janeiro de 1973, fato que intensificou o processo de especulação.

A região passou a ser alvo de especulação imobiliária a partir de seu reordenamento socioespacial, sendo alvo de apropriação de terras pelo uso ilegítimo da força, pressionando os moradores locais a abandonarem seus territórios, por meio de repressão física e psicológica, não só por grileiros, pretensos proprietários, mas também muitas vezes perpetradas diretamente pelo Estado, através de agentes públicos. Juntamente com este processo, ocorreu de forma intensa a devastação ambiental do litoral, com a criação de grandes empreendimentos turísticos (SIQUEIRA, 1989, apud MONTENEGRO, 2018), fato que gerou grande mobilização por parte dos sindicatos de trabalhadores rurais e organismos pastorais.

Segundo Montenegro (2018), as populações locais acreditavam que a abertura da estrada facilitaria a circulação entre as cidades, diminuindo o tempo de deslocamento, acesso à infraestrutura básica. No entanto, não foi o que experimentaram. A carta emitida pela Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB), entidade criada por estudantes frequentadores da praia de Trindade/Paraty e por caiçaras locais que atuaram resistindo às investidas de empresas que visavam a expulsão das terras, intitulada “Reflexões sobre a Rio-Santos e os problemas criados a partir dela”, afirma que

Comunidades inteiras de pescadores foram prejudicadas. Ao invés de lhes trazer as facilidades do transporte e da vida moderna, vieram tratores das próprias companhias construtoras da rodovia e os especuladores imobiliários, companhias agroindustriais cuja indústria era o turismo, e que trazem consigo a destruição da própria mercadoria que vendem, ou seja, a beleza e um modo de vida característico da região, seu equilíbrio ecológico. Tantos os tratores como especuladores nunca respeitaram os direitos seculares de posse das comunidades caiçaras: enxotaram-nos simplesmente, para as favelas das cidades mais próximas, pagando-lhes o mínimo equivalente pelo valor de suas posses, levando-os a marginalização social e cultural (SDLB, 09/1978 apud MONTENEGRO, 2018, p. 432).

De acordo com Medeiros (2018), dos 133 conflitos ocorridos no estado durante os anos de 1970 e 1980, 56 ocorreram no litoral sul fluminense, isto é, cerca de 40%.

Segundo Gregório (2018), o primeiro conflito registrado e acompanhado por padres e bispos na região foi em 1970, na região de Itaorca, Angra dos Reis, onde foi construída, através de desapropriação de terras pela União, o Centro Nuclear Almirante

Álvaro Alberto, em área historicamente ocupada por pescadores. O segundo caso teria sido em Trindade, Paraty, entre 1973 e 1974, em que a área foi invadida pela empresa multinacional Adela-Brascan (Agência de Desarrollo de Latino America), que expulsou os moradores objetivando a construção de condomínio de luxo. Houve a intervenção direta do bispo da Diocese de Itaguaí, Dom Vital Wilderink. A resistência e luta da população envolvida resultou em um acordo entre a empresa e os posseiros. Também houve acompanhamento por parte do Sindicato de Trabalhadores Rurais que desempenhou o papel de mediação junto aos trabalhadores.

Diante do exposto, a Diocese de Itaguaí entendeu que era necessário criar um organismo que pudesse assessorar e dinamizar a luta em defesa dos trabalhadores e criou a CPT na região, em novembro de 1976, em um encontro envolvendo agentes pastorais, liderados pelo então vigário episcopal Dom Vital Wilderink.

Entre os anos de 1976 e 1989 a CPT

participou e assessorou, no período delimitado, 466 famílias rurais em Paraty; 710 famílias em Angra dos Reis, sendo a maioria na periferia urbana; 249 famílias rurais em Mangaratiba e 72 famílias rurais em Itaguaí. O total de famílias atendidas seria 1497, atingindo um total estimado de 7.485 pessoas que representam 35% da população rural do litoral Sul Fluminense. Esse acompanhamento teria ocorrido através de visitas semanais e reuniões mensais nas bases com a presença de uma média de 40 pessoas em cada reunião, em que foram discutidos temas como: sindicatos e associação de produtores, leis de terras, direitos e deveres com relação ao uso e ocupação da terra e aprofundamento sobre a produção e comercialização visando à fixação do homem na terra (GREGÓRIO, 2018, p. 168).

A CPT também esteve envolvida na formação de lideranças que fundaram sindicatos rurais e associações na região, através do curso de “formação de consciência política e de lideranças entre os trabalhadores rurais” (ibid., 175).

#### **2.4.2 Cachoeiras de Macacu**

Outra importante região em que a CPT esteve fortemente envolvida, foi a da Baixada Fluminense, especialmente nos municípios de Cachoeiras de Macacu, que veremos agora, e Nova Iguaçu, no capítulo a seguir.

Cachoeiras de Macacu, inicialmente Vila Santo Antônio de Sá, entre os séculos XVIII e XX, teve sua ocupação a partir do rio Macacu, que possibilitou uma aproximação com a cidade do Rio de Janeiro, através da abertura de rotas de escoamento de produtos, especialmente farinha, arroz, feijão, milho e açúcar (BRITO, 2018) e de construção de

casas e povoados. De acordo com Cardoso (2009) e Rosa Jr. (2014) *apud* Brito (2018), a população que habitava a região no início do século XX era majoritariamente composta por ex-escravizados que passaram a trabalhar como arrendatários<sup>42</sup> e que tinham a terra como fonte de sua sobrevivência e reprodução.

A partir da década de 1930, como ficará mais evidente no próximo capítulo, foram pressionados pelas modificações que ocorreram na região, com as obras públicas de saneamento e projetos de colonização, cujo objetivo era recuperar áreas na Baixada Fluminense, erradicar doenças como a malária, estimular a intensificação da produção agrícola, promover a ordenação das áreas rurais e que, concomitantemente, deram origem a diversos conflitos fundiários.

Com a criação dos núcleos coloniais na Baixada, que serviam como apoio e desenvolvimento de pequenos proprietários (BRITO, 2018), em 1951 foi criado no município, pelo governo federal, o Núcleo Colonial de Papucaia, que tinha uma capacidade de alocação de 600 famílias. De acordo com Cardoso (2009)

A história das terras onde foi instalado remonta ao século XVI e à colonização portuguesa no Brasil. Em 1571, uma parte da região do Vale do Macacu foi doada como sesmaria para Miguel de Moura, por conta de seu papel na expulsão dos franceses da Baía da Guanabara. Neste mesmo ano, contudo, Miguel de Moura a doou à Companhia de Jesus, visto que Moura não utilizava suas terras para a produção de alimentos. Os jesuítas levaram alguns anos para assumir o local, tendo sido necessário aniquilar as tribos indígenas consideradas inimigas e cristianizar e escravizar as aliadas. Em 1757 a região já se tornara conhecida como Fazenda do Colégio ou Fazenda Papucaia, sendo considerada a fazenda jesuítica de maior produção de farinha de mandioca, famosa pela grande quantidade de animais utilizados para a tração e transporte e pelo grande número de mão de obra cativa indígena e negra (CARDOSO, 2009, *apud* BRITO, 2018, p. 52).

Com o processo de laicização do Estado português, em meados do século XVIII, os jesuítas foram expulsos da Fazenda Papucaia e o Estado passou a ser proprietário da área, que foi comprada por senhores de engenho da região. Segundo Brito (2018), a última proprietária teria sido a Companhia Nacional de Navegação Costeira, cujo dono chamava-se Henrique Lage, também proprietário de outras 30 empresas de ferro, carvão e navegação. Após a morte de Henrique Lage as terras foram incorporadas ao Estado e depois desapropriadas e transformadas no Núcleo Colonial de Papucaia.

A notícia da possibilidade de ocupação de terras por meio dos núcleos coloniais rapidamente percorreu o Brasil, fato que atraiu grandes contingentes de famílias

---

<sup>42</sup> De acordo com a CPT (1985), arrendatário é o lavrador que aluga a terra com ou sem benfeitorias.



trabalhadoras para a Baixada Fluminense e especialmente para Cachoeiras de Macacu, nos anos de 1950. De acordo com Brito (2018), o processo de migração para a região significou um aumento de quase 52% na população rural. Há, portanto, um movimento de ocupação de terras de Papucaia e de seu entorno, como a Fazenda de São José da Boa Morte (SJBm), nos anos de 1950 e 1960.

No entanto, políticas públicas de saneamento favoreceram a especulação fundiária, mais do que a produção agrícola, o que gerou a posterior expulsão dos trabalhadores das terras. Nesse sentido, o município de Cachoeiras de Macacu foi palco de diversos conflitos fundiários e contou com o apoio de sindicatos rurais, associações locais e trabalhadores rurais (BRITO, 2018).

A ocupação das terras da fazenda SJBm foi iniciada em meados dos anos de 1950. A fazenda fazia limite com o Núcleo Colonial de Papucaia, fato que influenciou os conflitos vindouros (BRITO, 2018). As terras de SJBm eram reivindicadas pelos irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno<sup>43</sup>, que tinham como propriedade a empresa Agrobrasil Empreendimentos Rurais Ltda. Eles teriam comprado as terras do então proprietário Adalberto Corrêa, que falecera em 1954. Para os camponeses, as terras pertenciam ao Instituto Nacional de Colonização e Imigração (INIC) e teriam sido griladas. Porém, os irmãos Coimbra Bueno foram reconhecidos como proprietários pelo juiz local, o que acarretou o despejo das famílias (GRYNSZPAN, 1987).

Com a decisão judicial, em março de 1961, a polícia protagonizou um violento despejo: cerca de 30 famílias foram expulsas, além de terem suas casas e plantações queimadas e instrumentos de trabalhos destruído ou apreendidos (Brito, 2018). Diante deste terror, os lavradores se organizaram e resistiram.

Segundo Grynszpan (1987), os posseiros exigiram que a polícia local resolvesse o *imbróglio*. Com a negativa, cerca de 200 a 400 posseiros, passaram a organizar uma resistência armada contra os grileiros que reivindicavam as terras de SJBm. De acordo com Brito (2018), foi realizado pelos camponeses um Tribunal Popular, foram presos além dos grileiros, um oficial de justiça:

Os primeiros foram acusados de grilagem, enquanto o último era oficial de justiça e estava encarregado pela Comarca de Cachoeiras de Macacu

---

<sup>43</sup> Sobre os irmãos, afirma Brito (2018) “Abelardo e Jerônimo, recém-formados em engenharia na capital federal, Rio de Janeiro, foram convidados, em 1934, por seu primo e interventor federal de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, para trabalhar na concepção e construção da capital estadual, Goiânia. Os irmãos ficaram responsáveis pela Superintendência Geral das Obras da Nova Capital de 1934 a 1938 e, como forma de pagamento receberam, além do dinheiro, um pedaço de terra da nova capital, onde iniciaram um projeto de loteamento privado para a construção de residências operárias” (BRITO, 2018, p. 61).

de entregar a ordem de despejo aos lavradores. A partir do Tribunal, os lavradores sentenciaram todos à morte por fuzilamento nas paredes em ruína da Igreja de São José da Boa Morte. Ao final, os acusados foram libertados com o aviso de não retornarem mais àquelas terras que, dali por diante, eram dos posseiros (TELÓ e BRAGA, 2015 apud BRITO, 2018)

A notícia do Tribunal rapidamente chegou às autoridades policiais que se deslocaram para SJBM e prenderam cerca de 20 posseiros, além de armas. O fato mobilizou outros posseiros a realizarem manifestação em frente à delegacia, exigindo a soltura dos presos. O evento intensificou as tensões já existentes no município e o delegado local classificou os protestos como perigo para os proprietários de terra e para os órgãos de segurança. A situação foi resolvida através da mediação de Ubirajara Muniz<sup>44</sup>, então prefeito da cidade, que contribuiu para a libertação dos presos (BRITO, 2018).

Segundo Brito (2018) após o conflito, a polícia ficou cerca de 40 dias na fazenda SJBM. As famílias despejadas instalaram-se no Núcleo Colonial de Papucaia. Nesse sentido, afirmou que “a luta pela terra em Cachoeiras de Macacu continuou por conta das novas tentativas de expulsão dos lavradores, agora enfraquecidos pela desarticulação de sua organização, promovida pela polícia ainda em 1961” (BRITO, 2018, p. 221).

Em 1963 houve outra ocupação na fazenda SJBM, desta vez contando com cerca de 500 posseiros, sob o lema “Luta-se pela terra livre”. O motivo teria sido o avanço por parte da Agrobrazil nas terras do Núcleo Colonial de Papucaia, que estava sob administração da Superintendência de Política de Reforma Agrária (Supra), recém-criada. Participou da articulação da ocupação a Associação de Lavradores de Cachoeiras de Macacu, que possuía intensa relação com o PCB. Seu presidente à época, Anésio de Freitas, era militante do Partido. Também, de acordo com o autor, a ocupação contou com o apoio de Ubirajara Muniz, que foi considerado pela polícia local como a “principal liderança da ocupação”, fato que lhe rendeu um prontuário elaborado pela polícia em que relatou:

ter contribuído para a libertação dos lavradores presos na ocupação de 1961, além de ter frequentado diversas vezes a ocupação de 1961 a 1963, procurando sempre promover a conciliação entre camponeses e a polícia, sempre priorizando a defesa dos lavradores (BRITO, 2018, p. 222).

---

<sup>44</sup> Prefeito eleito em 1962 pelo PTB no município de Cachoeiras de Macacu. Tinha como prioridade o debate em torno da reforma agrária, que se traduziu no apoio aos trabalhadores envolvidos nos conflitos por terra na região. Seu mandato foi interrompido com o golpe de 1964.

Após a ocupação, os irmãos Coimbra Bueno, solicitaram à justiça a reintegração de posse, pedido acolhido pelo então juiz da Comarca, José Rodrigues Lema, dando um prazo para a saída dos posseiros do local. Ruralistas de municípios vizinhos e dirigentes de associações patronais locais se reuniram poucos dias após findo o prazo estipulado pelo então juiz com o objetivo de realizar uma “resistência contra os agitadores comunistas, homens e mulheres que haviam criado a ‘indústria das invasões de glebas’ no estado do Rio de Janeiro (BRITO, 2018, p. 221). Com a mediação do presidente da Supra, João Pinheiro Neto, que afirmou que o conflito seria solucionado pela desapropriação da fazenda pelo governo federal, os posseiros desocuparam as terras sem resistência. Porém,

Ubirajara Muniz e eles distribuíram convites, alugaram ônibus e mobilizaram cerca de 300 famílias para se dirigirem até a cidade do Rio de Janeiro e lá montarem um acampamento em frente ao Palácio das Laranjeiras (Lavadores vieram pedir terras a JG. Correio da Manhã, 21/12/1963, p. 1) O objetivo do ato era criar um fato político e repercutir publicamente, de modo a pressionar para que a desapropriação fosse efetivada o mais rápido possível” (BRITO, 2018: 226-227).

A desapropriação aconteceu no dia 13 de janeiro de 1964 pelo então presidente João Goulart através do Decreto Nº 53.404, cuja justificativa foi o conflito envolvendo mais de 500 famílias e a possibilidade de seu agravamento. A partir disso, as famílias retornaram às terras e continuaram pressionando para que tivessem os seus lotes de maneira definitiva. No entanto, devido ao golpe em 31 de março daquele mesmo ano, o processo de desapropriação foi suspenso.

Contudo, no dia anterior ao golpe de estado (31/03/1964), os ferroviários declararam greve e, no dia seguinte, Ubirajara Muniz organizou uma passeata no centro de Cachoeiras de Macacu a favor do governo de João Goulart e contra o golpe que se realizava (BRITO, 2018, p. 227).

Os trabalhadores foram violentamente reprimidos com a deflagração do golpe, sendo alguns presos e/ou expulsos da Fazenda em que ocupavam pelo Exército, que permaneceu em SJBm por dias procurando lideranças locais. Outros abandonaram as terras antes da expulsão e recorreram às casas de familiares ou a busca de novas terras para se fixarem e trabalharem (BRITO, 2018). Fato é que

proteger a propriedade privada dos grandes proprietários, ignorando, no caso da São José, o decreto presidencial assinado por João Goulart, foi a atitude assumida pelos órgãos de segurança. Ao todo, 29 pessoas foram enquadradas no artigo 2º, §IV da Lei de Segurança Nacional (Lei Nº 1.802, de 05/01/1953) por “subverter, por meios violentos, a ordem

política e social, com o fim de estabelecer a ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo” (BRITO, 2018, p. 228).

Em 1967, a pedido do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), que substituíra a SUPRA no encaminhamento da reforma agrária, através do decreto 60.807, o presidente Costa e Silva revogou o decreto de desapropriação de cerca de 850 alqueires da Fazenda São José da Boa Morte, devolvendo-as aos irmãos Coimbra Bueno. Fato que consumou o despejo das famílias que permaneceram nas terras após a deflagração do golpe, restando apenas dezesseis (BRITO, 2018).

Ao longo de quase dez anos houve um arrefecimento nas lutas no entorno da Fazenda São José da Boa Morte. No entanto, em 8 de agosto de 1979, houve uma nova tentativa de despejo pela família Coimbra Bueno, gerando a reativação de conflito na região. Com a eclosão do conflito, um grupo de 120 famílias ocupou a fazenda. A CPT teve um papel central na ocupação, havendo inclusive a prisão do padre Joaquim Van Leween. O STR de Cachoeiras de Macacu enviou um relatório à FETAG comunicando o ressurgimento do conflito na fazenda e solicitou que providências fossem tomadas.

uma das primeiras violências sofridas por esses ocupantes ocorreu no dia 3 de janeiro de 1980, quando 25 policiais prenderam 11 pessoas, que foram levadas até o asfalto e ameaçadas de morte caso voltassem às terras de onde haviam sido retiradas [...]. Posteriormente, no dia 30 daquele mesmo mês, a polícia foi acionada e prendeu 88 lavradores, além do padre Joaquim Maria Van Leween, pároco de Japuiba, localidade próxima à área ocupada. O religioso era membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), principal organização articuladora da ocupação (BRITO, 2018: 233).

Ao longo da reocupação de 1980, lideranças das ocupações anteriores estiveram presentes, fato que, para Brito (2018), possivelmente contribuiu com a rearticulação do movimento na década de 1980. As famílias continuaram sofrendo diversos tipos de intimidações para que deixassem os lotes. Dois meses após a prisão dos trabalhadores, um pistoleiro, a serviço dos grileiros da região, disparou tiro na posse de uma das 16 famílias que resistiam. A esposa do lavrador estava grávida. O fato gerou grande repercussão provocando uma forte mobilização de diversos setores e movimentos sociais:

Os camponeses passaram a ter, então, o apoio do STR local e de outros (como Itaboraí e Magé), da Fetag/RJ, da Contag, da CPT local, além do apoio de setores urbanos, vereadores e deputados simpatizantes da causa. Depois da realização de diversos atos públicos, celebrações religiosas e manifestações na sede do Incra, a fazenda finalmente foi desapropriada pelo presidente João Batista Figueiredo por meio do Decreto N° 85.661, de 22/01/1981 (Levantamento de conflitos de terra elaborado pela Fetag/RJ em junho de 198. MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II) (BRITO, 2018, p. 237).

Três anos após a desapropriação, apenas 103 famílias haviam sido assentadas, restando ainda cerca de 400, segundo relatório da FETAG/RJ, apresentado por Brito (2018, p. 237), intitulado “Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro”, datado de 30 de novembro de 1983. Além disso, os organismos responsáveis pelo encaminhamento da reforma agrária relacionadas ao Estado continuaram com a mesma prática dos anos anteriores, fazendo o possível para inviabilizar a permanência das famílias de trabalhadores. Fato é que este clima mobilizou os colonos originários da fazenda desapropriada para que se organizassem e fundassem a Associação dos Produtores de São José da Boa Morte em 1985, cujo objetivo era buscar formas de aprimorar a produção e aumentar a colheita, cultivada por 300 famílias já em 1987 (BRITO, 2018). Ainda de acordo com o autor,

Em 2017 aproximadamente duas mil famílias habitavam o Assentamento SJBm, que, mesmo afetado por alagamentos frequentes causados por falhas nas obras do assentamento na década de 1980, é responsável por parte do abastecimento de alimentos do Rio de Janeiro, fornecendo aipim, inhame, goiaba, milho verde, quiabo e berinjela (No estado do Rio, população luta para obter reparo de dano socioambiental. *Brasil de Fato*, edição on-line, 19/11/2017 apud BRITO, 2018, p. 238).

A ocupação da década de 1980 contou com importante apoio da CPT, ligada à Diocese de Nova Friburgo, à época especialmente através do Padre Joaquim Maria Van Leween, então coordenador da CPT local, e da própria Diocese, uma vez que a CPT só se instalava onde havia de alguma forma interesse pela Pastoral Rural.

Neste capítulo, buscamos discutir as condições de emergência da CPT em caráter nacional e sua criação no estado do Rio de Janeiro, em 1976. Foram analisadas as formas de sua atuação junto aos trabalhadores rurais em algumas localidades do estado, buscando compreender o campo político em que se inseriu e os agentes com que se relacionou, bem como aqueles com quem disputou espaço político. No próximo capítulo, buscaremos discutir as questões relacionadas à regional de Nova Iguaçu.

## CAPÍTULO 3

### A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA EM NOVA IGUAÇU

No Rio de Janeiro, como vimos, a Comissão Pastoral da Terra encontrou campo fértil de atuação nos municípios de Angra dos Reis, Paraty, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Cachoeiras de Macacu. Neste capítulo, buscaremos analisar a regional Nova Iguaçu, que mantém o seu trabalho ativo até os dias atuais. No entanto, faz-se necessário uma contextualização sobre a história da região e da Igreja no município, bem como compreender as especificidades das pautas da regional CPT e suas formas de atuação na dinamização da luta dos trabalhadores rurais.

#### 3.1 O município de Nova Iguaçu: uma contextualização

Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense, foi marcado por diversas mudanças políticas, econômicas e sociais. Ao longo de três séculos, a região foi utilizada para a produção de cana-de-açúcar e escoamento de ouro. Também escoou, a partir do século XIX, a produção de café vinda do Vale do Paraíba (paulista e fluminense), Minas Gerais, Espírito Santo e interior do Rio de Janeiro devido à facilidade de saída para os portos de Caxias, Magé, Inhomirim e Estrela por vias fluviais e marítimas (MEDEIROS, 2018). No entanto, embora a região tenha acumulado capital durante este período, o assoreamento dos rios e o desmatamento levaram ao declínio da sua economia a partir de meados do século XIX. Nesse sentido, isso se deu, como afirma Souza:

com vista ao fabrico de carvão, pelos impactos das obras realizadas para a construção das ferrovias, pelas escavações nas proximidades dos rios para movimentar as olarias e pelo intenso tráfego nos rios sem o efetivo trabalho de manutenção, por ser um local que está abaixo do nível do mar etc (SOUZA 2006, p. 18).

Devido aos problemas que assolaram a região a partir do século XIX, como a crise do transporte fluvial, os frequentes alagamentos, inúmeros casos de malária (impaludismo) e cólera, o declínio da economia cafeeira, culminando na narrativa de “decadência” da região, houve uma tentativa de viabilizar a retomada da economia, a partir de investimentos em políticas de saneamento e incentivo à citricultura (MEDEIROS, 2018). No início da República, a citricultura emergiu como uma atividade econômica promissora

o que favoreceu a chegada de novos trabalhadores, especialmente do norte do estado e de Minas Gerais, à região (SOUZA, 1993):

entre os anos 1920-40, Nova Iguaçu foi o município que mais cresceu percentualmente no país, saltando, segundo Mendes (1950, p.102) de 33.396 para 140.606 habitantes. Esse crescimento se deveu em parte ao crescimento da população urbana em Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, mas também teve a contribuição dos contingentes camponeses que se dirigiram para a citricultura motivados pela possibilidade de trabalho na laranja (SOUZA, 1993, p. 215).

Mario Grynszpan (1987) afirma que é necessário relativizar a ideia de decadência, pois ela pressupõe um momento de prosperidade que, para ele, está associado à dominância de grandes senhores e da cultura da cana, especialmente na Baixada. Conclui que a decadência da região estava diretamente associada ao abandono e ao desinteresse dos grandes proprietários (GRYNSZPAN, 1987, p. 30-31).

Souza (2006), porém, adverte que o quadro de decadência não atingiu toda a região da Baixada Fluminense:

mesmo nas áreas atingidas, não podemos supor que as enchentes eram permanentes, caso contrário não poderíamos concordar com os dados da produção agrária apresentados nos documentos oficiais, assim como nem considerar a Baixada adequada à ocupação humana (SOUZA, 2006, p. 19)

As elites locais empreenderam diversos debates em torno da “decadência”. A partir disso foram pensadas duas soluções: a imigração com a finalidade de substituir a mão de obra e a diversificação da produção através da recuperação das áreas decadentes. Entretanto, a imigração não ocorreu e novas formas de trabalho surgiram, como o arrendamento e a parceria para trabalhadores locais, o que em certa medida solucionou momentaneamente a disponibilidade de mão de obra (GRYNSZPAN, 1987, p. 26). Mas não houve uma solução eficaz e sistemática para os problemas que afetavam as áreas “decadentes”, visto que eles iam além do abandono, mas também envolviam as inundações e doenças que se espalharam na região.

Souza (2006) questiona se essa crise teria afetado a estrutura agrária da região e conclui que não. De acordo com a autora,

pensar a decadência em tempo integral e, sobretudo, confundir crise com a impossibilidade total de acumulação pode nos impedir de estabelecer um olhar mais aprofundado acerca do processo histórico vivido. Assim sendo, estaríamos indicando a inviabilidade do capitalismo e a falência daqueles que ainda naquele momento, constituíam as forças dominantes na região. Ora, ninguém estaria concentrando terra, plantando laranja ou fabricando farinha se não

houvesse a possibilidade de qualquer acumulação ou de permanência na economia (SOUZA, 2006, p. 19-20).

Em decorrência dos problemas que assolavam a Baixada Fluminense no século XX foram necessários investimentos em políticas de saneamento e incentivo à citricultura (MEDEIROS, 2018), na tentativa de viabilizar a retomada do crescimento econômico da região.

O crescente aumento da população da cidade do Rio de Janeiro e, por consequência, o aumento da demanda por alimentos, fez com que a Baixada fosse pensada e construída politicamente como local que abasteceria a capital. Nesse sentido, com o objetivo de transformar a região em um “cinturão verde” foram criados, a partir de 1930, núcleos coloniais. Em 1932 e 1939, respectivamente, a fazenda São Bento do Iguassu e a fazenda do Tinguá, atualmente em Duque de Caxias e Nova Iguaçu respectivamente, que haviam sido desapropriadas pela Empresa de Melhoramento da Baixada Fluminense em 1922, foram transformadas em núcleos coloniais pelo governo federal. Além destes, encontravam-se também na região os núcleos de Santa Cruz (1930), Duque de Caxias (1951) e Santa Alice (1955) (MEDEIROS, 2018).

Os objetivos almejados pelos núcleos coloniais não foram alcançados. Pelo contrário, estimularam a especulação imobiliária, considerada como a “atividade econômica de maior expansão na Baixada Fluminense” nos anos 1950, o que favoreceu o reordenamento urbano (GEIGER; MESQUITA, 1956; SOUZA, 1993). De acordo com Geiger e Mesquita (1956) os investimentos do Estado não promoveram o incentivo à produção agrícola, mas a valorização que alimentou o processo de especulação provocando intensas disputas pela terra na Baixada entre grileiros, posseiros, arrendatários, pretensos proprietários.

Em decorrência da especulação imobiliária e entrada do investimento privado, o processo de loteamento da Baixada Fluminense, iniciado na década de 1950, contribuiu na ruptura com o período anterior, marcadamente rural. A região passou a ser alvo de grileiros.

Souza (1993) afirma que os loteamentos urbanos podem ser considerados a principal causa dos conflitos fundiários ocorridos nos municípios de Nova Iguaçu e Caxias. Para Grynszpan (1987) o surgimento de novos proprietários, ou pretensos proprietários, e a grilagem de terras foram elementos deflagradores dos conflitos fundiários rurais e urbanos.



Devido à eclosão da II Guerra Mundial, houve uma crise na exportação de laranjas, que fez com que diversos chacareiros e pequenos proprietários vendessem suas terras ou desistissem de seus arrendamentos. De acordo com Souza (1993), este fato contribuiu para a implantação de loteamentos urbanos na região, especialmente em fins de 1940, mas se intensificando na década de 1950. O declínio e desativação do cultivo de laranjas na Baixada Fluminense, especialmente em Nova Iguaçu, foram um fator considerável dentre aqueles que geraram os despejos, ocupações e conflitos envolvendo camponeses. Há indícios de que trabalhadores que perderam suas casas e trabalho nas regiões de produção de laranja se dirigiram para terras que ainda estavam livres na região naquele período, ocupando-as aos poucos (SOUZA, 1993).

Com o declínio da citricultura e as mudanças ocorridas nas relações de trabalho na Baixada, presença de atividade loteadora, soltura de gado nas roças, o que causaria danos à produção, declínio de produção etc. (NOVICKI, 1992), iniciou-se a organização e resistência por parte de ocupantes, posseiros, arrendatários frente às investidas de grileiros/empresários/proprietários. Essa resistência acabou influenciando pessoas em outras regiões do estado que, tendo sido expulsas das áreas onde moravam, buscavam terras na Baixada. Grynszpan (1987) discute o fato de os trabalhadores rurais não terem optado pela migração para a cidade e sim pela luta por terra ou migração para outras regiões do país. E entende que isso se deu porque a

terra não é, para o camponês, um simples local de trabalho e de habitação, mas sim a base para a reprodução de sua condição camponesa e, conseqüentemente, de uma série de relações sociais, da família, de valores. Por isso, ele percebe o seu futuro como vinculado à terra, e a decisão de abandoná-la não é um mero cálculo de custos e benefícios. É por isso também que, nem sempre, a ida para a cidade representa para o camponês um caminho sem volta. Ela pode ser apenas um trecho de sua trajetória, onde ele acumula recursos para depois adquirir um novo pedaço de terra (GRYNSZPAN, 1987, p. 65-66).

De acordo com Woortman (1990), a migração muitas vezes permite que haja a permanência e a reprodução social camponesa:

A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa (WOORTMAN, 1990, p. 35).

Grynszpan (1987) afirma que, mesmo os trabalhadores sofrendo inúmeras injustiças por parte dos proprietários, é o corte ao acesso à terra que desencadeia e os mobiliza para a luta. Na Baixada, com a intensificação da especulação imobiliária, o que

se percebeu foi justamente o aumento da dificuldade em acessar a terra, o que deixou de afetar um ou poucos trabalhadores e passou a atingir a vida de centenas deles. Com a intensificação das lutas em torno da permanência na terra, surgiram novas formas de organização.

No estado do Rio de Janeiro foram criadas associações de lavradores, que começaram a se formar já no final dos anos 1940, em Duque de Caxias e Nova Iguaçu e que tiveram forte atuação nas ocupações e disputas por terra ocorridas nessas regiões.

Em 1948 foi fundada a Sociedade dos Trabalhadores e Posseiros de Pedra Lisa, localizada em Nova Iguaçu, numa área hoje pertence ao município de Japeri, tendo como um de seus fundadores José Matias, assassinado anos depois por grileiros, e Bráulio Rodrigues<sup>45</sup>. Bastos (2017) afirma que “foi a primeira associação de lavradores na Baixada Fluminense e importante ferramenta de luta dos camponeses no período que antecedeu o golpe de 1964” (BASTOS, 2017, p. 5).

A região de Pedra Lisa foi marcada pela investida de grileiros e da polícia. No final de 1956, tentou-se efetivar um mandato de despejo dos lavradores, porém a polícia foi recebida pelos trabalhadores armados com ferramentas como foice, enxadas, espingardas de caça. De acordo Grynspan, havia na entrada da região uma placa com a seguinte afirmação: “*Aqui em Pedra Lisa não entra polícia. Nem grileiros. Estas terras têm donos. Cada palma de chão roubado há de custar a vida de todos nós*”. Por esse motivo, a região foi apelidada pelo subdelegado da área como “Zona Conflagrada” (GRYNSZPAN 1987, p. 153).

Na ocasião, os posseiros recorreram a diversas formas de luta e defesa dos seus direitos: apelos ao governador, à Assembleia Legislativa, à imprensa, ao Poder Judiciário. Os trabalhadores afirmavam que se tratava de área pública e, portanto, qualquer tentativa de despejo se caracterizaria como ilegal e moveram uma ação judicial. Após algumas reuniões com o Ministério da Agricultura, em 1958, e forte resistência na região, o então governador do estado do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho, decretou a desapropriação das duas glebas que integravam Pedra Lisa: Santo Antônio do Mato e Limeira (BASTOS, 2018, p. 140).

---

<sup>45</sup> Natural de Januária, Minas Gerais. Importante militante do Partido Comunista Brasileiro, articulador de movimentos de luta pela terra na Baixada Fluminense, especialmente em Nova Iguaçu. Na década de 1970, tornou-se membro da CPT (Ernandez, 2010). Suas memórias foram publicadas em livro intitulado *Memórias da Luta Pela Terra na Baixada Fluminense* em 2009, pelas editoras Edur e Mauad X, sob organização da professora Leonilde Medeiros.

É importante ressaltar que Pedra Lisa se configurou como pioneira na organização de lavradores na região e que pode “ter se tornado um polo de irradiação-aglutinação de lutas pela terra em regiões próximas” (BASTOS, 2017, p. 180).

Ainda em 1947 foi fundada por José Pureza da Silva<sup>46</sup>, em Xerém, a Comissão de Lavradores de Duque de Caxias. Em 1952, ela foi transformada em Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF), com sede na Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias e com o objetivo de atender aos lavradores do estado (MAIA, 2018). A Associação nasceu a partir das ameaças de despejo recebidas pelos lavradores da região ainda em 1949, quando estes passaram a se reunir a fim de reagir à expulsão. Além disso, organizaram manifestações na cidade denunciando em jornais as violências sofridas pelos trabalhadores. Também moveram ação na justiça reivindicando a posse e a propriedade da terra (ERNANDEZ, 2010, p. 163-164). Segundo Bastos (2018), esta mobilização estava associada ao acirramento dos despejos ocorridos ao redor da Fábrica Nacional de Motores (FNM)<sup>47</sup>.

De acordo com Pureza (1982, p. 25 apud Ernandez, 2010, p. 163),

a comissão de três pessoas, criada em tais circunstâncias, constituiu-se no embrião da organização. Nessa época, já existia um Sindicato de Trabalhadores Rurais em Campos, mas que só atendia às reivindicações dos assalariados da cana. Daí a necessidade de formar uma organização que defendesse todas as camadas de camponeses, tais como os posseiros, meeiros, terceiros, arrendatários, pequenos proprietários, peões, colonos etc.

A ALF sofreu dura repressão por parte da polícia em seus primeiros anos de funcionamento e não conseguiu atuar em todo o estado, como era sua proposta inicial, embora tenha criado núcleos em outros municípios. Como relata Grynszpan (1987), essa articulação ocorreu após a criação da FALERJ em 1959, logo após a I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, realizada em Niterói

---

<sup>46</sup> Importante liderança camponesa da Baixada Fluminense, em especial em Duque de Caxias. Natural de Alagoas, migrou para a cidade do Rio de Janeiro ainda jovem em busca de emprego, e desempenhou função inicialmente na construção civil. Envolveu-se com movimento operário e ingressou no Partido Comunista Brasileiro. No final da década de 1940, após ingresso no PCB, migrou para o campo, após receber informações sobre a aquisição de lotes de terra em Xerém, Duque de Caxias (Ernandez, 2010). Participou de outras ocupações na região. Foi tesoureiro da Ulta entre 1961 e 1963 e compôs a diretoria da Falerj, na década de 1970 (PUREZA, 1982).

<sup>47</sup> “Somada ao contexto regional de intensificação da especulação imobiliária para fins de loteamento urbano, a instalação da FNM em Xerém, em 1942, ilustra de maneira bastante apropriada esta caracterização. Responsável direto pela valorização fundiária das terras do distrito e pela chegada de significativos contingentes populacionais à região, o empreendimento, tutelado pelo Estado brasileiro e dirigido pela Aeronáutica, interferiu de diversas formas na dinâmica fundiária de seu entorno, onde, não por acaso, eclodiram alguns dos principais conflitos por terra mapeados no município entre os anos de 1950 e 1960” (MAIA, 2018, p. 107).

(agosto/1959), que tinha fortes vínculos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Importante salientar que, neste momento, processos de organização já estavam em curso em diferentes pontos do país, muito estimulada pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), criada em 1954<sup>48</sup>.

Entre os anos de 1960 e final de 1970, houve uma tentativa de despolitização da questão agrária por parte do Estado, período marcado pelo início da ditadura empresarial-militar (NOVICKI, 1992). Todavia, este fato não impossibilitou a resistência de inúmeros setores da sociedade, especialmente aqueles envolvidos em disputas fundiárias.

O debate sobre a questão agrária, até os anos de 1964, encontrou terreno fértil junto ao Poder Legislativo federal, porém, com a instalação da ditadura e suas consequências, isto se tornou cada vez mais inviável.

As dezoito desapropriações ocorridas no Estado do Rio de Janeiro desde 1958 foram revertidas após o golpe. Novicki (1992) afirma:

O aparato fundiário do Estado Militar, com a finalidade de avaliar a “conveniência ou não das desapropriações” realizadas pelos governos estadual e federal no Rio de Janeiro antes de 1964 e propor soluções aos problemas sociais existentes, criou, sob a coordenação da Delegacia Estadual do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA, várias comissões técnicas mistas (representantes do INDA e do governo estadual). Invocando a necessidade de “ajustes técnicos” e “correção de erros” cometidos no período anterior, as comissões sugeriram a revogação dos decretos expropriatórios de seis imóveis, justificada principalmente pela vocação urbana/industrial dessas áreas e até devido à “inexistência de tensão social”. Todavia, excetuando-se as fazendas Vargem Grande e São Lourenço, protegidas por decretos desapropriatórios estaduais, todas as outras áreas, inclusive aquelas onde foi recomendado pelas comissões a continuidade da desapropriação, retornaram para os antigos grileiros e pretensos ou verdadeiros proprietários. Isto levou à recriação de graves focos de conflito no campo fluminense, com a conivência da repressão policial-militar instaurada no país, num estado considerado como área prioritária para a execução do Programa de Reforma Agrária (NOVICKI, 1992, p. 31).

Entre 1964 e 1983, não houve por parte do governo estadual nenhum órgão de terra para encaminhamento da questão fundiária, fato este que também contribuiu para a despolitização da questão fundiária (AREZZO, 1986, apud NOVICKI, 1992), ainda que os conflitos no campo continuassem intensos.

---

<sup>48</sup> A Ultab surgiu em 1954 em um contexto de mobilização de trabalhadores em prol de melhorias nas condições de trabalho nas áreas rurais. A organização estava ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e foi extinta após o golpe empresarial-militar de 1964.

Embora as décadas de 1960 e 1970 tenham sido anos de forte repressão aos movimentos sociais e vistas como “anos de silêncio”, também foi possível perceber grupos de resistência, como veremos o caso de setores da Igreja Católica que, juntamente com associações e núcleos de trabalhadores rurais, buscaram lutar por seus direitos.

É nesse cenário marcado por injustiça, pobreza e repressão que emerge a atuação da Diocese de Nova Iguaçu. Reitera Bastos:

Se os anos 1970 podem parecer como anos de silêncio, não foram um período de total desmobilização. As indicações que temos é que apesar da repressão, algumas formas de articulação se mantiveram, outras foram criadas e as experiências anteriores processadas e reorganizadas. O que mudou foi a forma da luta (BASTOS, 2018, p. 157).

Nesse sentido, afirma ainda o autor que

A desmobilização no período pós-golpe seria superada anos mais tarde, quando o grande polo de irradiação de lutas na cidade e no campo, em Nova Iguaçu seria retomado pela diocese local, sob liderança do Bispo Dom Adriano Hypólito (BASTOS, 2017, p. 195).

De acordo com levantamento dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro feito pela FETAG, entre os anos de 1969-1979 ocorreram cerca de 70 conflitos em 18 municípios, envolvendo, 4.811 famílias. Deste total 30% localizavam-se nos municípios da Baixada Fluminense (NOVICKI, 1992).

É também na década de 1970 que, como vimos, foi criada a CPT, a fim de auxiliar na luta e demanda do povo do campo, configurando-se como “Igreja Popular”, influenciada pelas ideias da Teologia da Libertação. Nesse contexto, portanto, a Igreja surge como canal importante de expressão política dos interesses dos trabalhadores rurais junto ao Estado, com o objetivo de influenciar na política nacional (NOVICKI, 1992).

### **3.2 A Diocese de Nova Iguaçu e a luta pela terra**

Na Baixada Fluminense, a Igreja Católica, entre as décadas de 1960 e 1980 teve grande atuação junto aos movimentos sociais, tanto no campo quanto na cidade. Essa atuação foi possível por meio da liderança de Dom Adriano Hipólito, bispo da Diocese de Nova Iguaçu, que, a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) e influenciado pela Teologia da Libertação, pensou um projeto político de Igreja que respondesse às “demandas do povo que sofria”.

Já no início da década de 1950, foi criada uma comissão Pró-Criação da Diocese de Nova Iguaçu, que “nasce com a preocupação das próprias autoridades eclesiásticas em

dar assistência espiritual ao crescente contingente populacional da Baixada Fluminense” (GOMES, 2012, p. 28).

Foram duas comissões, sendo a primeira presidida pelo pároco Monsenhor João Müsch que conseguiu adquirir um prédio já construído no centro da cidade, originalmente sede de uma fazenda. A segunda comissão foi presidida pelo então bispo de Barra de Piraí, Dom Agnelo Rossi, que entendia que havia uma lentidão no andamento do processo de criação da Diocese. Com o auxílio de padres de diferentes municípios (Itaguaí, Nova Iguaçu, Mangaratiba, Nilópolis), houve uma maior fluidez no processo (GOMES, 2012). Assim,

em agosto de 1959 o Sr. Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi visitou a cidade de Nova Iguaçu com a pretensão de validar ou não o trabalho até então realizado, percorrendo as igrejas locais, a matriz de Santo Antônio de Jacutinga e a Fazenda da Posse, esta última que seria a residência episcopal. Aprovado o empreendimento, encaminhou-se ao Papa a documentação necessária para a execução do projeto. Após a aprovação pela Santa Sé, o Bispo Diocesano de então, Dom Agnelo Rossi, antecipava-se em Portaria baixada a 17 de março de 1960, destacando o bispo que o sucederia na nova diocese criada, o valor que deve ter uma diocese, e a preparação do povo para a recepção da mesma (GOMES, 2012, p. 29).

Em 26 de março de 1960 foi então inaugurada a Diocese de Nova Iguaçu, que teve como primeiro bispo diocesano Dom Walmor Wichrówski. No que diz respeito à sua abrangência,

com território desmembrado das Dioceses de Barra do Piraí-Volta Redonda e de Petrópolis, em 1960 e de Itaguaí, em março de 1980, a Diocese de Nova Iguaçu, conforme dados da Mitra Diocesana e do Censo do IBGE no ano de 2007, abrange os municípios de Mesquita, Queimados, Japeri, Paracambi, Belford Roxo, Nilópolis e Nova Iguaçu. Geograficamente está situada no Centro-Sul do Estado do Rio de Janeiro, dividindo-se em sete regiões pastorais. Em Nova Iguaçu são quatro regiões pastorais, compreendidas em Centro, Miguel Couto, Cabuçu e Austin (GOMES, 2012, p. 31).

Dom Adriano chegou à Diocese de Nova Iguaçu em 1966, como terceiro bispo auxiliar<sup>49</sup>. Nela permaneceu por quase trinta anos (1966-1994). Dom Adriano Hipólito, ainda na Bahia, quando soube de sua transferência para o estado do Rio de Janeiro e mais

<sup>49</sup> A Diocese de Nova Iguaçu, conforme dados da Mitra Diocesana e do Censo do IBGE no ano de 2007, abrange os municípios de Mesquita, Queimados, Japeri, Paracambi, Belford Roxo, Nilópolis e Nova Iguaçu. Geograficamente está situada no Centro-Sul do Estado do Rio de Janeiro, dividindo-se em sete regiões pastorais. Em Nova Iguaçu são quatro regiões pastorais: Centro, Miguel Couto, Cabuçu e Austin (GOMES, 2012). À época, os municípios de Mesquita, Queimados, Japeri e Belford Roxo ainda não haviam se emancipado de Nova Iguaçu

precisamente para a Baixada Fluminense, foi parabenizado, ao mesmo tempo em que recebeu mensagens com pesares. Isto porque a região há muito era marcada pelas ausências, o que incluía falta de saneamento, moradia, educação, segurança. Destaca Serafim (2013) que professores do Paraná, onde Dom Adriano completara seus estudos, teriam feito algum estágio pastoral na Baixada Fluminense e caracterizavam a região como “terra de violência”, “de miséria”, “de muita corrupção política” (SERAFIM, 2013, p. 65).

Mas, ainda segundo Serafim (2013), o bispo não se abateu com as informações que obtivera, embora em parte tenha incorporado o imaginário dominante sobre a região. A partir de seu ministério e de sua identificação com as demandas das populações mais pobres da Diocese de Nova Iguaçu, colocou em prática as orientações do Concílio Vaticano II, principalmente com base na opção pela “Igreja dos Pobres de Deus” e de sua formação franciscana.

Dom Adriano foi uma importante liderança que promoveu a formação sociopolítica de leigos/as e religiosas/os e favoreceu o “fortalecimento de espaços de articulação e reivindicação para os direitos sociais” (SILVA, 2007, p. 7). Criou o Centro de Formação de Líderes (CENFOR), em 21 de julho de 1973, que tinha o objetivo, segundo nota publicada no Jornal Diocesano,

por meio de cursos, encontros, dias, manhãs, tardes de formação, retiros, congressos, seminários, assembleias, conferências, sessões, palestras etc., gostaríamos de atingir ou de ver atingidos todos aqueles que são portadores de alguma responsabilidade na Igreja, no Estado e na sociedade. Pensamos em todas as elites, entendendo-as não em estreito sentido de “cúpula” mas de multiplicadores sociais, isto é, pensamos em todos os que por sua vocação, profissão, tarefas, trabalhos exercem influência sobre outros. Pensamos nos agentes de pastoral, nos professores, nos políticos, nos pais e educadores, nos chefes de empresas, nas classes liberais etc. Pensamos de modo especial na juventude, naqueles que mais cedo ou mais tarde, formados ou deformados, preparados ou despreparados, vão assumir seu papel na comunidade eclesial ou civil (Jornal Diocesano *Caminhando*<sup>50</sup>, junho 2003, apud SILVA, 2007, p. 6).

A partir de sua identidade religiosa e política e sua compreensão acerca dos problemas sócio-políticos da região, a Diocese de Nova Iguaçu, por meio de seu semanário *A Folha*, criado por Dom Adriano Hipólito, se apresentava como instrumento de resistência política e de denúncia. Inicialmente o semanário incorporava o folheto

---

<sup>50</sup> Criada por Dom Adriano Hipólito, inicialmente, como *Boletim Diocesano*. Atualmente chama-se *Revista Caminhando*.

litúrgico utilizado nas paróquias da Diocese em dias de celebrações e missas, mas a partir de 1973, incorporou o jornal semanal da Mitra Diocesana. O jornal possuía duas seções, uma referente à liturgia da missa e a outra “não-litúrgica” onde Dom Adriano escrevia diversos textos relacionados às questões sociais e políticas presentes naquele contexto (CERQUEIRA, 2007, p. 13):

A Folha se caracterizou por apresentar um conjunto de representações constituídas por um determinado setor do catolicismo brasileiro para interpretar a realidade e os problemas enfrentados pela sociedade brasileira e pela instituição nesse período (CERQUEIRA, 2007, p. 14).

Durante a década de 1980, a Igreja de Nova Iguaçu entendeu que apenas o trabalho de conscientização não estava respondendo às demandas que surgiam e percebeu que havia uma dificuldade e necessidade na emergência de sujeitos políticos autônomos. Diante dessa preocupação,

desafiada a adensar sua intervenção a partir da relação “fé e vida”, decidiu investir numa formação política sistemática e permanente de seus agentes e educadores populares para propiciar a emergência de novos personagens no cenário político local e prepará-los para intervirem nas políticas públicas locais (SILVA, 2003a, *apud* SILVA, 2007, p. 26).

A partir do Concílio Vaticano II, foi proposta a criação de organismos da Igreja para fomentar o “progresso das nações necessitadas e a justiça social entre as nações” (LENZ, 2012). Segundo o autor, tal proposta teria dado origem à Comissão Pontifícia de Justiça e Paz (CDPJ), órgão criado pelo Papa João Paulo I, e instituído em Nova Iguaçu por Dom Adriano Hipólito para assessorar e enfrentar problemas relacionados aos direitos humanos, sistematicamente violados na Baixada Fluminense.

A CDPJ foi criada em 12 de fevereiro de 1978, através do Decreto Eclesial 01/78, publicado no *Boletim Diocesano* nº 103 em 1º de julho de 1978. Sua “inauguração” ocorreu durante a missa de abertura da Campanha da Fraternidade<sup>51</sup>, e teve ampla divulgação pela imprensa (GOMES, 2012).

É importante evidenciarmos os desafios que estiveram presentes na Diocese durante a organização da CDPJ. Em 19 de junho de 1977, ocorreria uma conferência sobre direitos humanos a fim de constituir a Comissão. Porém, teve que ser cancelada devido à

---

<sup>51</sup> A Campanha da Fraternidade surgiu a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965). Desde 1964, anualmente, a CNBB propõe um tema para ser refletido e engajar toda a comunidade católica. A Campanha é aberta oficialmente no tempo da Quaresma, que são os 40 dias que antecedem a Páscoa. Os temas propostos buscam dialogar com a realidade dos fiéis, onde todos são chamados a reconsiderar suas atitudes em relação ao outro, buscando a conversão pessoal e da comunidade.



investida de militares, respaldados pelo 1º Exército, que rondaram, cercaram e ocuparam, inclusive com metralhadoras, as dependências do Centro de Formação. Este evento ocorreu nove meses após o sequestro de Dom Adriano Hipólito, ocorrido em 22 de setembro de 1976<sup>52</sup>. Na ocasião, o bispo, que dirigia seu carro, foi algemado, encapuzado e duramente torturado. Teve seu corpo despido e marcado com spray vermelho, fazendo alusão ao comunismo. Após, foi abandonado em um matagal. Seu carro foi levado até a Glória, bairro limite entre a zona central e sul da cidade do Rio de Janeiro, nas proximidades da sede da CNBB, e explodido. A autoria do atentado teria sido da Aliança Anticomunista Brasileira, uma organização de extrema-direita, surgida na Ditadura. Porém, nunca houve apuração do crime.

A atuação de Dom Adriano na Diocese de Nova Iguaçu preocupava constantemente os setores conservadores. Em 9 de novembro de 1979, a Catedral Santo Antônio da Jacutinga, sede da Diocese, e a igreja do bairro da Prata, em Nova Iguaçu, amanheceram pichadas com injúrias contra o bispo. Em 20 de dezembro do mesmo ano, uma bomba foi explodida no altar, dentro do Sacrário da Catedral<sup>53</sup>. Em cima do Sacrário, foi deixada uma carta em que Dom Adriano era acusado de ser comunista. Dessa forma, afirmou-se a causa real do atentado: um descontentamento com suas posições políticas.

Este evento foi um marco histórico na Igreja Católica brasileira, pois nenhuma outra unidade havia sofrido tal tipo de violação. Além disso, Dom Adriano sofreu outras inúmeras ameaças de sequestro cujo objetivo seria empregar, por parte de seus algozes, “castigo exemplar”. Inclusive ficou conhecido como “Bispo Vermelho”, fazendo alusão ao comunismo, juntamente com Dom Waldir Calheiros (bispo de Volta Redonda), Dom Mauro Morelli (bispo de Duque de Caxias) e Dom Clemente Isnard (bispo de Nova Friburgo).

No *Boletim Diocesano*, Dom Adriano justifica a instituição da CDJP numa nota, escrita em 20 de junho de 1977, em que diz:

Considerando que as violações dos direitos humanos se tornam cada vez mais frequentes e mais graves, apesar de todo o avanço da cultura e da civilização; considerando que vivemos horas de grande angústia social no mundo inteiro e também no Brasil; considerando que na Baixada Fluminense os problemas sociais são um constante desafio à nossa consciência cristã; considerando que o Evangelho nos impõe a todos os cristãos conscientes a responsabilidade de partilhar da sorte dos irmãos; considerando que a Diocese de Nova Iguaçu como Igreja

<sup>52</sup> <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/dom-adriano-hypolito-bispo-de-nova-iguacu-sequestrado-torturado-em-76-20160361>. Acessado em 23/11/2023.

<sup>53</sup> Pequeno cofre em que é guardado a hóstia consagrada, que se caracteriza como o mais importante símbolo do catolicismo. Os católicos acreditam ser o próprio Jesus Eucarístico.

particular que se identifica com a Baixada Fluminense, participa das preocupações das responsabilidades e da atuação da Igreja Universal; considerando que a Comissão Pontifícia Justiça e Paz, criada pelo S. Padre, com sede em Roma, ramificada no Brasil, tem precisamente o objetivo de defender os direitos humanos à luz da Fé; considerando que se faz necessária uma entidade que assuma na Baixada Fluminense de maneira estável esta missão de defender a Justiça e a Paz (...) (*Boletim Diocesano* nº103, 1º de julho de 1977, p. 2-3 ).

A CDJP surgiu como órgão de assessoria e enfrentamento dos problemas relacionados aos direitos humanos, buscando atuar em defesa dos “pobres e injustiçados” da Baixada Fluminense. Funcionava em regime de tempo integral, isto é, estava sempre disponível à população, estando presente em diferentes situações de conflitos na região. Em 1993, a CDJP passou a ser chamada de Centro Diocesano de Direitos Humanos (CDDH).

A entidade foi

(...) capaz de travar um diálogo eficaz com pessoas e instituições mais diretamente responsáveis pelas decisões que dizem respeito ao bem comum”, voltado para “(...) denunciar tudo o que possa lesar a justiça e pôr em perigo a paz interna e externa das comunidades nacionais e internacionais” contribuindo com a busca de (...) meios concretos para dar solução adequada a cada situação, contribuindo para efetivar essa “presença” da Igreja. (CELAM, 1979, p. 51 apud NASCIMENTO, 2007, p. 49)

A CDJP tinha como coordenador Paulo Amaral, advogado, ex-militante do PCB, que tinha grande influência na organização e mobilização por reivindicação de terra para moradia e trabalho. É importante nos atentarmos para esse fato, nos questionando sobre os motivos pelos quais Dom Adriano Hipólito instituiu uma Comissão de Promoção de Direitos Humanos e o porquê de dirigentes como Paulo Amaral e lideranças políticas e locais terem portas abertas no Centro de Formação de Moquetá. É necessário ainda compreender o porquê de Dom Adriano ter abrigado no terreno da Diocese de Nova Iguaçu militantes e lideranças da esquerda, acolhendo trabalhadores que estavam em situação de conflito por terra e moradia.

Essas ações devem ser pensadas em um contexto em que diferentes segmentos estão disputando a organização dos trabalhadores, evidenciando o diálogo com um campo político que era opositor. Essa relação reforçara a ligação entre a esquerda e a Igreja Popular de Nova Iguaçu, onde houve uma aliança sem precedentes (Mainwaring, 1989), percebida através do financiamento das mobilizações, cessão do espaço físico para reuniões, mas também fornecendo “guarida” para militantes políticos.

A Diocese também atuou por meio do Movimento de Amigos de Bairro (MAB) que, entre os anos de 1979 e 1981, chegou a abranger cem bairros, com intensa participação na vida política do município de Nova Iguaçu. De acordo com Nascimento (2007),

o significado do MAB pode ser observado numa série de práticas coletivas que congregava os bairros e que se manifestava tanto a partir de pressões ao poder público, ou a partir do estímulo à auto-organização dos moradores. As práticas que se encontravam no interior do conjunto dos bairros se traduziam, assim, em reivindicações em torno dos problemas sociais e serviços públicos básicos (NASCIMENTO, 2007, p. 50).

O MAB surgiu em 1974 quando dois jovens médicos iniciaram um trabalho em bairros afastados do centro da cidade, onde administravam cursos sobre saúde (MAINWARING, 1989). No entanto, com a consciência da limitação deste trabalho, resolveram pensar em uma maneira de discutir e intervir de maneira concreta nas causas das necessidades, uma vez que

o tratamento médico só servia como paliativo numa região sujeita à subnutrição generalizada, com esgotos abertos, sem coleta de lixo e com outros problemas de saneamento, e eles começaram a considerar a hipótese de organizar a população para modificar essas condições (MAINWARING, 1989, p. 213).

Em 1975 foram contratados pela filial diocesana da Cáritas, organismo internacional da Igreja, para realizar um curso sobre saúde. Nesta ocasião, os dois médicos falaram sobre seu envolvimento com o trabalho e que este não se dava por razões religiosas, mas políticas. De acordo com Mainwaring (1989), esta franqueza possibilitou um bom relacionamento com a Cáritas e principalmente com Dom Adriano. No segundo encontro promovido pela organização para discutir o tema da saúde, os médicos anunciaram sua orientação básica:

a solução dos problemas de saúde depende mais de união e decisão do povo, do que da presença do médico. O ambulatório em si é importante, mas não basta para resolver os problemas de saúde. Por isso, todas as formas que o povo tem de se unir para refletir sobre seus problemas e que servem para aumentar sua consciência e união são importantes. As atividades meramente assistenciais, que não se preocupam em conscientizar, são deseducativas para o povo e não resolvem o problema de saúde (Encontro 2. Mar, 1976 *apud* MAINWARING, 1989, p. 214).

Neste encontro, os médicos evidenciaram que havia, antes de tudo, um problema político, enfatizando as causas das doenças relacionadas aos problemas de falta de

saneamento e pobreza, ao invés do tratamento médico. Isto é, era necessário encontrar as raízes dos problemas existentes na região.

Inicialmente o movimento denominou-se “Amigos de Bairro”. Em 1978 ganha seu nome definitivo: Movimento de Amigos de Bairro (MAB). O MAB atuava diretamente reivindicando na Prefeitura a resolução dos problemas levantados pela comunidade. Com a inserção cada vez maior nos bairros, possibilitou uma maior participação de trabalhadores e menos de pessoas ligadas a postos de saúde.

Embora o MAB tenha sido gestado fora da Igreja, inicialmente dependia muito dela, principalmente devido à repressão que massacrou os movimentos sociais, encontrando na diocese uma proteção. No entanto, à medida que o regime era pressionado à abertura, os movimentos sociais foram ganhando autonomia em relação à instituição, fato que permitiu maior mobilização. Nesse sentido, os movimentos não necessitavam mais estar inseridos dentro da Igreja. Houve tensões nesse processo, uma vez que a Igreja fora desafiada em relação a seu domínio sobre os movimentos sociais (MAINWARING, 1989). Porém, não é possível considerar que essa autonomia fosse total, já que a Igreja Católica de Nova Iguaçu desempenhava, ainda, um importante papel no desenvolvimento da organização. Isso porque

primeiro, até novembro de 1982 ela protegia o movimento contra a repressão. Nos momentos mais difíceis ainda era a diocese que podia se manifestar contra o autoritarismo (...). Segundo, muitas associações de bairro reuniam-se em igrejas locais, o que não só resolvia seu problema de espaço como também servia como sinal de apoio eclesialístico (...). Terceiro, a diocese, indiretamente, fornece um limitado apoio financeiro; tem ajudado a financiar programas de saúde, emprestou ao MAB um mimeógrafo, não cobra pelo uso de luz elétrica ou água, e ocasionalmente faz ao MAB pequenas doações financeiras em apoio a seu trabalho para promover a justiça social. Finalmente, a diocese proporciona uma legitimidade moral que incentiva a participação dos católicos. A Igreja desfruta de maior legitimidade que qualquer outra instituição em Nova Iguaçu. A maioria da população vê a Igreja como a única instituição confiável e disposta a deixar de lado os seus próprios interesses (MAINWARING, 1989, p. 220-221).

Em meados dos anos 1980, Nova Iguaçu já agrupava cerca de 170 associações (ALVES, 2003). O elemento chave para as relações de proximidade entre o MAB e a diocese de Nova Iguaçu foi Dom Adriano. Segundo Mainwaring (1989),

desde o início, ele apoiou totalmente o MAB. Ele declarou em uma entrevista: “Temos um compromisso evangélico de fazer uma opção preferencial pelos pobres. Então como é que realizamos essa opção? Não basta só falar e rezar. Como cristão e como pastor, acho que tenho o dever de ajudar os movimentos que estão trabalhando a favor do povo” (MAINWARING, 1989, p. 221).

Na Baixada Fluminense, assim como o Movimento de Amigos de Bairro e demais organismos, também a CPT, como veremos, esteve ligada à Igreja recebendo todo o apoio moral, estrutural, financeiro, por meio de Dom Adriano Hipólito, buscando desempenhar seu papel de mediador e dinamizador das lutas sociais

### **3.3 A Comissão Pastoral da Terra em Nova Iguaçu**

A Diocese de Nova Iguaçu foi uma importante mobilizadora e contribuiu para a criação da CPT no município, em 1977, após participação de Dom Vital Wilderink, bispo de Itaguaí, no 1º Encontro Nacional ocorrido em Goiânia, momento em que a instituição foi criada em âmbito nacional. Em 1976 houve o primeiro encontro para discutir as condições de criação da regional da CPT no Rio de Janeiro. O encontro aconteceu em Jacuecanga, no município de Angra dos Reis. Contou com a participação, como convidados, de Ivo Poletto, então secretário nacional da organização; Miguel Pressburger, advogado e posteriormente assessor jurídico.

A regional Nova Iguaçu emerge como uma das primeiras regionais no Estado, isso porque a região da Baixada Fluminense experimentava uma realidade marcada pela violência, especialmente em suas áreas rurais, como veremos.

Em 1977, entre os dias 09 e 30 de setembro, ocorreu no Centro de Formação de Líderes, em Moquetá, o I Encontro Regional da CPT no Rio de Janeiro (CPT, 1977), contando com representações das Dioceses de Nova Iguaçu, Volta Redonda (Angra dos Reis/Paraty), Nova Friburgo e Valença. Tinham como objetivo promover um levantamento da realidade dos trabalhadores rurais dessas regiões, bem como compreender a situação agrária envolvendo as dioceses, assim como a participação da Igreja e de demais atores sociais.

No Encontro discutiram-se questões relacionadas a Nova Friburgo, referentes a trabalhadores rurais que denunciavam receber salário menor do que tinham direito; a criação de gado que ocupava a terra, subutilizando-a e avançando nas terras dos posseiros que nela viviam. Tinha como coordenador diocesano o Padre Joaquim Van Leeuwen, como vimos no capítulo II.

A população de Nova Iguaçu relatou que estava sofrendo com os despejos e com a compra de terras por parte de grandes empresas, especialmente em Queimados e Tinguá, para fins turísticos e de loteamento. A coordenadora regional da CPT era a Irmã Josefina Holzer.

Por fim, foi exposto que a regional de Volta Redonda-Angra dos Reis, estava sofrendo os impactos da construção da Rio-Santos, a especulação imobiliária e o êxodo rural para as periferias das cidades, como discutimos no segundo capítulo. Tinha como coordenador diocesano o padre Pedro Geurts.

De acordo com o relatório do encontro (CPT, 1977, p. 2), os sindicatos de trabalhadores rurais tinham muito pouco envolvimento nas situações ocorridas nos municípios mencionados. A Igreja era quem acompanhava as demandas. Nesse sentido, afirmava que “a atuação da Igreja data da primeira hora da luta. Inicialmente, sem poder mais do que acompanhar o povo sofrido nas suas emergências” (CPT, 1977, p. 2), evidenciando a disputa política existente entre a organização e os STRs. Afirma ainda que

A conscientização e ação começaram a ser mais eficientes, a partir dos contatos com a CPT Nacional e o empenho imediato em casos concretos que foram revelando a extensão e a implicação dentro da estrutura latifundiária. Foi a Igreja que foi à procura de advogados sérios e de confiança. Ela que foi criando senso de responsabilidade dentro das comunidades. Nasceu a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Vicariato, com 5 membros, para melhor poder assessorar e interligar toda a pastoral da terra, no Vicariato (CPT, 1977, p. 6).

No Encontro foram apresentadas propostas de atuação da CPT: conscientizar o trabalhador rural; buscar novos apoiadores para a causa; buscar contato com sindicatos rurais, com a FETAG e CONTAG; prestar assessoria jurídica. Neste documento, a crítica à prática dos STRs fica evidente: não eram considerados pela CPT organismos “puros” ou autênticos defensores dos trabalhadores. Havia, portanto, uma busca de tomar para si a organização e o trabalho de base com os trabalhadores rurais, além da proposta de “onde for necessário, ajudar a purificar o sindicato por dentro numa linha de sindicalismo mais autêntico” (CPT, 1977, p. 10). Importante salientar a dificuldade em reunir documentação acerca da atuação dos sindicatos rurais na Baixada Fluminense, estando sua prática muito atrelada aos documentos próprios da CPT, o que em grande medida traz prejuízos à análise. Mas, é possível afirmar que a CPT não foi a única mediadora política e disputou espaço também com os STRs.

Os documentos da CPT afirmam que ela buscou denunciar a existência de sindicatos que não atuavam, segundo acreditavam, pela causa dos trabalhadores, sindicatos considerados, inoperantes, “pelegos”, que possuíam uma centralização na figura do presidente. Lutava, portanto, por um sindicato que colocasse a luta pela terra como central e que fosse um instrumento de luta. Nesse sentido, afirma Barcellos (2008) que,

Com isso, a Igreja oferecia uma alternativa organizativa aos pobres do campo e, com suas metodologias de trabalho de organização de comunidades, e, principalmente, com a concepção de ação social nelas embutida, gestava-se também uma crítica a uma determinada forma de ação sindical que vinha se consolidando (BARCELLOS, 2008, p. 96).

Grzybowski (1985), por sua vez, mostra que a estratégia de disputar a liderança dos sindicatos para transformá-los em “sindicatos autênticos” precisa ser vista como parte da estratégia político-pedagógica da CPT, que busca dar direção ao movimento em que estava inserido. Nesse sentido, afirma que a CPT vai emergir desempenhando uma função de “intelectual orgânico”, ou seja, “diretiva, educativa e organizativa” (p. 268). Vanilda Paiva (1985), afirma que a CPT, quando se torna o principal mediador político, pode apresentar dificuldades em lidar com a divergência e promover uma negociação, o que pode gerar a exclusão de outros mediadores.

A CPT foi, inicialmente, formada por um conselho representante, estruturado da seguinte forma: um presidente (necessariamente membro da hierarquia da Igreja), um coordenador (também ligado à Igreja, clérigo ou leigo) e assessores pastorais. Tanto o presidente quanto o coordenador teriam um período de gestão de dois anos. Na ocasião, Dom Vital Wilderink foi eleito presidente e Padre Geraldo Lima, de Nova Iguaçu, o coordenador.

O II Encontro da CPT ocorreu entre 28 e 30 de abril de 1978 em Moquetá e contou com a participação de 33 pessoas, entre trabalhadores rurais, agentes de pastoral, advogados, religiosas e padres, representando as dioceses de Volta Redonda, Nova Iguaçu, Nova Friburgo e Valença. Também houve a participação da Fetag

Na ocasião foram elencadas como metas: desenvolver estudos socioeconômicos da realidade agrária; participação na vida do povo; promover organizações comunitárias; conscientizar sobre “sindicatos participativos e autênticos”; fomentar o ecumenismo; reivindicar a criação de órgãos assistenciais; lutar pela aplicação do Estatuto da Terra e prestar assessoria técnica para melhoramento agrário (CPT, 1978, p. 4).

Entre os dias 27 e 29 de outubro de 1978 houve o III Encontro Regional da CPT, também em Moquetá, cuja pauta foi tratar a situação dos trabalhadores rurais na região, discutir as causas e as possíveis resoluções. Foi incentivada a criação de sindicatos de trabalhadores rurais onde não havia; a resistência na terra, porque “plantar é comer”; a união entre os operários da periferia e os trabalhadores da zona rural a fim de defenderem seus direitos (CPT, 1978, p. 2).

A união com os operários foi fundamental para o trabalho da CPT, visto que viviam condições parecidas com as que viviam os camponeses: de precariedade e falta de terra, neste caso, para moradia. Tratava-se de pessoas que saíram do campo, em sua maioria, em busca de melhores condições de vida, trabalho e lugar para morar, instalando-se nas periferias da cidade. Alguns anos depois dos primeiros encontros, afirmou a CPT que se deve discutir com os trabalhadores da cidade e do campo sobre a necessidade de terra para trabalhar e morar, e denunciar a existência de tanta terra vazia na cidade e no campo. Nesse sentido, afirma Poletto (1985) que

a CPT, em sua prática, tem o compromisso de apoiar todo tipo de acesso e ocupação de terra feita pelos “sem-terra”, e que era preciso superar “a desconfiança dos “urbanos” em relação aos camponeses, tão tradicional na história das organizações políticas de esquerda (POLETTTO, 1985, p. 148).

No IV Encontro Regional da CPT, ocorrido no sítio Shalom em Japuíba, Cachoeiras de Macacu, entre 26 e 29 de abril de 1979 (CPT, 1979), foi evidenciada a conjuntura em que estavam inseridos e deliberada a necessidade da prática ecumênica na organização. Afirmando que

A CPT tem sua origem na fé cristã e no compromisso conseguinte com a causa de Jesus, a transformação deste mundo. Pela situação em que vimos hoje, os lavradores e todos os trabalhadores rurais no Brasil, sentem que estão no centro da causa de Jesus. A causa deles pede uma transformação total, radical, uma libertação de todas as formas de escravidão, opressão e pecado, a ser feitos por eles e com eles. Como está, a situação está insuportável. Neste ponto não pode haver divergências entre católicos e evangélicos (IV Encontro Regional da CPT, 1979, p. 3).

Diante disso, fica evidente a importância do fomento ao ecumenismo presente na prática da CPT, especialmente na forte presença e relação entre católicos e evangélicos.

De acordo com Poletto (1985), foi necessário buscar compreender os mecanismos que operavam na sociedade e percebeu-se que os instrumentos para a análise não são restritos à Igreja, mas fazem parte de uma sociedade como um todo, são “instrumentos da ciência, instrumentos da experiência acumulada da humanidade”, fato que os levou ao “ecumenismo”. Nesse sentido afirmou que

Conscientes de que se prestava um serviço pastoral, buscamos as assessorias do que a luta dos trabalhadores necessitava, fossem de característica pastoral, ou assessoria jurídica, sociológica, econômica ou política. As assessorias poderiam ser dadas, com toda competência, por pessoas especializadas nesses campos de conhecimento, independentemente de sua fé.

Fizemos então a experiência de trabalho conjunto com pessoas que desejavam prestar esse tipo de serviço, mesmo não assumindo



explicitamente a fé cristã. Isso não significa, de maneira alguma, que o serviço da CPT deixasse de ser pastoral. Ao contrário, aprofundou-se com a contribuição dessas pessoas (POLETTTO, 1985, p. 134).

Além disso, havia a compreensão de que “a luta pela terra e a transformação da sociedade” deveria ser uma luta de todas as pessoas, independentemente de serem católicos ou não. Assim, afirma Poletto (1985) que

O que ocorre é que parte significativa de nossa população vive a contradição da terra e as demais contradições sociais com uma motivação cristã, com uma vivência religiosa. Daí a necessidade de se fazer um aprofundamento para que a fé leve os cristãos ao enfrentamento político, e a luta política seja, ao mesmo tempo, uma explicitação de sua fé. E que façam a luta política em conjunto, fraternalmente, com todas as pessoas que tenham as mesmas necessidades e aspirações, sem fazer proselitismo religioso (POLETTTO, 1985, p. 135).

Diante disso, houve a emergência de um trabalho em conjunto com pessoas de diferentes credos religiosos:

na experiência da CPT foi possível perceber, na prática, na luta, que havia cristãos de diferentes confissões religiosas enfrentando as mesmas lutas. Isso deu origem a um fato novo e muito promissor: fazer um trabalho em conjunto ao nível da base, sem passar por aquele tipo de discussão teológica, na qual se aprofundam mais as diferenças do que as coisas que unem os cristãos. Esse ecumenismo já chega ao nível de animação e coordenação da pastoral da terra. Diversos coordenadores regionais são de outras Igrejas cristãs. Isso só é possível, de certa maneira, mantendo a autonomia que a CPT tem, como organismo pastoral, dentro da Igreja Católica (POLETTTO, 1985, p. 136).

Desta forma, em Assembleia, decidiu-se criar uma comissão para dialogar com lideranças religiosas locais; buscar promover um trabalho com grupos de diferentes credos religiosos, especialmente os evangélicos, reforçando o caráter ecumênico da organização, grupo religioso que mantinha uma proximidade com a organização; incentivar a cooperação entre as comunidades locais; oportunizar espaços para todas as pessoas dispostas a trabalharem juntas (CPT, 1979).

Ainda durante o IV Encontro (CPT, 1979), Bráulio Rodrigues foi eleito coordenador regional da CPT Nova Iguaçu, demonstrando novamente a abertura da Igreja local, através da CPT, a um conhecido militante comunista que não só participava da organização, mas foi eleito coordenador. Na ocasião, foi deliberado que a CPT faria uma aliança com os operários, buscando promover encontros mistos; divulgar a história de luta dos lavradores e dos operários e manter contato com a Pastoral Operária.

O V Encontro ocorreu em Arrozal, em Pirai, entre os dias 25 e 28 de outubro de 1979 (CPT, 1979). Contou com a participação de 29 pessoas, entre elas assessores sindicais, lavradores, religiosos, operários, trabalhadores autônomos, dos municípios de Angra dos Reis e Paraty, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Itaboraí, Barra Mansa, Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro e Trajano de Moraes, indicando um crescimento dos municípios e dos trabalhadores envolvidos.

No encontro foram tiradas algumas resoluções gerais: a necessidade do debate sobre a reforma agrária no campo e na cidade; apoio à luta dos posseiros urbanos; incentivo à sindicalização em massa; debate e incentivo à participação política e organização dos trabalhadores; produção e distribuição de cartilhas sobre o Estatuto da Terra, lei de criação dos sindicatos, como denunciar injustiças e violências no campo, panorama de lutas e vitórias dos trabalhadores na região.

O VI Encontro foi realizado entre 21 e 24 de abril de 1980 (CPT, 1980), novamente no sítio Shalom, em Japuiba, Cachoeiras de Macacu. Um mês antes, em 22 de março, houve um ato público em Cachoeiras de Macacu a fim de publicizar as reivindicações dos lavradores do município que enfrentavam a disputa pelas terras da fazenda SJBm, tratada no capítulo anterior. As faixas diziam: “A terra é para quem nela trabalha!”; “São José da Boa Morte é nosso!”; “Abaixo a terra de exploração, queremos terra de trabalho!”; “Chega de repressão no campo!” (CPT, 1980, p. 5). O Encontro contou com cerca de 40 pessoas de diversas regionais.

Na ocasião foi discutida a situação das regionais presentes: em Nova Iguaçu foram tratados os despejos que ameaçavam lavradores da região: Normandia, Boa Esperança, Japeri (35 famílias), Ipiranga (30 famílias), Santa Amélia (8 famílias) (CPT, 1980, p. 3). Também foi denunciada uma prática costumeira dos grileiros e fazendeiros locais: soltura de gado nas lavouras dos trabalhadores, o que inviabilizava sua produção. Bráulio Rodrigues, então coordenador da CPT, reforçou a importância da atuação do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município que havia sido reaberto em 17 de março daquele ano, e que teria feito a mediação e contribuído para o estancamento de alguns processos que estavam correndo. O STR em pouco tempo de atividades já contava com 324 associados.

Também foi denunciada a situação da fazenda São Lourenço em Duque de Caxias e solicitada a atuação da CPT. As terras da fazenda foram desapropriadas pela Supra em 1964 e, 10 anos depois, houve a reversão da desapropriação que entregou as terras para os ex-proprietários que expulsaram os lavradores que lá viviam. A situação era semelhante à vivida pelos posseiros da fazenda SJBm.

Em Trajano de Moraes foram relatadas situações parecidas com as de Nova Iguaçu, de despejos, soltura de gado nas roças. Também foi apontada a grande concentração fundiária no município e da intensificação da pecuária: “em Trajano só existe o grande e boi. O pequeno é expulso. Botam casa no chão e 24 horas tem que sair. O sindicato tem favorecido um pouco...” (CPT, 1980, p. 4), evidenciando a perspectiva da CPT em que os STRs não necessariamente atuavam a favor do trabalhador. Além disso, apontou-se a venda de terras para sítios de veraneio; falta de condições de investimento para produção de hortaliças e comercialização de produtos; e os altos índices de analfabetismo entre os lavradores, que chegava a 60%.

Também foram narradas situações de ameaças de despejos em Barra Grande, no município de Paraty, além de vitórias em processos de usucapião por parte de posseiros em Trindade e Campinho. Neste caso, contaram com a participação do sindicato de trabalhadores rurais local.

Ao longo dos seis encontros ocorridos entre setembro de 1977 e 1980, foram discutidas a estrutura de organização e as linhas gerais de atuação da CPT, além do levantamento, discussão e encaminhamento dos problemas locais. Foram eleitos como objetivos prioritários: a promoção da participação popular, incentivando o ecumenismo e a participação com grupos sociais distintos; incentivo à criação de órgãos assistenciais; o estudo socioeconômico da região em que estavam inseridos; incentivo à criação e participação de sindicatos de trabalhadores rurais; o trabalho de base a fim de prestar serviço aos trabalhadores. A CPT reafirmara seu compromisso em ser uma organização à serviço dos trabalhadores e nunca uma organização de trabalhadores. Fato é que essa função “à serviço” muitas vezes foi tomada de fato pela ação política, com encaminhamento, direcionamento e organização.

A CPT, através da sua III Assembleia Regional (CPT, 1985), ocorrida em julho de 1985, decidiu pela reestruturação da organização da instituição. Diante disso, criou-se um Colegiado em substituição ao Conselho de Representantes, de caráter deliberativo e composto pelo presidente, coordenador, assessores (sindical, reforma agrária, pastoral, administrativo etc.) e um representante por área. O presidente continuaria sendo uma pessoa ligada à hierarquia da Igreja e o coordenador, necessariamente, ligado à Igreja Católica. Manteve-se como presidente Dom Vital Wilderink e coordenador Padre Geraldo Lima, figura chave na ocupação de Campo Alegre, como veremos adiante.

É importante ressaltarmos a ideia de “serviço” no trabalho pastoral realizado pela Igreja Católica, que foi “sistematizada”, segundo Lenz (2012), no Concílio Vaticano II,

tendo como ponto de referência e legitimação as “encíclicas sociais” (NOVAES, 1997). Destaca que, nesse contexto, emerge como “a Igreja de todos, especialmente dos pobres, será assim uma Igreja servidora” (LENZ, 2012: 430). Continua o autor, afirmando que “o Vaticano II consagrou a Igreja do serviço. Ela se coloca a serviço do homem (...) de todos os homens” (ALMEIDA, 2005, p. 11, apud LENZ, 2012, p. 430). Lenz apresenta a resolução pastoral, *Gaudium et Spes* (Alegria e Esperança), oriunda do Concílio Vaticano II que convida os fiéis, à luz da Bíblia, à prestação do serviço aos homens e mulheres do mundo. Assim

conclui o Concílio, na *Gaudium et Spes*: “lembrados da palavra o Senhor: ‘nisto todos conhecerão que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros’ (Jo 13,35), os cristãos nada podem desejar mais ardentemente do que prestar serviço aos homens e mulheres do mundo de hoje, com generosidade maior e mais eficaz (LENZ, 2012, p. 430).

Cândido Grzybowski (1985) empreende uma análise crítica da CPT, tendo como base suas pesquisas sobre os colonos no sul do Brasil. Buscou compreender as condições que se realizava o trabalho de mediação política prestado aos movimentos dos colonos. Nesse sentido, faz um debate em torno da ideia de “serviço”. Para o autor, a mediação política, prestada pela organização como “serviço” deve ser vista como ação política, uma vez que pretende apontar os caminhos possíveis para a luta e promover a organização dos trabalhadores. A CPT, ao acompanhar e mediar os conflitos, transformou diversas vezes a insatisfação em “resistência organizada a partir das bases”. Desta forma, Grzybowski aponta que

a estratégia adotada pela CPT é o trabalho a partir de grupos e lideranças eclesiais (CEBs) já existentes ou pela formação de tais grupos. Buscou-se sensibilizá-los e empenhá-los na luta, através de reuniões, encontros, difusão e informações (GRZYBOWSKI, 1985, p. 258).

A partir disso, o autor discorre sobre o caráter orgânico que a CPT assume, uma vez que através de um trabalho educativo, organiza o grupo, estimula a externalização dos problemas, promove o confronto de ideias e experiências, forma lideranças:

o princípio pedagógico dessa intervenção da CPT é a *práxis* refletida, é a ação concreta pensada, programada e avaliada coletivamente com o apoio dos agentes assessores. Forja-se a vontade coletiva na ação, dando legitimidade à organização e às lideranças que surgem. Os líderes são, então, “trabalhados”, isto é, fazem-se os mais diferentes cursos, atendendo às necessidades do movimento e ao desenvolvimento das lutas (GRZYBOWSKI, 1985: 271).

Neves (2008) ao discutir sobre o tema do desenvolvimento social e mediadores políticos, chama atenção para como os mediadores políticos vão conferir reconhecimento

social ou representação política, a partir da noção de diferenciação social, em que “se apresentam como capazes de formular sistematicamente as demandas e como porta-vozes da crença na eficácia e na legitimidade da proposição” (NEVES, 2008, p. 36). Nesse sentido, afirma que

A prática dos mediadores é devedora do postulado de que toda mudança de posição social se objetiva por um trabalho educativo (mesmo que geralmente visto como apenas incidente sobre o mediado), razão pela qual eles se veem como portadores da função (ou missão) pedagógica destinada a mudar comportamento e visões de mundo [...] contudo, os agentes de desenvolvimento assim também atuam para gerir as contradições por eles vividas, posto que são obrigados diariamente a viver a decalagem entre as aspirações, por vezes “messiânicas”, e a realidade de sua prática (...) (NEVES, 2008, p. 36).

Ao longo de sua trajetória, a CPT participou da criação de diversos movimentos. Foi o caso do Núcleo Agrário Fluminense (NAF), criado em 1979 em Xerém, Duque de Caxias, com sede na Fazenda São Lourenço, e que tinha como objetivo articular e organizar os trabalhadores rurais da localidade em torno da obtenção de crédito e venda dos produtos, bem como fortalecer os pequenos produtores que, em sua maioria, eram posseiros, e apoiar os trabalhadores que não possuíam terra. A organização teve a participação de importantes lideranças do período pré-64, como Joaquim Antônio, Laerte Bastos e Chico Silva, e recebeu apoio da Pastoral Ecumênica<sup>54</sup> de Xerém (MAIA, 2018).

De acordo com Novicki (1992), o NAF passou a promover reuniões com regularidade e a organizar os camponeses que haviam migrado para as cidades a fim de que retomassem as terras que haviam ocupado durante o governo de Roberto Silveira, ainda nos anos 1950, mas das quais foram expulsos após a deflagração do golpe. A organização esteve envolvida, juntamente como a CPT e outros organismos da Igreja, como a CDPJ e o MAB, na organização de diversas ocupações de terra na Baixada Fluminense, como veremos adiante.

No relatório da reunião de 26 de setembro de 1986 entre o secretariado da CPT/RJ e representantes das áreas onde havia ocupações no município<sup>55</sup>, foram colocadas algumas dúvidas sobre a atuação da CPT em relação às ocupações (CPT, 1986). Nesse sentido, questionaram as formas de luta dos trabalhadores em busca de terra e suas motivações;

<sup>54</sup> “A Pastoral Ecumênica da Terra (PET) é o resultado de uma aproximação de agentes das Igrejas Católicas e Metodista em Duque de Caxias, RJ, em torno de um trabalho voltado para os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais do município” (DABUL, 1987).

<sup>55</sup> Importante lembrar que se tratava de um contexto de redemocratização do país.

os critérios para a CPT se envolver numa ocupação e qual tipo de assessoria deveria prestar.

Para tanto foram elencados dois blocos de lutas: direta ou indireta. A luta indireta dizia respeito àquelas travadas por meio dos caminhos legais, “através de pedidos formais da terra ao poder público com sucessivas formas de pressão: passeatas, ocupação do INCRA, do palácio do governo, das prefeituras, das lutas dentro da Constituinte, através de projetos de leis do estado”. E as diretas, sendo aquela relacionada ao conflito direto, envolvendo “Estado, oligarquias fundiárias, burguesia dominante, multinacionais” (CPT, 1986, p. 1).

De acordo com o relatório, as ocupações ocorriam de maneira conflituosa sempre que as possibilidades de o encaminhamento da luta de forma indireta foram esgotadas. Na ocasião, afirmou-se que não havia conhecimento de vitória que não fosse desta forma e ainda que, a luta indireta “oferece a possibilidade do pessoal se encontrar, se conhecer, fazer exercício político que envolve a prática e a reflexão sobre esta prática. Portanto se prepara para lutas cada vez mais aprimoradas (...) Além do mais, é nesta etapa de luta indireta que poderão concretizar alianças, reconhecer os amigos e os inimigos” (CPT, 1986, p. 2).

Sobre as motivações para a efetivação das ocupações, constatou-se que existia uma motivação geral comum: a necessidade de se ter uma terra, isto é, havia “uma grande necessidade e um desespero com a própria situação” (CPT, 1986, p. 2). Não necessariamente havendo uma clara consciência coletiva ou de classe, mas que a própria ocupação, transformada em ato político legítimo, superaria a consciência que as famílias têm no primeiro momento. Daí, ressaltou-se a importância da assessoria prestada pela CPT, com o objetivo de instrumentalizar o processo de luta.

Em relação aos critérios para o envolvimento da CPT nas ocupações, foi registrado que era necessário que fossem levadas em consideração as condições objetivas e subjetivas colocadas. “Se entendendo por condições objetivas aquelas estruturais (do sistema; a exploração da classe trabalhadora que gera suas necessidades), aquelas conjunturais (a violência no campo provocada pela política fundiária do governo federal etc.)” (CPT, 1986, p. 3). Por outro lado, “por condições subjetivas se entendem o ponto de organização dos trabalhadores, o grau de consciência, a clareza política”.

De acordo com a CPT, muitas vezes são as condições objetivas que existem, a necessidade, a falta, o “aperto” e que sem as condições subjetivas postas, há um

enfraquecimento da luta, podendo levar ao fracasso. Portanto, no processo de ocupação, fazia-se necessário observar alguns critérios para que fosse possível o sucesso:

- a) Escolha rigorosa das famílias seguindo normas, valores políticos e classistas;
- b) Levantar as finalidades da ocupação, ter terra é uma finalidade imediata; a transformação das estruturas sócio-político-econômicas deve ser a finalidade global a longo prazo previsto. A organização das classes trabalhadoras (articulação classe operária, classe camponês) e a tomada de poder deve ser o objetivo último desta luta (...);
- c) O movimento de cada ocupação deve ter a sua direção política (...);
- d) Cada participante sem-terra da ocupação deve ser parte viva, tem o seu papel e responder por ele;
- e) Deve-se criar uma disciplina interna para garantir formas de segurança e sigilo;
- f) Escolha da terra – garantir na boa qualidade e localização;
- g) Conhecer sua situação fundiária e jurídica. Pesquisar no INCRA e nos Cartórios de Registros de Imóveis;
- h) Conhecer todas as entradas da área (...);
- i) Conhecer os confrontantes da área e as forças inimigas: Poder Público, Sindicato dos Fazendeiros, UDR. Se na área tem batalhão do exército; quantos policiais agem ali etc.;
- j) Garantir o apoio de movimentos populares e entidades amigas para a hora “h” (...);
- k) No dia escolher outros companheiros da direção para coordenar a ação (...);
- l) Nos detalhes da preparação incluir a possibilidade de um recuo e estudar como organizá-lo;
- m) Se a conjuntura é completamente negativa à ocupação, não efetuar. Deixar para outra data. Isso para evitar desgastes psicológicos, políticos e financeiros. A direção do movimento (orientada por uma assessoria deve ajudar o grupo a tomar essa decisão);
- n) Neste caso, manter um lugar de encontro para não dispersar o movimento;
- o) Evitar ocupações pequenas, para evitar originar favelas e não criar um fato político que mobilize a opinião pública;
- p) Envolver na ocupação muita gente. Não menos que 30 famílias. O fator numérico é importantíssimo. Isso exige uma disciplina maior, um rigor na escolha e firmeza na liderança;
- q) Escolher áreas que ofereçam condições logísticas tais de tornar possível o apoio de movimentos populares, entidades civis e religiosas (CPT, 1986, p. 4).

Por fim, sobre a assessoria prestada pela CPT, algumas questões também foram colocadas. Com a impossibilidade de participar de todas as manifestações locais, a CPT buscou acompanhar as que apresentavam um potencial maior, com objetivos mais bem definidos, lideranças mais comprometidas e uma composição de classe mais acentuada. “Enfim, que apresentam condições de se incorporar a uma luta mais global, de Reforma Agrária, de mudança estrutural” (CPT, 1986, p. 5). Tendo o cuidado de enfatizar o

trabalho de assessoria e não de dirigente: “nós não somos dirigentes dos sem-terra e sim assessores, levando informações, preparando a consciência, esclarecendo as diversas formas de luta”. Desta forma, buscou reafirmar o trabalho de assessoria voltado para formação política, procurando se articular com entidades afins. No entanto, por vezes essa atuação se confundia, na medida em que a CPT, embora se autodeclarasse mediadora, era o ator político presente.

É importante ressaltar as disputas que então se travavam em torno da organização dos trabalhadores do campo. Diversos organismos atuavam com o objetivo de promover uma mediação política entre o povo do campo e seus “opositores”.

A emergência da CPT promoveu mudanças na prática sindical até então vigente. De acordo com Medeiros (1989), a CPT emergiu como oposição de destaque ao sindicalismo da CONTAG nos anos de 1980:

A fragilidade dos sindicatos como canal para a condução das tensões, a intensidade das lutas de resistência e a disposição de alguns setores da Igreja em lhes dar apoio acabaram por gerar uma visão alternativa de ação sindical. Ela terá seus frutos quer numa reorientação das linhas de ação do sindicalismo rural no final da década de 70, quer no aparecimento de sindicatos de oposição à linha dominante (MEDEIROS, 1989, p. 110-111).

### **3.4 As ocupações na Baixada Fluminense e o apoio da Comissão Pastoral da terra.**

Como vimos no capítulo 2, na Baixada Fluminense, no período anterior ao golpe empresarial-militar, houve inúmeras ocupações de terra com objetivo de garantir moradia e produção agrícola. Com o processo de luta por redemocratização avançando, as ocupações foram retomadas juntamente com novos atores e organizações sociais.

Em 1979, mesmo ano de sua criação, o NAF e a CPT organizaram a ocupação Fazenda Morro Grande, em Xerém, Duque de Caxias, que já havido sido objeto de outras ocupações antes do golpe de 1964. A ocupação contou com a participação de um grupo de 60 famílias. De acordo com Bastos (2017), o excedente de famílias ocupantes<sup>56</sup> participou da ocupação de Parque Estoril, em Nova Iguaçu, em 1981. Neste mesmo ano, também foi organizada, pela CDJ, MAB e CPT, o Mutirão<sup>57</sup> Nova Aurora, também em

<sup>56</sup> Trata-se do contingente de pessoas que não conseguiram terras para se fixar, isto é, há a ocupação excessiva de uma área específica, não havendo lotes para todas as pessoas, sendo necessária a ocupação de uma nova área, para contemplar todas as famílias.

<sup>57</sup> A palavra mutirão é uma palavra aportuguesada que tem origem na família linguística tupi-guarani “motyrō”, que significa trabalho em comum ou ainda reunião de pessoas para a colheita ou construção coletiva. (<https://wikifavelas.com.br/index.php/Mutir%C3%A3o>) O regime de Mutirão é, historicamente, associado à prática de movimentos populares de moradia, construção de casas, ou trabalho coletivo, em que as pessoas envolvidas se auto-organizam para construir suas casas ou atuarem em uma área em comum.



Nova Iguaçu, cujo excedente de famílias participou da ocupação de Campo Alegre, em 1984.

A CPT esteve envolvida nos diversos conflitos na região. Afirma Bastos (2017) que o perfil dos participantes desses “mutirões”, termo utilizado ao longo da década de 1980 em todo o estado do Rio de Janeiro para caracterizar acampamentos formados a partir de ocupações reivindicatórias (Bastos, 2017), era distinto daquele encontrado no pré-1964, uma vez que a maioria dos posseiros à época possuía origem rural. Nas décadas de 1970 e 80, a Baixada passou por um intenso processo de urbanização e de conflitos fundiários, o que modificou o perfil das pessoas neles envolvidas, assim como suas motivações e objetivo:

Agora, se trata de uma população urbana com raízes rurais. Sônia Martins, membro da CPT de Nova Iguaçu e militante que participou dos primórdios do Mutirão de Campo Alegre, inserindo-se por meio de sua comunidade eclesial de base, pelo ramo da educação, nos dá mais detalhes sobre o perfil social e político desses ocupantes: “o pessoal do Parque Estoril, eu via uma presença com uma ênfase maior de trabalhador rural, já Campo Alegre, é um povo que já havia perdido muito essa característica do campo. (...) O povo que tinha de 50 anos para cima tinha um perfil mais politizado e mais arraigado a essa dimensão de camponês, de inserção da produção, de pensar um lugar para morar e produzir. (...) Os novos têm essa preocupação de estar porque precisa viver, a cidade não dava conta de pagar aluguel, tinha a questão da violência, de ter um lugar mais sossegado para criar os filhos, mas a necessidade muito forte de trabalhar fora, para poder complementar a renda familiar” (Entrevista de Sônia Martins concedida a Gabriel Bastos em outubro de 2015) (BASTOS, 2017, p. 196)

A seguir trataremos de três casos de ocupações: Mutirão Nova Aurora (1979), Parque Estoril (1981) e Campo Alegre (1984). Trata-se de três ocupações no momento em que estava havendo o avanço do processo de redemocratização e que favorece o surgimento de novas lutas, num contexto em que o temor ligado à ditadura dá lugar à esperança.

Para entender o histórico de ocupações de terra ocorridas no Rio de Janeiro, especialmente na Baixada Fluminense, é necessário compreender a conjuntura nacional e estadual que influenciou tal processo.

---

Esse regime de trabalho coletivo, acelera o processo de construção de casas, uma vez que não necessita de mão de obra qualificada ou assalariada.

### 3.4.1 Governo Brizola: conjuntura nacional e estadual

Em 1982, após vinte anos sem eleição diretas, como veremos adiante, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro concorreram aos cargos de governador e vice-governador, respectivamente, do estado do Rio de Janeiro pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) (NOVICKI, 1992).

Brizola já havia sido governador do Rio Grande do Sul (1959-1962), onde ganhou notoriedade em âmbitos nacional e internacional por defender as “reformas de base” e ter posições nacionalistas. Brizola também esteve empenhado na causa educacional, na construção de escolas e em políticas como o projeto: “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”, que tinha como meta erradicar o analfabetismo entre crianças de 7 e 14 anos. As escolas ficaram conhecidas como “brizoletas”. Também implementou a ampliação das escolas técnicas no estado (QUADROS, 2001).

Em seu governo apoiou a criação do Movimento dos Agricultores sem Terra (MASTER), promoveu a desapropriação de terras e criou um setor na Secretaria de Trabalho para:

assessorar as associações dos agricultores e camponeses sem terra, enquanto outros órgãos do Governo faziam um levantamento das áreas disponíveis no Estado, públicas e particulares, para distribuição de terras entre os necessitados (BANDEIRA, 1979, p. 70, *apud* NOVICKI, 1992, p. 47).

Nessa linha, Brizola criou em 1962 o Projeto de Programas Especiais de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-Social, que tinha como objetivo “democratização da propriedade e organização de granjas cooperativas e comunidades de pequenos e médios agricultores e criadores” (SILVA, 2015, p. 168). No mesmo ano, em abril, criou o IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária.

Em 1962 foi eleito deputado federal pelo recém-criado estado da Guanabara pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com 269 mil votos, a maior votação da história do país até então, defendendo a proposta da reforma agrária no Congresso. De acordo com Camargo,

É então que emerge o brizolismo, "expressão de um trabalhismo mais mobilizador e radical que, em sintonia com as correntes nacionalistas no Congresso, com as lideranças sindicais e estudantis, e em função de sua influência e de seu acesso direto frente a Goulart, crescerá à sombra do Executivo, como força mediadora e paralela, ora a favor, ora contra ele." (CAMARGO, 1981, p.191, *apud* NOVICKI, 1992, p. 47).

Brizola exerceu seu mandato até dia 31 de março de 1964, data de deflagração do golpe empresarial-militar. O então deputado federal se refugiou no interior gaúcho até

maio daquele ano, e depois se exilou no Uruguai. Em 9 de abril de 1964, foi decretado o primeiro Ato Institucional, que estabeleceu a cassação dos mandatos dos parlamentares e a suspensão dos direitos políticos por dez anos. O nome de Brizola constava na primeira listagem dos mandatos cassados, publicada em 10 de abril de 1964.

Em fevereiro de 1965, por pressão dos militares, Brizola foi confinado no Balneário de Atlântida, localizado a 45 km de Montevideo, onde esteve sob o controle policial uruguaio até maio de 1971. Após ser denunciado sob alegação de violar as normas do asilo, foi expulso do país em 1977, de onde partiu para os Estados Unidos e depois para Lisboa, Portugal. Brizola retornou ao Brasil após a decretação de anistia política, em 30 de agosto de 1979, retornando para a cidade do Rio de Janeiro, onde fixou moradia.

Em 1980 ajudou a criar o Partido Democrático Trabalhista (PTB) e em novembro de 1982 se candidatou ao governo do estado do Rio de Janeiro. Após ser eleito, foi empossado em março de 1983.<sup>58</sup>

Os primeiros anos da década de 1980, período do governo de Leonel Brizola, foi marcado pela eclosão de ocupações tanto urbanas quanto rurais. Em alguns casos se tratava da continuidade de antigos conflitos. No entanto, a maioria eram ocupações mobilizadas por trabalhadores da periferia da cidade em busca de terra para moradia. Segundo Novicki (1992), ocupações urbanas iniciaram antes mesmo de o Tribunal Regional Eleitoral ter declarado oficialmente o resultado das eleições e ter dado a posse a Brizola. Surgiram ocupações cujos nomes faziam referência ao então governador: “Favela do Brizola”; “Paraíso do Brizola”.

De acordo com Novicki (1992), o eleitorado fluminense denunciava a problemática distribuição demográfica do estado em decorrência da desigual concentração espacial e setorial da economia estadual. Durante as eleições de 1982 foram constatados que apenas sete municípios concentravam 73% do eleitorado: 48% na capital e 25% dividiam-se nos municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Duque de Caxias, Niterói e São Gonçalo. Discorre o autor que a predominância do urbano sobre o rural refletiu-se nas formulações políticas, sendo a maioria dos discursos políticos direcionada à população urbana. Afirma ainda que “Ao que tudo indica, a preocupação da campanha pedetista no que se refere à questão rural fundiária foi urbana, apesar das reivindicações do movimento sindical” (NOVICKI, 1982, p. 50).

---

<sup>58</sup> *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/biografias/leonel-brizola> Acessado em 20/10/2024 às 12:39.

Ao todo, no Rio de Janeiro, de acordo com Novicki (1992), durante o governo Brizola, foram contabilizados 57 conflitos urbanos envolvendo comunidades: 55 concentraram-se na região metropolitana e, dessas, 37 só no município do Rio de Janeiro. O governo decretou como de utilidade pública para fins de desapropriação 11 áreas no município do Rio de Janeiro e 10 na região metropolitana. O primeiro decreto foi publicado em agosto de 1984.

Foi então que o debate em torno da questão agrária ganhou força no estado, em um processo de repolitização. Houve um esforço do PDT, sob liderança de Leonel Brizola, de promover uma

política social de serviços públicos ligados ao saneamento básico, à moradia, à alimentação, à educação e aos problemas que tem levado à marginalização econômica e social dos trabalhadores, especialmente no campo (PDT, 1979 apud Novicki, 1982, p. 48).

Nesse sentido, foi definido como prioridade dos trabalhistas o debate em torno da defesa da reforma agrária:

O desafio com que nos defrontamos é, por conseguinte, o de retomar as bandeiras daquela tentativa generosa de empreender legalmente as reformas institucionais indispensáveis para liberar as energias do povo brasileiro. Especialmente uma Reforma Agrária que dê a terra a quem nela trabalha, em milhões de glebas de vinte a cem hectares, em lugar de entregá-las em províncias de meio, de um e até de dois milhões de hectares na forma de superlatifúndios, subsidiados com recursos públicos (PDT, 1979: 6 apud NOVICKI, 1992, p. 48-49)

Os conflitos fundiários existentes no Rio de Janeiro eram conhecidos por Brizola, uma vez que havia sido deputado federal pelo estado da Guanabara, em um período marcado por grande número de desapropriações pela Supra<sup>59</sup>, bem como por ter recebido da FETAG, em setembro de 1982, uma carta intitulada: “Os Trabalhadores Rurais e as Eleições de 1982”, onde

além de um diagnóstico sobre a evolução da situação dos trabalhadores rurais, com destaque para os conflitos fundiários, constava a exigência de "uma definição pública, clara e imediata, diante das reivindicações da classe trabalhadora rural, explicitando, inclusive, que iniciativas pretendem tomar, e quando, para tentar realizá-las concretamente" (FETAG, 1982a: 6 apud NOVICKI, 1992, p. 52)]

Diante desse cenário, o governo estadual

---

<sup>59</sup> Segundo Novicki (1992), entre janeiro de 1963 e o golpe de 1964, dez áreas no estado foram declaradas de interesse social com fins de reforma agrária, pelo Governo Federal através da SUPRA: Penha-Caixa, Piranema, Capivari e Mato Grosso (Duque de Caxias); Santa Alice (Itaguaí); Cachoeirinha e Tocaia (Magé); Floresta (Paracambi); Agro-Brasil (Cachoeiras de Macacu) e Imbé (Campos). Apenas duas estavam fora da Baixada Fluminense (NOVICKI, 1992, p. 26).

criou uma Comissão de Emergência para fazer face às “invasões de terrenos públicos e privados” e à “extrema carência da população” (referindo-se também aos saques a supermercados) sob a coordenação da SETH [Secretaria de Estado de Trabalho e Habitação]. Na semana seguinte, dada a tensão social gerada pelo ressurgimento no cenário político de parcela da população reivindicando e pressionando o governo por alimentos e moradia, foi criado também o Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos (Decreto nº 6.630, de 07.04.83 e Decreto nº 6.635, de 13.04.83, respectivamente). A Comissão de Emergência e o Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos foram as instâncias embrionárias de constituição do primeiro órgão a nível estadual para encaminhamento da questão fundiária urbana e rural (NOVICKI, 1992, p. 68).

O processo de urbanização sofrido pela Baixada Fluminense pode ser pensado como uma das causas pelas quais motivaram organizações em busca de terra, uma vez que a região recebeu grandes contingentes de pessoas vindas de outras regiões do estado e do país. Muitas dessas mobilizações de “retorno”, como sugere Novicki (1992, p. 20), estavam ligadas à luta pela reforma agrária, que ganha força com a redemocratização do país.

Moraes (1988 apud Novicki, 1992, p. 70) afirma que Brizola atuou, além das áreas conflagradas, diretamente nos bairros populares e favelas promovendo políticas e investimento em saneamento, energia elétrica, urbanização e habitação, através de contratação de mão de obra local ou de mutirões, fornecendo material e assistência técnica e social, como veremos no subtópico a seguir.

O *Jornal do Commercio*, em 9 de dezembro de 1985, página 9, veiculou uma notícia sobre a participação da CPT, nas ocupações ocorridas na Baixada Fluminense, intitulada “Pastoral da Terra na luta dos lavradores”, em que o recém criado Movimento dos Trabalhadores Sem Terra denunciava, através de um folheto, o programa da reforma agrária proposto pelo governo Sarney<sup>60</sup>, que não encaminharia a questão como era esperado pelos trabalhadores rurais, uma vez que o Presidente representava não só a ideologia do período anterior, mas também os próprios latifundiários (Mendes, 2022).

---

<sup>60</sup> Vice-presidente, eleito juntamente com o então presidente Tancredo Neves, o primeiro governo civil eleito após 24 anos de suspensão de direitos, devido ao golpe empresarial-militar, mas que não foi empossado devido à problemas de saúde, falecendo em 21 de abril de 1984. Na ocasião, José Sarney, seu vice-presidente, foi empossado como presidente do Brasil. Importante ressaltar que José Sarney compunha o partido Arena, que apoiou a Ditadura Militar. Nesse sentido, sua figura não configurava, de fato, o rompimento com o período anterior e “foi motivo de intensos conflitos entre as classes populares, uma vez que a coalizão de forças políticas que chegava ao poder amalgamava interesses tanto da oposição quanto da base de sustentação da ditadura militar” (Mendes, 2002, p. 156).

Nesse sentido, a mensagem no folheto afirma que “A Reforma Agrária de Sarney não nos serve. Terra não se ganha. Se conquista”.

O Estatuto da Terra, que foi considerado pelos sindicatos de trabalhadores rurais como um avanço e com contornos progressistas, foi engavetado durante a ditadura, por

setores latifundiários e empresários rurais, que se sentiram traídos pelo governo que o ajudaram a criar. Os setores patronais a criticaram duramente, e, “além de ameaças de retirada de apoio aos militares, passaram a fazer pressões para que a lei não fosse aplicada, em especial no que se refere às desapropriações (MEDEIROS, 2019, p. 188)

O resultado foi o engavetamento das propostas contidas no Estatuto da Terra, que se limitou à realização da colonização pela iniciativa privada, favorecendo a expansão do capital no campo e o desenvolvimento de uma agricultura empresarial, em detrimento dos trabalhadores rurais, (MENDES, 2006, p. 155-156).

José Sarney, em 27 de maio de 1985, anunciou a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, no âmbito do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Segundo Mendes (2022), o anúncio foi recebido com as mais esperadas críticas por parte dos setores de oposição:

Parte da imprensa brasileira caracterizou a medida como “desastre na divulgação da reforma agrária” apontando os “erros” do governo, e as “distorções de linguagem” em torno do tema e, sobretudo, reverberando a mensagem apaziguadora do presidente de que “as terras produtivas não serão desapropriadas e o direito de propriedade será respeitado” (Correio Braziliense, 13 jun. 1985, p. 3). Outros veículos deram ênfase a “Semeadura de armas”, para corroborar a ideia fortemente disseminada entre os latifundiários de que a proposta governista estimulava conflitos, além de ser extremamente perigosa à sustentabilidade política da “Nova República”. “A proposta de dividir terras”, destacou a revista *Veja*, de 19 de junho de 1985, “atingiu um vespereiro que há vinte anos não estava tão agitado. Mexeu-se num dos mais agressivos problemas nacionais: a terra” (*Veja*, 19 de jun. 1985, p. 21). (MENDES, 2022, p. 157).

Diante do exposto, fica evidente a narrativa que foi recuperada e endossada em torno da possibilidade de modificação da estrutura agrária vigente, o que fez com que setores de latifundiários, grileiros e todo espectro da oposição se mobilizasse a fim de frear o encaminhamento de uma pauta histórica dos trabalhadores: a reforma agrária. Diante disso, a discussão do Plano foi postergada para dois meses, “em clara consonância com as exigências do patronato rural, que precisava apresentar a sua ofensiva, preparar seu próprio projeto de reforma agrária” (*Ibidem*, p. 160).

Com isso, apresentaram uma proposta alternativa intitulada “Plano Nacional de Desenvolvimento Agrário e Social” que reintroduziu a militarização no encaminhamento

da questão agrária e recuperou o discurso do “fantasma vermelho do comunismo”, em que causariam uma ebulição social através da atuação armada de grupos da esquerda e do clero progressista (MENDES, 2022):

Os comunistas estão dispostos a executar o seu plano de reforma agrária caso o governo Sarney não a execute tal como foi elaborada pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, que contou com a colaboração direta de delegados do PCdoB. [...] A execução do atual plano de reforma agrária – segundo temor da área militar, provocará bruscas reações dos proprietários de terra, inclusive reações armadas de consequências imprevisíveis. [...] A preocupação maior dos militares no meio rural não se detém exclusivamente nos comunistas, mas sim com os responsáveis pela pastoral da Igreja no campo (*Correio Braziliense*, 6 out. 1985, p. 12, apud Mendes, 2022, p. 160).

Em relação à notícia veiculada pelo *Jornal do Commercio*, Fernando Moura, sociólogo ligado à CPT, afirma que a CNBB colocou em debate as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais e sobre a necessidade da reflexão permanente sobre o tema e, na ocasião, dá um panorama do contexto no Rio de Janeiro:

A maior parte das tensões, que geram conflitos, origina-se em movimentos para a expulsão dos posseiros. O Censo Agropecuário de 1980 revelou que 8.662 famílias de posseiros sofrem diferentes tipos de pressão. O posseiro, em geral, ocupa terras em que há anos não há sinal de proprietários” – Ele cita também um trabalho feito pela Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura – Fetag: “Em 1985, as tensões sociais pela posse da terra já, atingem 137 imóveis rurais em 38 municípios fluminenses, envolvendo 8.511 famílias ou 43 mil pessoas. A maior parte desses conflitos verifica-se na Baixada e no litoral Rio–Santos, onde a construção da BR-101 provocou a cobiça de especuladores imobiliários: Segundo o Estatuto da Terra, o estoque do Rio para a reforma agrário é de 1,6 milhão de hectares, neles incluindo minifúndios” (*Jornal do Commercio*, 9 de dezembro de 1985, p. 9).

Relata Novicki que o governo atuou diante dos conflitos existentes promovendo pesquisa cartorial das áreas ocupadas, contenção da repressão policial, cadastramento dos ocupantes pela CEHAB (Companhia Estadual de Habitação) e a intermediação do governo a fim de retardar a ordem de despejo (NOVICKI, 1992).

### 3.4.2 Mutirão Nova Aurora (1979)

O mutirão dos sem-terra de Nova Aurora nasce com o objetivo de promover melhores condições de vida através da luta por moradia. Segundo Mendes (2006), seu lema era “Tanta terra sem gente e tanta gente sem terra”.

Diante do contexto social e político de Nova Iguaçu, a década de 1980 foi marcada por um processo de articulação de organizações sociais, associações de moradores e

organismos religiosos a fim de lutar pela garantia de direitos básicos à vida: moradia, saúde, transporte, escolas. Afirma Mendes (2006, p. 72)

que diversos projetos políticos construídos pelos movimentos sociais surgem na década de 1980, e trazem como marca fundamental a crítica ao Estado e a proposta da construção de micro espaços que possibilitem a participação política do cidadão.

O bairro de Nova Aurora está localizado a 10 km do centro da cidade de Nova Iguaçu<sup>61</sup>. Tratava-se de uma área de pequena população em uma região marcada por brejos, pequenos sítios e chácaras, algumas delas abandonadas. De acordo com o jornal *O Fluminense*, de junho de 1984, página 9, as terras que deram origem ao bairro começaram a ser demarcadas entre as décadas de 1940 e 1950, tendo como primeiros moradores famílias de portugueses, espanhóis e italianos. No entanto, poucos fixaram residência, o que favoreceu o processo de ocupação que se iniciou em 1971. A área ocupada tinha em torno de 900.000 m<sup>2</sup> e necessitava de obras de terraplanagem e drenagem.

Importante salientar que os jornais à época veiculavam as notícias sobre as ocupações de terras no estado como “invasões”, termo ainda hoje bastante usado pela imprensa, e não como ocupação, uma vez que os trabalhadores se instalavam em terras que estavam abandonadas e que, portanto, não cumpriam sua função social. Tratava-se de extensa quantidade de terra abandonada, numa região em que a necessidade de terra para moradia e produção era latente, mas onde não havia nenhum encaminhamento por parte do Poder Público.

---

<sup>61</sup> Atualmente Nova Aurora faz parte do segundo distrito do município de Belford Roxo.





Figura 1- Loteamentos são invadidos no bairro de Nova Iguaçu. Fonte: O Fluminense, 28/06/1984, página 9. Hemeroteca Digital BN - Ano de 1984, Edição 24808.

Segundo Mendes (2006), parte das terras de Nova Aurora pertencia à Igreja Católica, à Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu (CODENI) e à Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE). A outra parte, se tratava de terras devolutas da União. Sobre o perfil da população existente no bairro, afirma o autor que

boa parte de seus moradores, encontrava-se vivendo de aluguel em áreas vizinhas ou em situações de risco, ocupando as margens de seus principais rios, como o rio Botas e o Maxambomba. Sua população extremamente pobre era composta, basicamente, por biscateiros, pedreiros, domésticas, trabalhadores autônomos, pequenos comerciantes, operários, pintores e outros (MENDES, 2006, p. 76-77).

Uma liderança local, Manuel da Costa, conhecido como Manoelão<sup>62</sup>, em entrevista a Mendes, afirma que a motivação da organização do Mutirão surgiu a partir das condições materiais enfrentadas pela população, estimuladas pelas lutas por terra

<sup>62</sup> Manoelão foi uma importante liderança do período pré-64. Natural de Minas Geraes, migrou para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. Sua primeira moradia foi em Xerém, na Fazenda São Lourenço, onde iniciou sua luta por terra e moradia, depois de receber ordem de despejo, “episódio que originou o principal evento envolvendo a disputa pela referida fazenda” (ERNANDEZ, 2009, p. 146-147). Destaca Ernandez que Manoelão é uma das lideranças menos conhecidas do pré-64, pois sua atuação esteve mais voltada à execução das ações e não em seu planejamento. Manoelão foi um dos primeiros participantes da Associação de Lavradores Fluminenses, antiga Comissão de Lavradores.

Manoelão participou do Seminário Memória Camponesa, ocorrida no ano de 2004, na cidade do Rio de Janeiro. Acesso em < <https://www.youtube.com/watch?v=tGk3DTeJZ4o> >

organizadas por camponeses ocorridas na região em período anterior. A organização também contou com o apoio de outras lideranças do período pré-64, como Laerte Bastos e o próprio Manuelão.

Laerte Bastos, também em entrevista concedida a Mendes, relata sua história pessoal, que se mistura a tantas outras parecidas, e que o levou a se engajar no processo de luta na região:

Sou filho de camponês, nascido em Itaperuna, interior do Rio de Janeiro; o meu primeiro problema com a terra, eu estava por volta dos dezessete anos, quando meu pai foi expulso das suas terras e coincidentemente por um “coronel”. Então nós ficamos um pouco refugiados, escondidos, levando uma vida terrível, toda a nossa renda (...) então eu vim com os meus pais para a cidade e nós que levamos uma vida relativamente muito boa, começamos a viver uma vida de cão, muito difícil. Com o tempo nós fomos nos adaptando com a vida da cidade grande até que me casei. Recém-casado, a gente sempre traz no seio aquela vontade, aquele amor à terra e eu voltei para a roça. Voltei aqui para o Xerém, próximo a Fábrica Nacional de Motores e lá na Fábrica (eu já tinha uma filhinha) nós começamos a trabalhar. Não demorou muito e a perseguição voltou novamente, em cima da minha pessoa, da minha família e de outros companheiros. Naquela ocasião, um capitão, cujo nome eu não me recordo, da guarda da Fábrica, começou a nos perseguir em relação à terra, que queriam que nós saíssemos, e lá em Caxias, um Juiz de Direito perseguia bem, aí a coisa não demorou muito, quando foi a década de 60, precisamente 64, veio o Golpe Militar. Nós que estávamos na terra, não tínhamos feito crime nenhum; só éramos trabalhadores, foi uma grande perseguição, de tal forma que o exército veio de Minas Gerais comandado pelo general Mourão Filho, entrou lá e arrasou aquilo. Muita gente, através do Sargento Baiano e começou a despejar o povo (...) ... E veja como é o destino! A gente foi recomeçando e começamos a encontrar antigos companheiros que eram de lá do campo, e já tinha passado o período que tínhamos que andar refugiado; começamos a encontrar velhos companheiros e passamos a discutir, nesses encontros, os nossos problemas, as dificuldades de nos adaptarmos aqui nessa nova vida e dessas conversas surgiu a ideia: quem sabe se não poderíamos a voltar a nossas antigas posses (...) Um dia, no ônibus, uma senhora com uma certa idade me procurou e falou assim: Você não é o Laerte? Olha, Laerte, eu estava interessada em arranjar um pedaço de terra... Eu disse para a companheira: Olha companheira! Assim é difícil, a terra que nós temos é terra de trabalho. Você é uma senhora já com uma certa idade e é preciso ser jovem e forte para enfrentar o campo e a lavoura. E aí ela disse: Não, mas não é nada disso! O que eu quero é uma terra para morar... Ah! Terra para morar... Isso é um assunto muito sério e uma boa ideia (citada por MENDES, 2006, p. 92).

O movimento ganhou força, tendo seu quadro de participantes aumentado rapidamente. Devido ao número de pessoas engajadas, as reuniões iniciais do Mutirão ocorriam no pátio da Paróquia São Judas Tadeu, em Heliópolis, à época pertencente à

Nova Iguaçu. Tratava-se de uma comunidade eclesial de base. Após esse período inicial, as reuniões passaram a acontecer na própria terra que ocuparam e onde se estabeleceram (Mendes, 2006).

A primeira ocupação se deu em maio de 1981, após inúmeras reuniões e assembleias. Cerca de três mil pessoas, segundo pesquisa realizada pela Delft University of Technology<sup>63</sup>, ocuparam simbolicamente a vasta área desocupada no bairro. Os participantes partiram da Igreja de São Jorge em procissão até o terreno. A ideia era que o início da divisão e distribuição dos lotes ocorresse na semana seguinte, porém, por meio de informações obtidas pela CDP, foi necessário deixarem a área imediatamente devido à ação prevista da Polícia Federal. Foi necessário o adiamento da ocupação.

O Mutirão teve o apoio da CDP e da CPT e seus integrantes passaram a se reunir na Igreja de São Jorge, que foi colocada à disposição para isso pelo vigário local, padre Matteo Vivalda. Com este apoio, teve início a negociação com a Prefeitura sobre a venda e a cessão do terreno aos participantes do movimento. O então prefeito de Nova Iguaçu, João Ruy de Queiroz, prometeu verbalmente vender, a preço social, 860 lotes de 12x15 metros, tipicamente urbanos, para os trabalhadores.

A Diocese de Nova Iguaçu cedeu cerca de 250 lotes para a construção de casas por parte dos ocupantes. Afirma Mendes (2006, p. 118) que “com a Igreja Católica local e regional, o Mutirão conseguiu sua primeira vitória e garantiu a posse das terras eclesiais”. A Igreja também atuou nas negociações com a Prefeitura a fim de garantir a posse das terras que pertenciam à Codeni. No entanto, mesmo com toda sua legitimidade, esse processo de negociação não foi fácil. A Prefeitura demarcou as áreas alagadas, demonstrando total desprezo por parte do poder público pelas famílias posseiras, uma vez que é quase inviável manter moradia ou condições básicas de sobrevivência em uma região desse tipo.

Esse posicionamento da Prefeitura, porém, promoveu uma radicalização na luta, e os trabalhadores, em maio de 1981, após vigília de dois dias em frente à sede municipal, resolveram avançar na ocupação das terras sem respeitar a demarcação do poder público: “Todo esse processo permitiu a conquista das terras ociosas que estavam sob o domínio

---

<sup>63</sup> A Universidade de Delft na Holanda realizou em 1988 pesquisas sobre as iniciativas populares na área de habitação no Brasil. Estudaram o Mutirão de Nova Aurora e produziram um relatório a fim de compartilhar com os participantes da ocupação alguns dados levantados na pesquisa (GILHUIS, H. O Mutirão de Nova Aurora: formas de organização na conquista e na gestão de recursos. Universidade de Delft/O.T.B (Holanda); Documento de trabalho – circulação restrita Nova Iguaçu/São Bernardo do Campo, junho-agosto de 1988)

da Codeni. As demais ocupações foram garantidas através de enfrentamento com autoridades locais” (MENDES, 2006, p. 118).

Em janeiro de 1983, segundo Mendes (2006), um grupo de trabalho da Prefeitura elaborou uma proposta para implantação de um projeto habitacional, que não foi efetivado. Após duas passeatas à Prefeitura e ao Palácio Guanabara, (a primeira ocorrendo em maio do mesmo ano), realizadas pelos participantes do Mutirão em busca de obter apoio de Brizola, recém-eleito governador, este se comprometeu com a causa:

o governador ouviu atentamente todas as exposições e fez várias perguntas sobre o modo de vida daquelas pessoas e, no final, disse que não faria promessas que não pudesse cumprir. Mas garantiu que a Secretária de Habitação designaria imediatamente um funcionário para conhecer o problema no local e incluiria as reivindicações entre as prioridades da administração estadual (*O Commercio*, 16 de maio de 1983, p. 9).

A manifestação contou com a participação de 600 posseiros da fazenda Morro Grande, em Duque de Caxias, e de Nova Iguaçu, que solicitaram ao governador a regularização das terras, bem como a desapropriação de outras áreas, uma vez que os lotes que ocupavam eram muito pequenos impossibilitando a produção agrícola, assim como fizeram a proposta para que o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ) financiasse o material de construção a um valor que fosse compatível com a realidade dos posseiros. O então governador na ocasião prometeu “entregar um milhão de lotes em seu governo, incluindo a regularização de terras de favelados” (*Jornal do Commercio*, 16 de maio de 1983, p. 3). O ponto alto de seu discurso se deu quando prometeu apoiar o banco de material de construção, uma vez que os posseiros acusavam o BNH de disponibilizar um financiamento a taxas abusivas, fazendo com que fosse necessário a criação de um banco de construção no Mutirão, mantido com doações e ajuda da Igreja Católica, fato que evidencia a participação da Diocese de Nova Iguaçu no processo de ocupação. Também prometeu um ônibus para levar os posseiros de volta para a Baixada Fluminense, bem como distribuiu lanches para os manifestantes. Na reunião, foi recebida uma comissão de posseiros, acompanhada por membros da CPT e do advogado da CDJP, Delário de Souza Ribeiro.

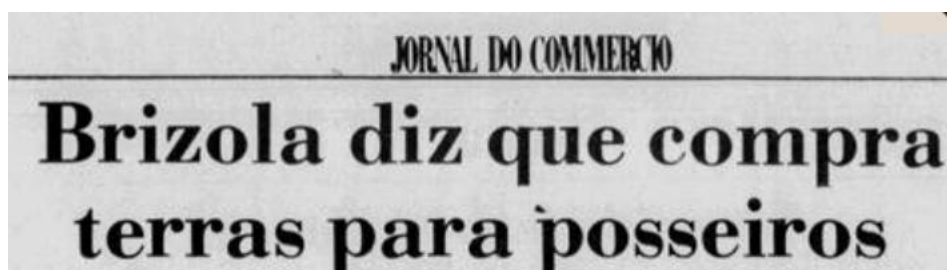


Figura 2 – Brizola diz que compra terras para posseiros. Fonte: *Jornal do Commercio*, 16 de maio de 1983, página 3, Hemeroteca Digital BN, Ano 1983, Edição 00183.

Porém, diante de nenhuma resolução, houve uma nova mobilização dos posseiros que realizarem uma outra manifestação, em vigília, em frente ao Palácio do Governo. Neste mesmo dia, à noite, o governador recebeu a comissão de posseiros e prometeu estar em Nova Aurora em dezembro.

No dia 03 de dezembro de 1983, Brizola encarregou a CEHAB, através do programa “Cada Família, Um Lote”, de construir 1690 casas de 22 m<sup>2</sup>, em benefício das famílias. O objetivo do projeto era transferir um milhão de lotes nas áreas urbanas, periurbanas e rurais do Estado para famílias “residentes em bairros populares e favelas” (ERJ, 1985b, *apud* NOVICKI, 1992, p. 71). A obra estaria dividida em duas etapas: construção de 490 casas na etapa um e 1200 na etapa dois. Na ocasião, o governador também teria prometido a construção de uma escola de tempo integral e fornecer o material para a construção das casas, a serem pagas em prestações equivalentes a 16% do salário-mínimo vigente. No entanto, apenas 130 casas, de três cômodos, foram entregues. Posteriormente, já com Moreira Franco à frente do governo estadual, alguns lotes receberam a documentação vinculada à CEHAB (MENDES, 2006, p. 120-121). Nos meses seguintes à ocupação definitiva, os lotes foram distribuídos e repartidos entre os participantes e alguns iniciaram por conta própria a construção de suas casas.

Segundo Laerte Bastos (MENDES, 2006, p. 120), a ida de Brizola à ocupação ficaria marcada na luta da história popular, corroborando e fomentando a ideia de que o governador apoiava as ocupações de terra. Além disso, no evento, o então governador teria pedido a proteção do mutirão às polícias militar e civil.

Embora o governador tenha aceitado a proposta dos trabalhadores, afirmando que forneceria o material necessário para as construções, isto não ocorreu, o que gerou uma grande passeata da Estação Ferroviária da Central do Brasil até o Palácio da Guanabara, onde os trabalhadores exigiram a presença do governador. Na ocasião, a CDJP forneceu, também, auxílio financeiro para custeio das passagens para a mobilização.

Em 26 de novembro de 1985 foi inaugurado, com a presença do então presidente José Sarney e o governador Leonel Brizola, o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) Gustavo Capanema no bairro de Nova Aurora, cumprindo a promessa feita em final do ano de 1983. Na ocasião, de acordo com o *Jornal do Commercio*, de 27 de novembro de 1985, página 3, Sarney fez um discurso em que declarou “a obstinação do governador Leonel Brizola em favor do programa educacional que deveria servir de modelo para outras unidades da Federação”. Além disso, afirmou que “dos poucos recursos que o país tem nesse momento de travessia, tem procurado usá-los em programas sociais com prioridade para o setor da educação”.

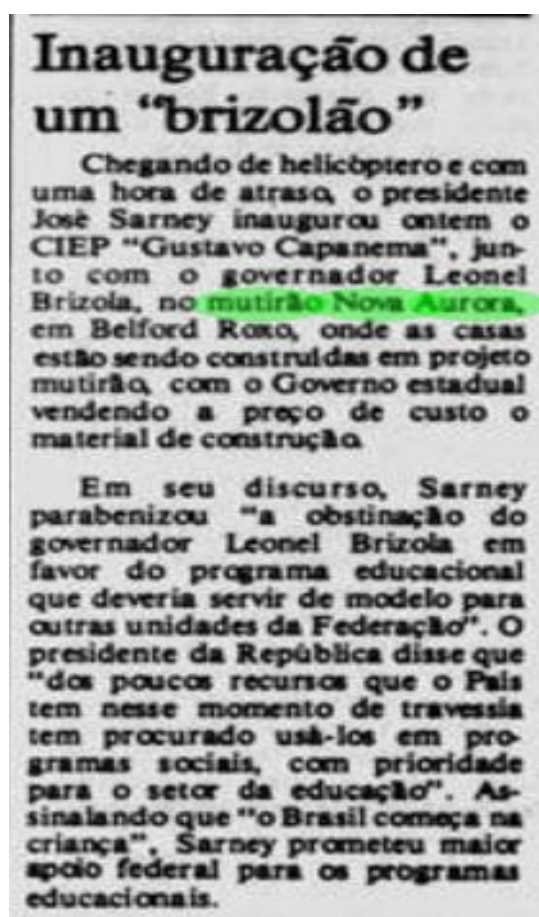


Figura 3 – Inauguração de um “brizolão”. Fonte: *Jornal do Commercio*, 27 de novembro de 1985, página 3 - Hemeroteca Digital BN

Na ocupação aqui apresentada há uma grande importância dos aliados externos no encaminhamento das negociações. No caso de Nova Aurora, foi a Igreja Católica, através da CDPJ, da CPT e de clérigos locais. Além disso, as assessorias jurídicas desses organismos auxiliaram o movimento a se organizar formalmente, podendo assim negociar

com a Prefeitura de Nova Iguaçu e a representar legalmente os membros da ocupação. O relatório realizado pela Universidade de Delft conclui:

como atuante em defesa dos direitos do cidadão, a Diocese de Nova Iguaçu é um ator de peso considerável no cenário político e social daquela cidade. Apesar de ter peso político, ela se situa acima de conflitos político-partidários, o que a torna um mediador respeitado entre movimentos populares e poder público (GILHUIS, H. O Mutirão de Nova Aurora: formas de organização na conquista e na gestão de recursos. Universidade de Delft/O.T.B (Holanda); Documento de trabalho – circulação restrita Nova Iguaçu/São Bernardo do Campo, junho-agosto de 1988).

De acordo com Mendes (2006), a Igreja Católica, através da figura de Dom Adriano Hipólito, foi um elemento fundamental para o sucesso da ocupação:

a Igreja Católica teve grande influência e participação nas lutas políticas de Nova Aurora, principalmente no que se refere ao enfrentamento entre o Mutirão, os grileiros e a polícia gerado pela ocupação e a desapropriação das terras (MENDES, 2006, p. 101).

Para o Mutirão a Igreja foi vista como um instrumento de legitimação política, a possibilidade de interagir junto à opinião pública, através da imprensa e os órgãos institucionalizados. Neste sentido, pois fortaleceu as ações do Mutirão em torno da desapropriação e ocupação da terra, na medida que serviu como um importante aparato de coesão e interação política com diferentes instancias da sociedade civil (...) também ofereceu todo um aparato capaz de garantir recursos financeiros para sua manutenção e sobrevivência (*Ibid.*, p. 113 – 114).

A atuação da Igreja também se dava pela presença de religiosos e voluntários dentro da estrutura interna do Mutirão, pela manutenção de alguns projetos no espaço físico da primeira Igreja Católica local – São Jorge (*Ibid.*, p. 116).

A presença da CPT foi forte na ocupação de Nova Aurora, por vezes sendo considerada a organizadora da ocupação, como veiculou o *Jornal do Commercio*, quando publicizou a ocupação, afirmando que “em outro local, no “Mutirão de Nova Aurora”, entre Nova Iguaçu e Belford Roxo, “numa área muito grande que a Pastoral da Terra invadiu” (...), mobilizando, portanto, uma narrativa em torno das ocupações e dos agentes envolvidos (*Jornal do Commercio*, 9 de dezembro de 1985, p. 10).

### 3.4.3. Mutirão Parque Estoril (1981)

A ocupação de Parque Estoril, de acordo com entrevistas de participantes do mutirão, contidas no acervo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu<sup>64</sup>, iniciou-se a partir de

<sup>64</sup> Arquivo Parque Estoril, 27 de fevereiro de 1985. Pasta Ocupação Rural – Nova Iguaçu, CEDIM.

dois grupos de pessoas que estavam em busca de um “pedaço de terra” para produção e moradia. A área pertencia à União e, desde 1960, estava sob responsabilidade do Ministério da Agricultura<sup>65</sup>, que implementou o projeto de Fazenda Modelo cujo objetivo era “fomentar o desenvolvimento agrícola da produção de alimentos de primeira necessidade na Baixada Fluminense” (FETAG, 1981, p. 41-42). Em 1964, com a ditadura militar, as atividades foram encerradas e as políticas agrícolas entraram em declínio.

Houve, em 1976, a cessão da área para a Prefeitura de Nova Iguaçu que deveria construir uma escola modelo de ensino técnico-agrícola. Porém, o projeto não foi adiante e as terras retornaram à posse do Ministério que, em 1979, a cedeu à Associação Rural de Nova Iguaçu (patronal), cujo presidente era Lehar Rodrigues da Silva, pelo período de 10 anos. A cessão contou com recursos de 12 milhões de cruzeiros, oriundos de diversas fontes municipais, com a mesma finalidade – construir a escola. Entretanto, após dois anos de cessão e nenhuma construção, o Ministério decidiu entregar as terras ao INCRA, mediante projeto que visasse o encaminhamento das demandas dos posseiros.

De acordo com o relatório do Levantamento de Conflitos de Terra no Rio de Janeiro de Janeiro entre 1979 e 1981, feito pela FETAG/RJ:

Em princípios de 1981, agravando-se a situação social na Baixada, 500 famílias [*cerca de 2500 pessoas*] ocuparam a Fazenda Parque Estoril pacificamente, ali se instalando para plantar, morar e assim sobreviver dignamente, à custa de seu próprio trabalho, optando por trabalhar a terra e dela tirar seu sustento, para fugir da opção que lhes sobriaria, o desemprego, a fome, a violência, o abandono de seus filhos à criminalidade e a prostituição (FETAG, 1981, p. 42).

De acordo com as entrevistas com participantes da ocupação, contidas no acervo da Cúria Diocesana, após os posseiros dividirem as terras, passaram a nelas trabalhar produzindo alimentos de subsistência e comercializando o excedente. Também organizaram a criação de animais como galinhas e porcos.

Segundo veiculou o *Jornal do Brasil*, edição de 29 de abril de 1981, 300 posseiros foram detidos e 77 posseiros foram interrogados pelo Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) na ocupação. Ainda segundo a matéria, na ocasião da prisão foram apreendidos “três kombis, facões, espingardas, revolveres, foices e machados”. Em depoimento, os posseiros afirmaram que ocuparam a terra com o objetivo de construir casas e plantar, pois não possuíam condições materiais e as terras estavam ociosas. Os

---

<sup>65</sup> Levantamento de Conflitos de Terra no RJ, página 41 – FETAG – RJ (Junho de 1981) – NMSPP Caixa 16.



delegados, com a prisão, desejavam descobrir se havia envolvimento político na ocupação da área.

A edição do *Jornal do Brasil* de 1 de maio de 1981, página 7, relata que o mandante da prisão dos posseiros, de acordo com o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), teria sido o prefeito Ruy Queiroz. Na ocasião da prisão dos posseiros, houve a ocupação da área pelos militares que impossibilitaram o retorno dos trabalhadores. Na tentativa de solucionar o problema, reuniram-se com o prefeito Ruy Queiroz, a FETAG, o STR de Nova Iguaçu, a CPT e uma comissão de posseiros, além da imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo.

Na reunião, o prefeito comprometeu-se a assentar definitivamente os posseiros em Parque Estoril que lá estavam trabalhando até 28 de abril de 1981; transferir a posse para o nome das famílias; prometeu encaminhar emergencialmente a questão junto à Câmara dos Vereadores, prometendo lotes de cinco mil m<sup>2</sup> e a construção de um mercado municipal no centro da cidade para que os trabalhadores pudessem comercializar seus produtos; devolução das ferramentas e do veículo apreendidos; liberação da entrada dos posseiros na área para pegarem roupas e documentos. Na reunião tentou-se o retorno imediato das famílias para a ocupação. No entanto, as famílias foram proibidas e encaminhadas à Escola Municipal Monteiro Lobato, posteriormente foram recebidas pela Diocese de Nova Iguaçu, no CENFOR.

Em nota conjunta, a CPT, Fetag, STRs, Comissão Pastoral Operária, MAB e a CDJP assinaram o texto em que afirmavam que “as terras em presente disputa pertencem ao Ministério da Agricultura desde a década de 1960, mas se encontram improdutivas há 17 anos”. Na nota, também houve a denúncia de que a invasão das terras pelos policiais teria sido solicitada pelo então presidente da Associação Rural, Lehar Rodrigues, que reivindicava a responsabilidade de gerir a área que, no entanto, não estava cumprindo sua função. Nesse sentido, afirma a nota na íntegra:

Quarta-feira, dia 29 de abril, realizou-se uma verdadeira operação militar na região de Parque Estoril, em Nova Iguaçu. Surpreendentemente esta operação de guerra teve a finalidade de despejar mais de 300 famílias de indefesos posseiros que trabalhavam a terra, a fim dela arrancar o sustento de seus filhos.

As terras da presente disputa pertencem ao Ministério da Agricultura desde a década de 60 e se encontravam improdutivas há 17 anos, apesar de tratar-se de uma Fazenda Modelo deste mesmo Ministério. O atual conflito de terras não é um caso isolado e nem desconhecido de nossas Autoridades. A Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro) fez um levantamento e chegou à seguinte

conclusão: 25 mil pessoas, distribuídas em 15 municípios do Estado do Rio de Janeiro estão vivendo sob constante ameaça de expulsão da terra. Queremos citar aqui alguns dos casos mais recentes e graves: além do presente de Parque Estoril, denunciemos situações idênticas em Capivari, Morro Grande, São Lourenço, no município de Duque de Caxias; Campos Novos em Cabo Frio, São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu.

Acontece mais uma vez o que sempre aconteceu, na história do Brasil: o pequeno pobre não tem vez, impede-se seu direito de organizar-se e lutar por condições dignas de vida para sua família.

Para a atual ação de despejo, não existia mandado judicial nem se sabe de onde se partiu a ordem de prisão dos agricultores, sendo tais prisões manifestamente ilegais. O presente caso de agricultores impedidos de trabalharem para da terra tirarem a subsistência de suas famílias vem mostrar, mais uma vez, que questão de terra não é caso de polícia.

Sabe-se que a denúncia que ocasionou as presentes prisões partiu do sr. Lehar Rodrigues da Silva, presidente da Associação Rural de Nova Iguaçu. Resta saber os verdadeiros propósitos e interesses escondidos para uma atitude tão desumana.

Estas famílias fizeram uma opção: em vez de fome, desemprego ou criminalidade, elas escolheram trabalhar a terra e dela tirar o seu sustento.

As entidades abaixo-assinadas repudiam este ato arbitrário de violência contra famílias que querem trabalhar e produzir, e vêm exigir do Governo o assentamento definitivo, bem como a titulação legal de cada lote, em nome das famílias expulsas.

Chega de violência! Pela reforma agrária! A terra para quem nela trabalha!

Nova Iguaçu, 30 de abril de 1981

Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro)

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu

Comissão Pastoral da Terra de Nova Iguaçu

Comissão Pastoral Operária de Nova Iguaçu

Movimento de Amigos de Bairro de Nova Iguaçu

Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nova Iguaçu <sup>66</sup>

Após quatro anos de impasse, em 22 de fevereiro de 1985, houve uma reunião entre a CDJP, a CPT, na figura de Bráulio Rodrigues, representando os camponeses de Parque Estoril, com o diretor técnico do Ministério da Agricultura. Na ocasião, este negou que o Ministério tivesse autorizado as prisões dos trabalhadores ocorrida em 1981. Na reunião foi encaminhado um projeto ao INCRA de utilização da área para agricultura e assentamento das famílias que lá se encontravam.

Em junho de 1985, foi veiculado pelo jornal *O Fluminense*, página 7, que cerca de mil lavradores de terras ocupadas em Guandu e Parque Estoril, realizaram uma

---

<sup>66</sup> Acervo Comissão Pastoral da Terra, Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, 1974 a 1985 - CEDIM

passeada no centro do Rio de Janeiro. De acordo com o *Jornal do Brasil* (12 de junho de 1985, p. 7), “a primeira manifestação pela reforma agrária realizada no Rio após a posse do novo governo”, em que se deslocaram da Estação Ferroviária Central do Brasil até o Largo de São Francisco, onde localizava-se a sede do Incra. Na manifestação, os trabalhadores portavam cartazes com dizeres que pediam a desapropriação das terras do Guandu e Parque Estoril. Na ocasião, os manifestantes portavam cartazes que diziam “A TERRA PARADA É UM CRIME. QUEREMOS TRABALHAR”; “UM, DOIS, TRÊS, QUATRO, CINCO, MIL, QUEREMOS TRABALHAR NAS TERRAS DO BRASIL!”. Reivindicando, mais do que terra para moradia, terras para trabalhar.

Em 1985, a comissão coordenadora das ocupações de Guandu, Parque Estoril e Marapicu, todas localizados em Nova Iguaçu, emitiu uma carta aberta, endereçada ao INCRA afirmando que a questão da terra deveria ser encarada e encaminhada com prioridade e corajosamente pelo governo e que a reforma agrária deve ser garantida para responder às necessidades dos que mais precisam: lavradores, desempregados e migrantes. Na carta, também afirmaram que não aceitariam mais serem

tratados como “invasores” e “usurpadores” de propriedade particular. A função social da terra é produzir e agasalhar o homem, portanto, a terra é de quem nela efetivamente trabalha. O INCRA tem diante deste quadro um papel fundamental a desempenhar como órgão responsável pelo assentamento de lavradores na terra, não devendo limitar-se a agir quando da ocorrência de conflitos (Carta Aberta, Coordenação das ocupações de Guandu, Parque Estoril e Marapicu, 11 de junho de 1985).

A carta recebeu o apoio da Caritas Diocesana de Nova Iguaçu, Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu, MAB, FETAG, CPT de Nova Iguaçu e Regional, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu.

Em junho de 1985, frente à publicização da situação dos posseiros de Parque Estoril e Guandu, o MST emitiu uma nota endereçada “ao povo do Rio de Janeiro” declarando apoio às famílias que compareceram ao INCRA para entregar a Carta Aberta solicitando o encaminhamento da questão pelo órgão e também denunciaram a estrutura fundiária do Estado. Afirmava que

Segundo dados oficiais, no Estado do Rio de Janeiro, mais de 920 mil hectares de terra nova para agricultura estão totalmente ociosas. É mais do que uma quarta parte de toda a área do Estado! Os proprietários já nos mostraram que não têm a menor intenção de se tornarem produtores, apesar de todas as facilidades e estímulos.

Além das 120 mil famílias sem-terra, que ganham menos de meio salário mínimo como diaristas, parceiros, colonos, boas fritas, etc., um número incalculável de lavradores foram expulsos ou forçados a

abandonar o campo e condenados ao desemprego nas cidades onde vivem em miséria extrema nas favelas.

As populações urbanas também sofrem as consequências dessas injustiças. Seus orçamentos familiares estão cada vez mais onerados pelo preço dos alimentos de outros Estados, enquanto os latifundiários preferem manter suas terras como reserva de valor para finalidades especulativas.

Assim sendo, é urgente a mudança da estrutura fundiária; distribuindo e redistribuindo a terra, assegurando um regime de posse e uso que atenda aos princípios da justiça social e aumento da produtividade. Não só de modo a garantir a realização socioeconômica e o direito à cidadania do trabalhador rural, como também contribuindo para o aumento da oferta de alimentos e de matéria prima buscando o atendimento do mercado (PLANO NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA, p. 11).

Os agricultores do Guandu e do Parque Estoril foram violentamente expulsos das terras paradas que pretendiam e pretendem cultivar. Agora estão ao relento, acampadas em condições extremamente precárias. Querem trabalhar e se integrar na sociedade como produtores de alimentos. Diante da orientação anunciada pelo Governo, reclamam e contam serem atendidos para que possam contribuir para o bem comum e ganhar o sustento de suas famílias.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1985

Os lavradores, na ocasião, conseguiram ser recebidos pelo secretário do INCRA que afirmou que, como a área de Parque Estoril pertencia à União, não seria necessária uma desapropriação, mas que estavam aguardando uma liberação para que a área pudesse ser utilizada com fins de interesse social.

# Lavrador de Nova Iguaçu faz passeata e tumultua o Rio

O Incra — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, depois da manifestação e protesto de lavradores de Nova Iguaçu, que paralisou o Centro do Rio, prometeu, ontem, acelerar o processo de desapropriação das terras do Guandu, assim como, solicitar do Ministério da Agricultura resposta para a utilização das terras do Parque Estoril, conforme informou Agostinho Guerreiro, diretor-adjunto do órgão no Rio.

Cerca de mil lavradores das terras do Guandu e do Parque Estoril, em Nova Iguaçu, saíram em passeata da Central do Brasil e percorreram a Avenida Presidente Vargas, a Avenida Rio Branco, Rua Sete de Setembro e se concentraram no Largo de São Francisco, em frente ao Incra, onde diversas pessoas usaram da palavra pedindo desapropriação das terras do Guandu e do Parque Estoril.

O presidente do Mutirão de Nova Aurora, Laerte Rezende de Bastos, informou que há 20 dias policiais militares invadiram as áreas do Guandu e do Parque Estoril, expulsaram os lavradores; destruíram suas plantações e ainda os casabres levantados por eles. "sob o pretexto de que o Juiz de Nova Iguaçu, José Ma-



Os manifestantes paralisaram as principais ruas do Centro do Rio

galhões Peres, tinha dado uma liminar de reintegração de posse aos supostos proprietários", disse.

Segundo ele, mais de 10 mil pessoas

toram prejudicadas com esse ato. Agora, "todas as nossas famílias estão acampadas na estrada próxima ao local. Queremos justiça das autoridades. A terra deve ser de

quem nela trabalha e não daqueles que se dizem donos e nada fazem por ela".

Ao invés de carregarem pás, anzinhos, picaretas e enchedas, os cerca de mil lavradores seguravam cartazes e com dizeres como: "A terra parada é um crime. Queremos trabalhar", e "Operário Camponês unido com Sarney", além de cantarem: "Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos trabalhar nas terras do Brasil".

Após a concentração do Largo de São Francisco, os líderes foram até a diretoria do Incra e lá pediram a desapropriação das terras do Guandu e do Parque Estoril. Na oportunidade, Agostinho Guerreiro informou que o levantamento do Guandu já foi enviado à Brasília. Agora, pediremos aos nossos companheiros do Departamento de Desapropriação, para acelerar esse processo.

Quanto ao problema do Parque Estoril, Agostinho Guerreiro disse que a terra é da própria União. Por isso, não é necessário ser desapropriada. No entanto, acrescentou que o Ministério da Agricultura é responsável pelas terras do Parque Estoril, "daí estamos aguardando uma resposta para a liberação daquela área para utilização de interesse social".

Figura 4- Lavrador de Nova Iguaçu faz passeata e tumultua o Rio. Fonte: Jornal O Fluminense, 12/06/1985, página 7 – Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional, ano 1985, Edição 25105.

Em julho de 1985, houve uma visita dos assessores técnicos do INCRA à área, com o objetivo de cadastrar os lavradores preliminarmente para a distribuição e titulação dos lotes de terra<sup>67</sup>, o que nunca aconteceu. Em abril de 1986<sup>68</sup>, houve outra manifestação em frente à sede do INCRA, que contou com cerca de 200 pessoas, com o objetivo de cobrar a desapropriação das áreas que foram prometidas. A manifestação contou com cinco comissões de posseiros de: Paracambi, Campo Alegre, Guandu, Parque Estoril e Pedra Lisa. Fato é que nunca houve, de fato, a regularização da área, o que gerou a desmobilização dos posseiros envolvidos.

Na ocasião da ocupação de Parque Estoril, a Cáritas Diocesana doou a quantia de um milhão de cruzeiros em benefício do Mutirão através de Dom Adriano, com o objetivo de comprar alimentos para as famílias que necessitavam. Além de recursos financeiros, também mobilizou recursos humanos e jurídicos. Além disso, por terem sido as primeiras ocupações ocorridas na Baixada Fluminense no início da década de 1980, serviram como motivação para reocupações e novas ocupações ocorridas posteriormente em outras regiões do município e do estado. Alguns destes novos mutirões contaram com a

<sup>67</sup> *Jornal do Brasil*, 16 de julho de 1985, p. 8. Hemeroteca Digital da BN, Ano 1985. Edição 00099 (2).

<sup>68</sup> *Jornal do Brasil*, 23 de abril de 1986, p. 24. Hemeroteca Digital da BN, Ano 1986. Edição 00015 (1).

participação de lideranças de Nova Aurora e Parque Estoril, como é o caso de Campo Alegre, que veremos adiante.

Bastos (2017) afirma que a ocupação do Parque Estoril assumiu importância para o período, uma vez que mobilizou importantes lideranças antigas da região. Uma entrevista com um militante do MST do Rio de Janeiro, aponta que

A área de Parque Estoril foi dividida em lotes pequenos aguardando a solução do conflito para a posterior divisão real da área. Neste período, Parque Estoril consegue fazer assembleias, nas quais se dá uma reciclagem das pessoas que passavam por ali e onde discutiu-se a ocupação de outras áreas levantadas ... Na realidade Parque Estoril não aconteceu, porque o próprio acampamento que lá houve depois foi desfeito, mas foi ali que se ensaiaram os primeiros passos para a ocupação de outras áreas durante o Governo Brizola. Parque Estoril, para nós do Movimento, ficou sendo uma ligação com as lideranças do passado como Enéas, Bráulio, Laerte, Chico Silva ... Parque Estoril foi o embrião, em novos tempos, do questionamento da questão fundiária no Rio de Janeiro (BASTOS, 2017, p. 37).

Fato é que após inúmeras mobilizações, passeatas, denúncias, a área de Parque Estoril não foi discriminada pelo Estado, isto é, não foi destinada às famílias que, pouco a pouco, deixaram a área.

#### **3.4.4 Mutirão de Campo Alegre (1984)**

Segundo estudos realizados por Lígia Nonato (2020), o loteamento Campo Alegre, anteriormente denominada Fazenda Mato Grosso, localizado no distrito de Queimados<sup>69</sup>, foi transformado em loteamento urbano após a decadência da citricultura no início dos anos 1950.

Em 1952, sob o comando de Ernesto Moreira, um grande fazendeiro e comerciante e uma corretora imobiliária denominada Corretora de Operações Imobiliárias (COPER) (NONATO, 2020, p. 69) tinham como objetivo organizar um empreendimento com aproximadamente 23 mil lotes, mas, devido à posição periférica em relação ao centro da cidade, fracassou. Afirma Ferreira (2018, p. 6) que a “Coper faliu, os compradores edificaram poucas casas ou mesmo nenhuma, as poucas ruas abertas, geralmente sem asfalto, ficaram por se ocupar”. Este fato teria facilitado a chegada de grileiros pecuaristas na região.

---

<sup>69</sup> À época pertencente ao município de Nova Iguaçu.

De acordo com Hernandez (2010, p. 201), o mutirão de Campo Alegre foi formado por filhos de camponeses que vieram para o Rio de Janeiro entre 1940 e 1960, fruto da diminuição da oferta de moradia, da decadência da economia cafeeira no Espírito Santo e Minas Gerais e de enchentes e secas no Nordeste. Sobre o perfil dos participantes da ocupação, relata Sônia Martins, militante das CEBs e da CPT Nova Iguaçu e que esteve presente durante o processo de ocupação de Campo Alegre:

Eu acho que estava muito misturado, o pessoal do Parque Estoril, eu via uma presença com uma ênfase maior de trabalhador rural, já Campo Alegre, é um povo que já havia perdido muito essa característica do campo, estava muito acentuado essa parte urbana, mas entre eles tinham essas pessoas mais velhas, por exemplo, a dona Maria Freire, ela tinha esse perfil mais rural, bem político, porque ela participou na região dela no Nordeste, das Ligas Camponesas, então ela tinha isso muito forte. Tinha uma outra senhora que era daquela área de Paracambi, Normandia, que tinha essa dimensão política muito forte, mas isso eram as pessoas mais velhas, mais idosas, que já estavam envolvidas, os mais novos não. O povo que tinha de 50 anos para cima tinha um perfil mais politizado e mais arraigado a essa dimensão de camponês, de inserção da produção, de pensar um lugar para morar e produzir. O pessoal mais velho, seu Generino, a Maria Freire, o Amaro, Paulão, essas pessoas, eles tinham essa referência na área de uma produção agrícola bem acentuada e com uma visão política mais apurada. Os novos têm essa preocupação de estar porque precisa viver, a cidade não dava conta de pagar aluguel, tinha a questão da violência, de ter um lugar mais sossegado para criar os filhos, mas a necessidade muito forte de trabalhar fora, para poder complementar a renda familiar. Isso é muito forte. Coisa que não era muito presente nos mais velhos, porque para eles essa questão de trabalhar todo dia naquela área, de produzir, de botar o saco nas costas e ir pro centro vender, toda semana, de criar um vínculo com a feira central, isso é mais os antigos, os mais velhos, os mais novos não tinham muito isso<sup>70</sup>.

Participaram da ocupação de Campo Alegre cerca de três mil pessoas, segundo Hernandez (2010), portanto, tratou-se de uma grande mobilização. Além disso, o autor afirma que essa ocupação pode ser considerada evento central nas reocupações de terra no estado do Rio de Janeiro na década de 1980, corroborando com Souza (2013). A ocupação ocorreu por etapas, devido ao tamanho da área, para evitar chamar atenção das autoridades da época, devido à grande quantidade de pessoas que seriam necessárias para ocupação de toda a extensão territorial.

Inicialmente as famílias ocuparam a região do Cruzeiro, primeiro acampamento base de Campo Alegre e, à medida que outras pessoas iam chegando, ocorria a ocupação das outras áreas. Souza (2013) explica como se dava a estrutura do acampamento base:

---

<sup>70</sup> Sônia Martins. Entrevista concedida a Gabriel Bastos, realizada em 2015 para a sua tese. Cedida pelo entrevistador.

no Cruzeiro, teve início toda a estrutura organizacional do movimento. Foi construída a grande barraca onde funcionava a cozinha coletiva e, no seu entorno, foram feitas barracas menores. O objetivo principal dentro da ocupação era sobreviver, resistir na área de maneira a consolidar o movimento territorializado (SOUZA, 2013, p. 44).

Ernandez (2010), também explica que

A estrutura das barracas era de bambu, e a cobertura, de lona preta. Essas glebas foram chamadas de regionais. No total, e ao longo de todo o ano de 1984 até o início de 1985, foram criadas sete delas. Na medida em que os grupos se deslocavam para as regionais, formavam, inicialmente, um acampamento que destinava uma barraca para cada família acampada, localizando-se próximas umas às outras. Num segundo momento, cada família era direcionada para o seu lado, onde era construída nova barraca, e iniciando o trabalho agrícola (ERNANDEZ, 2010, p. 197).

A região de Campo Alegre, logo após a ocupação, passou a ter diversos casos de confronto com grileiros da região, além da hostilidade da Polícia Militar (Novicki, 1992). Nesse sentido, afirma Novicki (1992) que

O Secretário de Trabalho e Habitação, o Sub-Secretário de Justiça e o Chefe de Gabinete da Secretaria de Agricultura, todos membros da CAF [Comissão de Assuntos Fundiários]<sup>71</sup>, reuniram-se logo após a ocupação com uma comissão de lavradores, quando então prometeu-se solucionar o caso Campo Alegre através de uma das seguintes alternativas: manutenção na área ocupada, assentamento em Itavva ou em outra terra do estado. Neste encontro, os ocupantes reivindicaram: equipamentos agrícolas, alimentos e assistência no período em que não poderão plantar, melhores condições para abrigar as famílias, as mulheres e as crianças e garantia contra a repressão dos que eles chamavam de “jagunços de grileiros” (NOVICKI, 1992, p. 103-104).

Em 20 de junho de 1984, em passeata da Estação Ferroviária Central do Brasil até o Palácio Guanabara, reivindicaram junto ao governador o fim da violência através do desarmamento de grileiros e pretensos proprietários, bem como a garantia, através da legalidade, do uso e posse da terra.

---

<sup>71</sup> “Vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Interior e constituída pelos secretários de Estado do Desenvolvimento Agropecuário, de Planejamento e Controle, Extraordinário do Trabalho e Habitação, Extraordinário para o Desenvolvimento da Região Metropolitana e pelo Procurador Geral do Estado (...)” (NOVICKI, 1992, p. 90). Destacam-se entre seus objetivos: arrecadar as terras devolutas estaduais, legitimar as posses existentes na área discriminada, assentar trabalhadores rurais nas terras arrecadadas e manter famílias nas terras, quer as que se destinassem para moradia quer as que se voltassem para atividade produtiva. Sua criação se deu em um contexto de disputas no encaminhamento da questão fundiária entre as secretarias estaduais de Desenvolvimento Agrário, Justiça e Interior, Segurança Pública, Trabalho e Habitação. Nesse sentido, afirmou Novicki: “Embora o encaminhamento da questão fundiária exigisse a convergência de esforços de diversas secretarias, o que se disputava era a coordenação destas atividades. Em última instância, isto significava competição por espaço político, dividendos eleitorais e/ou poder de influir no processo decisório” (NOVICKI, 1992, p. 90-91)



Segundo relata Novicki (1992), no mesmo dia à noite, face à pressão dos trabalhadores, Brizola assinou o decreto de desapropriação das terras em “cima de uma grande batata doce”, fato esse que teve importante conotação política e bastante repercussão na imprensa. O então governador tinha boa imagem frente aos trabalhadores rurais uma vez que acreditavam no seu apoio às ocupações, tanto que na década de 1980 foram resgatados slogans como “Plante que o Brizola garante!”, antes utilizado para se referir ao presidente deposto João Goulart. Este fato também pode ser entendido como um reconhecimento e estímulo à produção de alimentos naquela região.

De acordo com Novicki,

este foi o primeiro decreto de desapropriação utilizado pelo Governo Brizola visando equacionar litígios gerados pelo movimento de ocupação de terras. Dado que os Estados-Federados não têm competência para desapropriar por Interesse Social para fins de Reforma Agrária, o governo estadual recorreu a um Decreto-Lei federal para declarar Campo Alegre como uma área de Utilidade Pública para fins de desapropriação (NOVICKI, 1992, p. 104).

No primeiro semestre de ocupação, as famílias de Campo Alegre contaram com o apoio da CPT e do NAF, como já dito, desde a eleição da área a ser ocupada até o planejamento da ocupação, com a finalidade de ocupar, resistir e consolidar a mobilização. Novicki (1992) apresenta formas que as famílias encontraram para enfrentar as investidas de agentes externos contrários à ocupação:

As duas formas de enfrentamento utilizadas visaram inviabilizar investidas dos grileiros sobre os ocupantes individualmente. Uma delas foi o mutirão, onde um conjunto de tarefas indispensáveis como desmatamento, limpeza e aração, construção de moradias, cozinha, vigilância etc., passaram a ser realizadas coletivamente. Verificada a impossibilidade de ocuparem a totalidade da área e, ao mesmo tempo, enfrentarem a violência dos grileiros, os ocupantes concentraram as suas forças e investiram contra um adversário de cada vez. Assim, a ocupação foi progredindo por etapas. Após a assinatura do decreto de desapropriação, reconhecendo a legitimidade das suas reivindicações, verifica-se um alto nível de mobilização do Mutirão Campo Alegre para planificação do assentamento e da produção (NOVICKI, 1992, p. 104-105).

Sônia Martins relata como o apoio do NAF foi importante para politizar a discussão de luta pela terra, inserindo a ocupação no contexto em que se dava, de retomada de luta pela terra, num contexto de redemocratização:

É um outro projeto, num outro contexto, da redemocratização, e não é um projeto de reforma agrária nos moldes da discussão do interior do Brasil, é um projeto de reforma agrária de uma realidade urbana no Rio de Janeiro, mas ao mesmo tempo que tem esse cunho que se pensa a retomada da luta pela terra, na visibilidade do projeto de reforma agrária

capaz de responder a essas demandas (...) É esse povo, esse núcleo [Núcleo Agrário Fluminense] que está pensando nesse processo de retomada da luta pela terra, porque eles vão trazer, seja para Campo Alegre, ou anterior, como Parque Estoril, esse foco da discussão da luta pela terra, porque a gente sabe que ainda que Campo Alegre demarque um processo de retomada da luta pela terra, a efervescência do conflito agrário aqui na baixada era muito grande mesmo. A gente começa a perceber que nesse período da década de 60, Campo Alegre não nasce do nada, ele não é uma coisa que está suspensa, ele é fruto de um processo que veio acontecendo aqui, pegando Caxias, Pedra Lisa. O interessante é que o pessoal não está isolado, o povo que está nesses lugares, tem uma rede de articulação entre essas lideranças que estão pensando e promovendo esse processo da retomada<sup>72</sup>.

Na perspectiva de resistir na área, foram construídas sete regionais: Cruzeiro, Capoeirão, Chapadão, Fazendinha, Marapicu, Mato Grosso e Terra Nova, que funcionavam na lógica do mutirão. A partir disso, foi criada em cada regional uma associação, sendo a primeira em Mato Grosso, o que promoveu a descentralização administrativa e a autonomia das regionais, através da coordenação das estruturas locais e de suas demandas (Souza, 2013).

O mutirão tinha como liderança João Bastos, considerado pelos ocupantes, uma figura centralizadora. Seu desgaste político iniciou-se a partir da criação do programa de crédito rural para reforma agrária proposto pelo governo federal, o PROCERA (Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária). Houve denúncias de que a maior parte dos recursos estava sendo destinada à regional Acampamento, onde estava localizada a associação central da ocupação.

Para buscar sanar este problema, a partir de 1987 foi estimulada a criação de associações nas regionais já mencionadas. De acordo com Souza (2013), algumas associações estavam vinculadas ao STR de Nova Iguaçu que organizou a emissão do ITR (Imposto Territorial Rural) (Nonato, 2020). De acordo com Souza (2013), com o intuito de participarem de novos projetos estatais foi criada a UAMCA (União das Associações do Mutirão Campo Alegre), que tinha como representantes as lideranças das regionais. Essa articulação destituiu João Bastos, o então líder da ocupação. Diante disso, afirma Souza (2013):

A Uamca era composta por três representantes de cada regional, que organizavam a participação política e representativa de cada uma, de modo coletivo, partindo da articulação das associações que surgiram nesse contexto de “reformulação” das organizações de Campo Alegre. A união das Associações foi uma articulação entre as regionais que

---

<sup>72</sup> Sônia Martins. Entrevista concedida a Gabriel Bastos realizada em 2015 para a sua tese. Cedida pelo entrevistador.

mudou a razão social da associação para “Mutirão de Campo Alegre”. Isso só aconteceu após conseguirem destituir o presidente, na tentativa de ampliar a representação regional e as demandas coletivas (SOUZA, 2013, p. 50).

A ocupação de Campo Alegre se apresentou como importante mobilização por terra na Baixada Fluminense, porque através dela novas mobilizações ocorreram. Como nos mostra Hernandez (2010)

surgiu o Mutirão Guandu, a partir da ocupação da Fazenda Boa Esperança, em março de 1985. Ainda naquele ano, viria a ser ocupada uma área em Pedra Lisa e a Fazenda São Bernardino, em Nova Iguaçu. Em Paracambi, foi ocupada a Fazenda Barreiros, dando origem ao Mutirão Paracambi e, no ano seguinte, o Assentamento Vitória da União. No mesmo ano foi ocupada a Fazenda da Conquista, em Valença. Em 1986, surgiu o Mutirão Sol da Manhã, em Itaguaí. Em 1988, foram ocupadas duas fazendas em Magé, e outra em Nova Iguaçu (Paes Leme). Em 1989, foi a vez da Fazenda Rubião, em Mangaratiba (MENEZES, 1991: 128; FERNANDES, 2000: 146). Quase todas as ocupações resultaram no assentamento das famílias acampadas” (ERNANDEZ, 2010, p. 227).

A ocupação de Campo Alegre foi mais uma das mobilizações que contou com o apoio da Diocese de Nova Iguaçu, mas, mais do que isso, com o esforço e mobilização da CPT. Sabemos que ela cedeu espaço para reuniões, forneceu auxílio jurídico, financeiro, religioso e educacional. Diante da atuação da Diocese de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito foi homenageado com uma “condecoração” cujo objetivo era reconhecer todo o apoio prestado àquela população (figura 5). Afirma Ferreira (2018) que,

Sob a égide da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da diocese de Nova Iguaçu, o apoio da Igreja Católica foi vital para a sobrevivência nesses primeiros momentos da ocupação, quer por fornecer alimentos, colchões, cobertores, foices, enxadas e sementes; quer por implantar uma cozinha industrial; quer por denunciar abusos de grileiros e jagunços; quer por ajudar na organização coletiva (FERREIRA, 2018, p. 8-9).



*Figura 5- Condecoração de Dom Adriano por posseiro de Campo Alegre. Fonte: Fotografia cedida pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.*

No entanto, o apoio da CPT se deu, fundamentalmente, através da figura de padre Geraldo João Lima, natural de Bom Jardim/RJ, que foi ordenado padre em 1967, em Petrópolis/RJ (MARTINS, 2020) e chegou à Baixada em 1978. Em 1985, após exercer cargo de assistente nacional da Juventude Pastoral Católica, iniciou sua atuação em Queimados, na Paróquia de São João Batista, Diocese de Nova Iguaçu. Segundo Padre Geraldo, em entrevista para Hernandez (2010), ele chegou à Diocese em janeiro de 1985, cerca de um ano após a ocupação de Campo Alegre, e seis meses após sua chegada já havia sido escolhido coordenador da CPT na região. Padre Geraldo ficou conhecido como o “profeta das Romarias das Terras e das Águas”<sup>73</sup>.

As Romarias da Terra nasceram a partir das experiências bíblicas, que saíam em busca da “Terra Prometida”. No Brasil, de acordo Barros e Peregrino (1996), as romarias surgiram “a partir de peregrinações do povo a santuários (...) A maioria dos santuários

<sup>73</sup> A primeira Romaria da Terra aconteceu em 1978, apoiada pelo Cimi e pela CPT, em homenagem aos 200 anos do martírio indígena na destruição da república dos Guaranis. Aquele ano foi declarado “Ano dos Mártires”, por sugestão de D. Pedro Casaldáliga. As primeiras Romarias ocorreram no Rio Grande do Sul e em Bom Jesus da Lapa, na Bahia. Não há uma definição para sua realização: em algumas regionais ocorre anualmente, outras a cada dois ou três anos. O que todas têm em comum é que devem ser realizadas em algum local que tenha uma história de luta pela terra. A partir dos anos 2000, as Romarias da Terra passaram a ser chamadas “Romarias da Terra e das Águas”.

tradicionais é frequentada por pessoas de cultura rural, que nas últimas décadas vivem a angústia de ser agricultores em um país de imenso êxodo rural” (BARROS; PEREGRINO, 1996, p. 16-17). Afirmam ainda que

A romaria tradicional e a Romaria da Terra são formas diferentes, mas têm um único espírito. Desde os tempos da bíblia, “pela fé, Abraão partiu em busca da terra”. No êxodo, aconteceu a saída da terra da escravidão e a subida para uma terra boa, onde corre leite e mel”.

(...)

A experiência das Romarias da Terra é ainda uma prática recente. Ela procura unir a caminhada do povo em busca da terra ao costume já consagrado pelo povo de fazer romarias a santuários de sua devoção (BARROS; PEREGRINO, 1996, p. 18).

De acordo com Cícero Moreira<sup>74</sup>, as Romarias da Terra dão um outro sentido às romarias tradicionais, marcadas pela individualidade, pela promessa e pelo transcendente. As Romarias da Terra têm uma perspectiva de mobilização coletiva, de transformação social.

Padre Geraldo, grande defensor e mobilizador das Romarias, atuou através das CEBs e da CPT, como coordenador regional. Martins (2020), evidenciou a importância da participação do clérigo na ocupação de Campo Alegre:

Este padre sempre esteve envolvido com a luta e organização dos trabalhadores sem-terra. Durante suas falas, fazia várias críticas ao modelo de concentração fundiária, provocando nos sujeitos das ocupações uma reflexão de que, para permanecer na terra conquistada, era necessário estar organizado coletivamente unindo fé, ecumenismo e muita organização, fortalecendo principalmente o acampamento enquanto sujeito coletivo (Agricultora de Marapicu. In MARTINS, 2020, p. 16).

Falar da importância dele para as áreas de assentamento, tendo sido homenageado ainda em vida pela turma do curso Residência Agrária em Agroecologia feito pela Universidade Rural em parceria com os movimentos sociais do campo, para nós foi muito gratificante ter ele como figura de referência para os estudantes de agroecologia pelo seu esforço e dedicação. Esta turma de especialização fez uma mística para a escolha do nome da turma que passou a ser Padre Geraldo (Agricultora do Assentamento Terra Prometida. In MARTINS, 2020, p. 16)

Padre Geraldo também foi referência para outros padres e líderes religiosos:

Este testemunho, de graça profética em sua vida, proveniente do Senhor, em meio à fragilidade humana, faz do Pe. Geraldo Lima um exemplo de “Mestre e de Profeta”, ao mesmo tempo um Dom Quixote do séc. XXI, em nosso meio. Ele nos ensina, pelo seu testemunho humilde, teimoso e vigoroso a urgência do sonhar e do rumar resolutamente em

<sup>74</sup> Acessado em <https://www.cptnacional.org.br/romarias>, 16 de março de 2024.

busca dos sonhos de Vida Nova (Padre da Diocese de Nova Iguaçu. MARTINS, 2020, p. 17)

Padre Geraldo Lima foi meu pastor. Um pastor de um pastor quando eu não tinha mais forças para tocar o meu ministério, dizendo que esta semente tem que vingar. Ele criava pontes onde só havia muros institucionais que impediam o diálogo. Ele derrubava cercas e semeava sonhos, concomitantemente, porque acreditava que quando sua gente sonhasse junto teria, enfim, as condições de viver a espiritualidade que constrói amizade, igreja, país. Por isso está no lugar luminoso, se abandonou nos braços do Pai Eterno (Pastor. In MARTINS, 2020, p. 17)

De acordo com Nonato (2020), Padre Geraldo também esteve envolvido na criação da COUAMCA, já nos anos iniciais da ocupação, em 1988, com o apoio de uma ONG de padres italianos e de Laerte Bastos. O objetivo era promover o escoamento da produção. Padre Geraldo também atuou, junto aos trabalhadores ocupantes, no diálogo, na promoção do ecumenismo e na transformação social.

Observa-se essa construção na resposta de um dos assentados que foi perguntado sobre como a comunidade de sua igreja ajuda o Assentamento quando este passa por algum problema de ordem política e social: “Essas coisas de política e luta, aí é com o Padre Geraldo, os irmãos da igreja oram pela gente, para que Deus ajude a resolver esses problemas” (Entrevistado D). Essa resposta mostra a função política de uma entidade religiosa que atua nas lutas e a atuação lúdica de outra congregação. Como se pode observar através da fala do entrevistado D, as representações políticas e visão religiosa se confluem, tendo a CPT como organização representante da luta, na figura do Padre, atuante nas demandas e formação dos grupos que se articulam para enfrentarem as demandas sociais (SOUZA, 2013, p. 89).

Segundo Nonato (2020, p. 83), o projeto da Cooperativa foi apoiado por Padre Geraldo, que contribuiu na articulação entre as associações do Mutirão. A cooperativa atuou na prestação de serviço às famílias com empréstimo de maquinários, bem como com o transporte da produção das famílias para o Ceasa. Também atuou na venda de remédios, adubos, rações e sementes. Foi criada ainda uma cozinha coletiva, em que cerca de 20 mulheres atuaram no beneficiamento da produção.

Porém, embora a COUAMCA tenha funcionado no início, os ocupantes do Mutirão tiveram dificuldades para gerir o projeto inicial sozinhos. Associado a isso, uma intensa disputa interna pela presidência da cooperativa desmobilizou o projeto, o que levou à falência nos anos 2000. A partir disso, as associações também perderam força:

A falta de renovação das lideranças e a perda de credibilidade nas mesmas, desencadeou um processo de desmobilização política de Campo Alegre. A ausência de mobilização aliada ao desinteresse do Estado, por sua vez, desarticulou os ocupantes da área na busca pela regularização fundiária de Campo Alegre (NONATO, 2020, p. 93).

Esse contexto instável em Campo Alegre contribuiu para enfraquecer a luta pela regularização fundiária e até os dias atuais as famílias não possuem a titulação. Além disso, as disputas entre os governos estaduais com a prefeitura, a fragilização de toda a estrutura montada por Dom Adriano, bem como a mudança na linha da Igreja, também contribuiu para o enfraquecimento de Campo Alegre. Diante disso, Sônia Martins, em entrevista concedida a Gabriel Bastos em 2015, afirma que

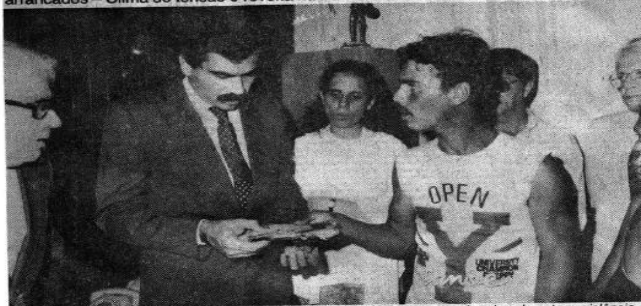
O MST chama Campo Alegre de “acampassento”, uma mistura de acampamento com assentamento, que não é nem acampamento por causa do tempo, mas também não é assentamento porque não tem a regulamentação fundiária.

Padre Geraldo, como vimos, foi importante liderança religiosa na ocupação de Campo Alegre, porém, esteve envolvido em outras que também ocorriam na região, como a ocupação da Fazenda São Bernardino, ocorrida em junho de 1986, em Vila de Cava, também em Nova Iguaçu. No processo da ocupação de Vila de Cava um posseiro, chamado José Gomes da Silva, foi brutalmente espancado e assassinado por pistoleiros da região, fato que ganhou grande comoção e repercussão na mídia. Diante do crime, a Diocese de Nova Iguaçu, através de Padre Geraldo, promoveu um ato ecumênico de combate à violência. O ato contou a presença de mais de 200 pessoas, entre elas lideranças e fiéis católicos e protestantes, entidades como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), Comissão de Justiça e Paz, militantes do PCdoB e do PMDB (*Jornal do Brasil*, 19/08/1986, p. 09)

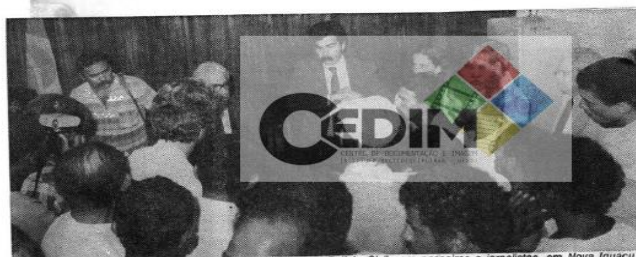
Na ocasião da morte do posseiro, o então secretário de Polícia Civil, Nilo Batista foi até a área ocupada para prometer aos posseiros que o crime seria investigado e os criminosos punidos (figura 6). Nilo Batista chamou este crime de genocídio e defendeu o direito de plantarem e colherem (*Jornal O Dia*, 14/08/1986, p. 15).



Nilo Batista foi de helicóptero a Nova Iguaçu para saber em que pé estão as investigações para apurar o que chamou de "bárbaro crime" e tomar outras providências – Garante que assassinos incendiários serão punidos e defendeu o direito dos humildes de plantar e colher – Hoje o enterro do homem que teve os olhos arrancados – Clima de tensão e revolta na Fazenda São Bernardino (Leia na página 9)



Um dos posseiros entrega ao Secretário Nilo Batista documentos queimados durante a violência



Flagrante colhido durante o encontro do Secretário de Polícia Civil com posseiros e jornalistas, em Nova Iguaçu

Medo na Baixada

## Secretário foi a Nova Iguaçu e

Figura 6 - Secretário foi a Nova Iguaçu e prometeu justiça aos posseiros. Fonte: Jornal O Dia 14/08/1986 - acervo do CEDIM)

## Nilo Batista não admite violência contra posseiros

No Estado do Rio "não vai haver milícia organizada desalojando posseiro", prometeu o secretário de Polícia Civil, Nilo Batista, que considerou genocídio o ataque às famílias da Fazenda São Bernardino, Nova Iguaçu: 15 homens encapuzados arrasaram oito casebres e espancaram os moradores, matando um homem a pauladas.

O secretário esteve na delegacia de Nova Iguaçu para dar apoio aos policiais que investigam o caso. Para os posseiros, os suspeitos são o prefeito Paulo Leone, o despachante Jordão Pinheiro, os grileiros Laerte Minuano, e major Américo, e a família Gavazzi, que quer reaver a fazenda. Hoje, o posseiro será sepultado e seus companheiros farão passeata. (Página 13)

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM  
INSTITUTO MULTICULTURAL - UFRJ

Figura 7 - Nilo Batista não admite violência contra posseiros. Fonte: Jornal do Brasil 14/08/1986 - Acervo do CEDIM.



Souza (2013) ressalta a importância da CPT na mediação dos conflitos ocorridos no Mutirão, na regional Marapicu. Havia diversidade religiosa entre os ocupantes: protestantes pentecostais, espíritas e católicos. Dessa forma, através da prática do ecumenismo, evidente nas reuniões da Associação, nas festividades e nos cursos de formação:

As reuniões em Marapicu se utilizam de uma metodologia básica, tendo uma média de 8 a 12 assentados, mais os visitantes, em que todos ficam em círculo, sem distância entre a mesa e os membros participantes, existindo sempre uma oração de abertura. A oração é um elemento chave para a abordagem, evocar sempre ao ecumenismo devido à grande diversidade de grupos religiosos aos quais participam as famílias do Assentamento. As falas das orações de abertura das reuniões do Assentamento sempre tocam em fatores ecumênicos, como o “respeito às outras religiões”, a vivência pacífica entre os diferentes, fugindo de uma concepção que “discrimina” os que eles colocam como “cristãos”, os convertidos ao protestantismo, e não “cristãos”, aqueles que assumem outras religiosidades ou não participam. As iniciativas ritualísticas também têm função estratégica na dinâmica da sociabilidade interna do Assentamento, o papel do respeito e da coexistência entre os diferentes, sem que haja preconceitos e disputas dentro do grupo, onde todos são tidos como iguais (SOUZA, 2013, p. 88)

A atuação religiosa da CPT não foi consenso entre os ocupantes, mas fruto de disputa política entre eles. O fato é que a religião atuava a fim de cumprir uma função social, mobilizando o grupo, criando sentimento de pertencimento e facilitando a resolução de conflitos e, como afirmou Geertz (1978), doando sentido às vidas e às práticas.

A CPT, por fim, além de atuar na mediação do processo de ocupação, organização e assessoria, também auxiliou na manutenção da luta, promovendo, através do seu apoio religioso, fato que se apresentou como importante meio de sociabilidade, a luta pela permanência e luta por melhores condições de vida. Nesse sentido,

a representação da CPT na comunidade traz consigo uma imagem de divindade que se expressa em outra dimensão de comoção com o divino, na qual se assume uma perspectiva de Deus que auxilia na luta, passando uma condição de existência sagrada, uma compreensão sobre as lutas dos oprimidos em busca de justiça frente à desigualdade social (OLIVEIRA, 2009 apud SOUZA, 2013, p. 91).

Neste capítulo, buscamos analisar a regional da Comissão Pastoral da Terra em Nova Iguaçu através da compreensão do histórico da região e da própria Igreja Católica no município. A partir disso, a partir de três ocupações: Mutirão Nova Aurora, Parque

Estoril e Mutirão Campo Alegre, exploramos a participação da CPT no processo de luta pela terra e de agentes com quem ela se relacionou.

Vimos como a Comissão Pastoral da Terra atuou no encaminhamento da luta dos ocupantes do Mutirão de Nova Aurora, apoiando, mediando a comunicação com o poder público, assessoria jurídica e doação de recursos materiais e financeiros, inclusive terras. A presença da CPT foi bastante evidente, fato que foi veiculado pela mídia, como sendo ela a própria ocupante das terras.

Em Parque Estoril a CPT também emergiu como importante ator político, fornecendo apoio jurídico na luta pela desapropriação da área, bem como recursos humanos e financeiros. A CPT atuou juntamente com outros mediadores políticos, tais como o sindicato dos trabalhadores rurais de Nova Iguaçu, a Fetag, entre outros. Fato é que essa articulação não foi, necessariamente, harmoniosa, uma vez que a CPT empreendia uma disputa política frente a outras organizações que buscavam a organização da luta dos trabalhadores. Nesse sentido, denunciou inúmeras vezes a “falta de combatividade” ou autonomia do sindicato, os definindo como pelego. No entanto, ao longo do trabalho, tivemos dificuldades de elucidar as disputas entre o STR de Nova Iguaçu e a CPT.

Por fim, objetivamos discutir a atuação da CPT na ocupação de Campo Alegre, que se apresentou como importante mobilizadora de seu período, organizando grande contingente de trabalhadores e inspirando novas ocupações. Sua participação se deu especialmente através da figura de Padre Geraldo Lima, então coordenador da regional, que esteve presente na mobilização e na consolidação da ocupação. Além do apoio jurídico, recursos financeiros e humanos, a atuação da CPT também passou pela mediação político-religiosa, uma vez que a religião foi um importante catalisadora das relações interpessoais e na atuação política dos grupos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a atuação da Comissão Pastoral da Terra no Rio de Janeiro à luz das transformações sociais e políticas do período em que surgiu. Para tanto, buscamos realizar um histórico da ação da Igreja Católica, especialmente na América Latina e no Brasil, cujo objetivo era compreender as mudanças ocorridas ao longo dos anos e as disputas existentes que possibilitaram a emergência da CPT. Foi necessário empreender uma análise histórica da Igreja na América Latina para que fosse possível compreender os fenômenos que influenciaram sua ação, em especial o Concílio Vaticano II (1962-1965), as Conferências do Episcopado Latinoamericano e a Teologia da Libertação. De acordo com Paiva (1985, p. 17), “não é possível pensar a história do movimento dos trabalhadores rurais sem uma referência obrigatória à Igreja”.

Vimos como através de uma guinada em setores da Igreja Católica, através da perspectiva do Cristianismo da Libertação, houve uma modificação da prática até então vigente na instituição. Na Baixada Fluminense, a partir das orientações do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica local, a partir de Dom Adriano Hipólito pôde se envolver e mobilizar movimentos na região a fim de protegerem e lutarem pela causa dos trabalhadores. Essa guinada também possibilitou a disputa em torno do “ser Igreja”, antes marcado por uma posição hegemônica, isto é, voltada a garantir a legitimação e o *status quo* da Igreja Católica enquanto instituição e totalidade.

Nesse contexto, há uma disputa no campo religioso católico, no processo de luta simbólica pela legitimidade e a hegemonia no discurso e na prática religiosa. Bourdieu afirma que

Neste ponto, Weber está de acordo com Marx ao afirmar que a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem, para a “legitimação” do poder dos “dominantes” e para a “domesticação dos dominados”. [...] Em outras palavras, a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como estrutura natural-sobrenatural do cosmos (BOURDIEU, 2011, p. 30-32).

A partir desse debate e do histórico acerca da ação da Igreja Católica no Brasil, também buscamos compreender a emergência da CPT, criada na região amazônica em 1975, e no Rio de Janeiro em 1977, fruto de discussões de clérigos, leigos e militantes envolvidos em conflitos por terra no litoral Sul Fluminense e Baixada Fluminense, bem

como do próprio contexto que se colocava. Buscamos, através de bibliografia e materiais de pesquisa já existentes, apresentar e discutir o contexto social e religioso de criação da CPT no Rio de Janeiro.

A Baixada Fluminense tem longo histórico de disputas fundiárias, como vimos. Desde o período pré-1964, especialmente devido ao processo especulativo que se iniciou na região já nos anos de 1930, com os núcleos coloniais, que foram seguidos do processo de loteamentos, nos anos 1950, o que Souza (1993) considerou a principal causa de conflitos fundiários nos municípios de Nova Iguaçu, Caxias e Magé.

A década de 1950 no Rio de Janeiro foi marcada por um processo de intensa disputa pela terra e consequente crescimento da violência de agentes públicos e privados. Nesse sentido, houve o que Novicki (1992) chamou de politização da questão agrária, o que deu origem a diversas políticas agrárias no Estado que encaminharam a questão fundiária. Também vimos a emergência de diferentes grupos que disputaram a organização do campesinato fluminense, como os Círculos Operários, a FLERJ, o PCB e os sindicatos rurais.

As décadas de 1960 e 1970 passaram por um processo de despolitização (NOVICKI, 1992) devido ao período marcado pela ditadura empresarial-militar (1964-1988). Este fato não significou extinção da resistência de setores da sociedade, no entanto, o governo militar gerou inúmeras dificuldades no encaminhamento da questão agrária no país. No Rio de Janeiro, houve a repressão das múltiplas forças que ocupavam o espaço no processo de luta pela terra. Houve intervenções nos organismos de representação dos trabalhadores. Nenhum órgão foi criado a fim de encaminhar a questão agrária no estado pelo governo estadual entre 1964 e 1983.

Mesmo diante de um contexto hostil para os trabalhadores, marcado por “anos de silêncio”, houve a emergência de organismos de resistência, inclusive em setores da Igreja Católica, como a Comissão de Justiça e Paz, o Movimento Amigos de Bairro e a Comissão Pastoral da Terra. Estes organismos surgiram como um importante canal de expressão política dos interesses dos trabalhadores junto ao Estado (NOVICKI, 1992).

A década de 1980 foi marcada por um período de repolitização (1982) da questão agrária. No Rio de Janeiro teve como fato político a eleição para governador do estado de Leonel Brizola (1983 – 1987), na primeira eleição direta pós-ditadura. Houve a tentativa de promover um debate acerca da questão agrária fluminense. Nesse período, houve a retomada da luta pela terra através de importantes ocupações: São José da Boa Morte, em

Cachoeiras de Macacu e Campo Alegre, em Nova Iguaçu, que mobilizaram lideranças do período pré 64, já com um outro perfil.

Se, antes, as ocupações eram marcadas pela luta pela terra de trabalho, na década de 1980, em Nova Iguaçu, tratou-se de tentar equacionar as duas necessidades: terra para trabalho e terra para moradia, uma vez que parte da população rural havia migrado para as periferias das cidades, o que se mostrou uma grande dificuldade, uma vez que se colocava em xeque a imagem idealizada do camponês tradicional.

Por fim, buscamos analisar os contextos de emergência da CPT no município de Nova Iguaçu, no ano de 1977, a partir de um cenário que analisamos ao longo do trabalho. Vimos como a organização necessitou do apoio da Diocese em que estava inserida, visto que sua criação e manutenção são possíveis, necessariamente, através de uma conjuntura eclesial favorável, como nos lembrou Grzybowski (1985),

a CPT não realiza um trabalho compulsório de Igreja: existe onde há equipes articuladas e a fim de desenvolver um trabalho na perspectiva da CPT. A própria CPT não reconhece os trabalhos de Igreja que não seguirem as suas concepções, perspectivas e métodos. A CPT agrupa uma ala progressista da Igreja e da sociedade que não é outra coisa senão o "... entrelaçamento do processo interno da Igreja com o movimento mais amplo da sociedade" (GRZYBOWSKI, 1985, p. 269).

A partir disso buscamos, a partir da indagação sobre como a CPT desempenhava seu papel de organismo com o objetivo de "interligar, assessorar e dinamizar" a luta em prol da reforma agrária, buscando nunca substituir "os que trabalham nas bases, prelaças, dioceses ou regiões, antes colocando-se a seu serviço", analisar a atuação da CPT em Nova Iguaçu.

Através deste trabalho vimos como CPT buscou se engajar na luta pela terra na Baixada, através do seu trabalho de assessoria e mediação, com o objetivo de apoiar o processo de luta, se voltando para formação política, engajamento nas lutas e procurando se articular com entidades afins, a partir do princípio de que "a função da CPT é ajudar o povo a caminhar com as próprias pernas, ele próprio se organizando e decidindo" (CPT/RS, 1982 *apud* GRZYBOWSKI, 1985, p. 269).

No entanto, a partir das reflexões propostas por Cândido Grzybowski e Delma Pessanha Neves, vimos como pode ser contraditória a dinâmica dessa mediação política. Neves (2008) vai enfatizar as mediações que conferem a grupos o reconhecimento de existência social ou de representação política, como é o caso da CPT, e a dificuldade que se tem de afirmar o papel que essas instituições têm "na construção de outros modos de

dominação, de exercício de poder e de autoridade” (NEVES, 2008, p. 33). Afirmar ainda que

a representação política por delegação está ligada ao dizível, expressões de domínios que, assim sendo, restam relativamente indecifráveis aos mediadores e mais ainda aos mediados. Entretanto, sem o reconhecimento do limite da linguagem que, pelo mediador, o grupo, do qual e pelo qual se fala, toma e se dá à consciência, ele não alcança lugar do diferente ou da identidade (NEVES, 2008, p. 34)

Isto é, a mediação política, ao dar voz a um grupo através da linguagem, enfrenta o desafio de representar de forma fiel e compreensível as complexidades desse grupo. Esse processo é intrinsecamente ligado à capacidade de reconhecer os limites da linguagem e da representação política. A autora ainda critica a ideia de que, a partir de um processo de diferenciação de posição social, através do exercício de poder e autoridade, funda-se a ideia de que

o mediado não pode se constituir em portador de um projeto político próprio. Depende assim de alianças com outros agentes que se apresentam como portadores de intenções de construção de comunhão de interesses, que se apresentam como capazes de formular sistematicamente as demandas e como porta-vozes da crença na eficácia e na legitimidade da proposição (NEVES, 2008, p. 36).

Nessa perspectiva, Grzybowski (1985) enfatiza as contradições que a própria prática da Pastoral vai gerar, afirmando que “direção e poder são lados da mesma moeda. Toda direção é parte de uma disputa de hegemonia e, portanto, de poder” (p. 273). Ao analisar a atuação da CPT nas ocupações aqui discutidas, enquanto “mediadora” ou enquanto categoria política de “serviço”, evidencia-se sua atuação enquanto agente político, que se envolve, intervém e vai empreender uma disputa político-religiosa no processo de luta dos trabalhadores.

A intervenção político-pedagógica desempenhada pela CPT, através de seu serviço educativo, promoveu a construção de identidades, sistematizou, difundiu e encaminhou os problemas políticos enfrentados, não sem estar imersos nessas contradições. Nesse sentido, sua atuação, pôde

sistematizar ações e significados dispersos, construir expectativas e resistências, socializar modos de ação orientados por quadros de pensamento, nesta arena instituídos; enfim, tentar agir sobre as instituições que lhe integram (Neves, 1987 apud Neves, 2008, p. 36).

Nas ocupações aqui estudadas, fica evidente a importância do trabalho de mediação da CPT que buscou mobilizar recursos financeiros e humanos, bem como

assessoria política e religiosa. Sua atuação se deu em um contexto de disputa política entre outras organizações, que também buscavam a instrumentalização dos grupos.

A organização contou com o empenho de importantes lideranças: Bráulio Rodrigues, Laerte Bastos, Padre Geraldo, Dom Adriano Hipólito. Faz-se necessário refletir sobre as experiências acumuladas que essas antigas lideranças trazem das lutas reivindicatórias do pré-64 que estimularam a formação política desses personagens (ERNANDEZ, 2009, p. 155), especialmente Bráulio Rodrigues e Laerte Bastos que estiveram presentes nas principais ocupações do pré-64 e fundaram as primeiras associações de posseiros no Rio de Janeiro.

Por fim, essa dissertação não pretende abarcar todas as complexidades inerentes à atuação e mediação da CPT na Baixada Fluminense. Para tanto, faz-se necessário dar continuidade ao trabalho a fim de aprofundar as nuances de sua existência, organização, interação e participação na vida dos trabalhadores rurais da Baixada Fluminense.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, Paulo; JUNIOR, Jurandir Amaro; SILVA, Lucas Gentil D. da Silva. Luta pela terra e reforma agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). **Geographia**, Niterói, Rio de Janeiro, vol: 24, n. 52, 2022.
- BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. **Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro**, 2008, 161p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- BARROS, Marcelo e PEREGRINO, Artur. **A festa dos pequenos**: romarias da terra no Brasil. São Paulo: Paulus, 1996
- BASTOS, Gabriel Souza. **Conflitos de terra em Nova Iguaçu: uma análise a partir do caso de Pedra Lisa**. Estudos Sociedade e Agricultura, fevereiro de 2017, vol. 25, n. 1, p. 179-207,.
- BASTOS, Gabriel Souza. Conflitos rurais em Nova Iguaçu: pontes entre o passado e o presente.. In: Medeiros, Leonilde Servolo de (Org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo**: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ed. Consequência, 2018, p. p. 131-167.
- BEOZZO, José Oscar. **A recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil**. Pontificia Universidad Catolica de Chile, Chile, 2009
- BEOZZO, José Oscar. O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas. São Leopoldo: **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**, ano XII, n. 93, vol. 12, 2015.
- BEOZZO, José Oscar. **Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia – 1959 – 1965**. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001
- BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. Coleção Primeiros Passos. Ed. Abril Cultural / Brasiliense, 1985.
- BOAS, Alex Villas. SIENNA, Ernesto Lazaro. Catolicismo social europeu, Rerum Novarum e primazia do reino de Deus nas origens do catolicismo de esquerda na América Latina, 11-51. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano IX, n. 32, Setembro/Dezembro de 2018. ISSN 1983-2850
- BOURDIEU, Pierre. “A dissolução do religioso”. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. “A gênese do conceito de habitus e de campo”; “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”. In: **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Ferraz. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1989
- BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2011
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. São Paulo. Ed.: Papius, 1996



BRITO, Lucelmo Lacerda. Medellín e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. **Revista Espaço Acadêmico**. Agosto de 2010.

BRITO, Ricardo Braga. “Luta-se pela terra livre”: conflitos fundiários e ocupações de terra na região da Fazenda São José da Boa Morte. In: Medeiros, Leonilde Servolo de (Org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Ed. Consequência, 2018, P.p. 205-243.

BRITO, Ricardo Braga. “Luta-se pela terra livre”: resistência e luta pela terra em Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CELLARD, André. “A análise documental”. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad.: Ana Cristina Esser. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CONDÉ, João e FILHO, Jerson de Oliveira Fernandes. **Movimento sindical, Igreja Católica e anticomunismo: a atuação do Círculo Operário Católico no Rio de Janeiro durante a Ditadura Militar (1961-1974)**, PIBIC/PUC. Rio de Janeiro, 2018

DABUL, Lígia. Um tanto da história de Xerém: análise social e eclesial. In: **Unidade e prática da fé: Pastoral Ecumênica da Terra**. Rio de Janeiro: CEDI, 1987.

de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DE KADT, Emanuel. **Os católicos radicais no Brasil**. Trad.: Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende. Brasília: UNESCO/MEC, 2007

DIAS, Reginaldo Benedito. “Da esquerda Católica à Esquerda Revolucionária: A Ação Popular na história do catolicismo”. **Revista Brasileira de História das Religiões** – Ano I, no. 1 – Dossiê Identidades Religiosas e História, 2008

DREIFUSS, René Armand. 1964: a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe FEITOSA, Annagesse de Carvalho. Embates invisíveis: as formas de resistência em Campinho da Independência, Paraty in: Medeiros, Leonilde Servolo de (Org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Ed. Consequência, 2018.

FERREIRA, Álvaro Mendes. **Lauda histórico preliminar Campo Alegre**. Rio de Janeiro: Iterj, 2018.

GINSZBURG, Carlo. Sinais raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo. Cia das Letras, 1989.

GODOY, José Henrique Artigas de. A práxis de Lebre: Economia humana, desenvolvimentismo católico e industrialização do nordeste. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 36(2): 188-219, 2016.

GOMES, Alexander de Souza. **Religião e política: construção de memória de Dom Adriano Hipólito**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

GONÇALVES, Renato Luiz. **A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Campos dos Goytacazes, RJ: uma análise do Assentamento Zumbi dos Palmares**. Dissertação (Mestrado), Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 2012)

GRYNSZPAN, Mario. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

GRZYBOWSKI, Cândido. A Comissão Pastoral da Terra e os colonos do sul do Brasil. In: PAIVA, V. **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Ed. Loyola, 1985

KORNIS, Monica. Ação Católica Brasileira (ACB). In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-catolica-brasileira-acb>>. Acessado em 21 de março de 2023

KORNIS, Monica e MONTALVÃO, Sérgio. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-dos-bispos-do-brasil-cnbb>> Acessado em 15 de março de 2024.

KORNIS, Monica. Juventude Agrária Católica (JAC) in: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-agraria-catolica-jac>>. Acessado em 21 de março de 2023.

LOPES, Antonio de Lisboa Lustosa; PERTILE, Cassiano Alberto. O método ver-julgar-agir: genealogia e sua relação com a Teologia da Libertação. **Revista Razão e Fé**, Volume 22, Número 2, Universidade Católica de Pelotas, 2020

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação**: religião e política na América Latina. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular, 2016

MAIA, Aline Borghoff. O lugar do rural na Baixada Fluminense. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org). **Ditadura, conflito e repressão no campo**: a resistência camponesa no Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p.p. 93-130.

MANZINI, Rosana. **Atualidade da Gaudium et Spes**: O diálogo com um mundo em mudança. Dissertação (Mestrado) – Teologia. Pontífica Universidade Católica de São Paulo (PUC). São Paulo, 2009

MARCHI, Euclides. A Igreja do Brasil e o plano de emergência – 1952/1962. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, n. 30, p. 81-108, outubro de 2001.

MARTINS, José de Souza. “O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil (70-78)”. In: **CPT. A luta pela terra**: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois. Rio de Janeiro: Ed. Paulus, 1997

MARTINS, Sônia Ferreira. A Educação do Campo como ferramenta pela permanência na terra – A experiência de Campo Alegre. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org). **Ditadura, conflito e repressão no campo**: a resistência camponesa no Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Quarenta anos de CPT”. In: Comissão Nacional de Formação da CPT (org.) **CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2016.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDES, Alberto Rafael Ribeiro. A risível Reforma Agrária de Sarney: o desenho de humor e a crônica política no Jornal dos Trabalhadores Sem Terra (1985-1988). **SÆCULUM -Revista de História**, v. 27, n. 47, p. 153-176, 2022

MENDES, Vera Lucia P. C. **Tanta terra sem gente e gente sem-terra**: Mutirão de Nova Aurora (1979- 1995). Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, UFRJ, 2006.

MITIDIERO JUNIOR Marco Antonio. **A ação territorial de uma Igreja radical**: Teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2008.

MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias cruzadas**: debates intelectuais no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910-1942). Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História. Unicamp, 2015.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. Imagens da Libertação: a atuação da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do Jornal A Folha (1974-1981). Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

NOVAES Regina Reyes. **De corpo e alma**. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NOVAES, Regina Reyes. A divina política. Notas sobre as relações delicadas entre religião e política. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 60-81, março/maio, 2001

NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde et al (orgs). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994

NOVICKI, Victor Araujo. **O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro**: primeiro governo Brizola (1983-1987). Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.1992.

PAIVA, Vanilda. Introdução in: Paiva, Vanilda (org.) **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

POLETTTO, Ivo. “A terra e a vida em tempos neoliberais: Uma releitura da história da CPT (21-69)”. In: **CPT. A luta pela terra**: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois. Rio de Janeiro: Ed. Paulus, 1997.

POLETTTO, Ivo. As contradições sociais e a Pastoral da Terra. In Paiva, Vanilda (org.) **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

POLETTTO, Ivo. Aos 25 anos: Documentação do tempo germinal em que nasceu a CPT. In: **CPT. Nas pegadas do povo da terra**: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Ed. Loyola, 2002

PUREZA, José. **Memória camponesa**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

QUADROS, Claudemir de. Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). **Revista Teias**. Rio de Janeiro, p. 1-12, jan.-jun. 2001..

ROMANI, Giovani Luiz. **Igreja e Pastorais Sociais: A Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário na Diocese de Dourados (1971-2000)**. Dissertação (Mestrado). Mato Grosso do Sul: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2003).

SARDICA, José Miguel - O legado histórico de Leão XIII e da encíclica Rerum Novarum. Didaskalia. Lisboa, 2004.

SERAFIM, Adriana da Silva. **A missa da unidade entre faixas e crucifixos** (1982). Dissertação de Mestrado –Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2013.

SERBIN, Kenneth. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

SIGAUD, ERNANDEZ e ROSA. **Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010

SILVA, Bráulio Rodrigues da; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (orgs.). **Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense**. – Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

SILVA, Iby Montenegro de. Turismo, ação empresarial e conflitos por terra no litoral sul fluminense. in: Medeiros, Leonilde Servolo de (Org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Ed. Consequência, 2018.

SILVA, João Eues da. **“É que a terra não é tudo”**: um estudo sobre o assentamento Paus Brancos e seus mediadores. Dissertação (Mestrado). Paraíba: Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, 1997.

SILVA, Marco Antônio Medeiros da. **A Última Revolução: O Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959-1963**. 2015. 208 f. Tese (Especialização em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

SILVA, Pedro Henrique Pachêco da. **Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1979)**. Dissertação (Mestrado). Pernambuco: Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SILVA, Sonia Ambrozino da. **Diocese de Nova Iguaçu: uma análise dos efeitos da formação sociopolítica na vida e no engajamento político de seus agentes**. 2007. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Revista Pilares da História, nº6, 2006.

SOUZA, Sonali Maria de. **A Memória dos laranjais na cidade dos loteamentos: considerações sobre os efeitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período 1950-1970**. In: V Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano, 1995, Belo Horizonte. Anais do V Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano. Belo Horizonte / Porto Alegre: UFMG / CEDEPLAR / ANPUR, 1993. v. 1

SOUZA, Victor Tinoco de. **Sociabilidade e Território de Um Assentamento Rural Próximo à Área Urbana: Os Laços Entre o Assentamento Marapicu e o Bairro Aliança**. 2013. 147 p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2013

SPIESS, M. A. . A crise das vocações pós Vaticano II: reflexões a partir da reprodução social do clero catarinenese. **Sacrilegens** , [S. l.], v. 13, n. 1, 2016.

TELÓ, Fabrício e BRAGA, Ricardo. Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu. In: MEDEIROS, Leonilde (Coord.). Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

TORRENS, João Carlos Sampaio. O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In: . MEDEIROS, Leonilde et al (orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

WOHNRATH, Vinicius Parolin. Duas dinâmicas, dois resultados: a Igreja Católica na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Dossiê: DOSSIÊ: Empreendimentos sociais, elite eclesiástica e congregações religiosas no Brasil República: a arte de “formar bons cidadãos e bons cristãos”. **Revista Proposições**, V. 28, N. 3 (84), 242-270.. Set/Dez. 2017

WOORTMANN, Klaas. Migração, Família e Campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 7, n. 1, 1990, p. 35-53.

ZANOTTO, Gisele. Tradição, Família e Propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995). **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 30, n.1 p. 87-101, 2010

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

### CPT

Relatório da Pastoral da Terra, coordenação da Pastoral Nova Iguaçu, 1974 a 1985 - Relatório 1º Encontro Regional CPT, 1977 – Acervo CEDIM

Relatório do 2º Encontro da Comissão Pastoral da Terra – RJ (28 a 30 de abril de 1978), Acervo CPT contida no NMSPP – CPDA.

Relatório do 3º Encontro da Comissão Pastoral da Terra – RJ (28 a 30 de abril de 1978), Acervo CPT contida no NMSPP – CPDA.

Relatório do 4º Encontro da Comissão Pastoral da Terra – RJ (28 a 30 de abril de 1979), Acervo CPT contida no NMSPP – CPDA.

Relatório do 5º Encontro da Comissão Pastoral da Terra – RJ (28 a 30 de abril de 1978), Acervo CPT contida no NMSPP – CPDA.

Relatório do 6º Encontro da Comissão Pastoral da Terra – RJ (28 a 30 de abril de 1978), Acervo CPT contida no NMSPP – CPDA.

Relatório da III Assembleia Regional Comissão Pastoral da Terra Regional Rio de Janeiro, Acervo CPT 1985, contida no NMSPP – CPDA.

A CPT e as ocupações. Relatório da Reunião do dia 26 de setembro de 1986. Acervo CPT contida no NMSPP – CPDA.

## DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS

JOÃO XXIII, Papa. Carta Encíclica *Pacem in Terris*, 1963. Disponível em [https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_j-xxiii\\_enc\\_11041963\\_pacem.pdf](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.pdf) > Acessado em 01 de junho de 2024.

JOÃO XXIII, Papa. Carta Encíclica **Mater et Magistra** (Sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã), 1961. Disponível em < [https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_j-xxiii\\_enc\\_15051961\\_mater.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html) > Acessado em 01 de junho de 2024.

LEÃO XIII, Papa. Carta Encíclica *Rerum Novarum* (Sobre a condição dos trabalhadores), 1891. Disponível em <[https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html)> Acessado em 01 de junho de 2024.

Paulo VI, Papa. Carta Encíclica *Populorum Progressio*, 1967. Disponível em < [https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_26031967\\_populorum.html](https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html) > Acessado em 01 de junho de 2024

## ENTREVISTAS UTILIZADAS

Sônia Martins. Entrevista concedida à Gabriel Souza. [11/11/2015]

Sônia Martins. Entrevista concedida à Lígia Maria de Oliveira Nonato [28/07/2019].

## JORNAIS CONSULTADOS

Jornal *O Fluminense*, de junho de 1984, página 9 (Hemeroteca Digital BN – Ano 1984, Edição 24808 (1))

Jornal do Commercio, 16 de maio de 1983, página 3, Hemeroteca Digital BN, Ano 1983, Edição 00183

Jornal do Commercio, 27 de novembro de 1985, página 3 - Hemeroteca Digital BN

Jornal *O Fluminense*, 12/06/1985, página 7 – Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional, ano 1985, Edição 25105